



INSTITUTO SUPERIOR DE
SERVIÇO SOCIAL DO PORTO

A autonomia como avanço para o futuro

Discente: Inês Patrícia Pereira Barros

Estágio-Relatório de Estágio apresentada ao Instituto Superior
de Serviço Social do Porto para obtenção do Grau de Mestre
em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de
Exclusão Social

Orientador: Prof.º Doutor
José Alberto Reis

Setembro
2022

A autonomia como avanço para o futuro

Inês Patrícia Pereira Barros

2022

Resumo:

A família desempenha um papel fundamental na vida das crianças e dos jovens. Porém, quando este não consegue cumprir com as necessidades das crianças e jovens, o Estado tem que intervir para assegurar as necessidades e o desenvolvimento das crianças e dos jovens.

As casas de acolhimento têm que proporcionar as condições necessárias para que as crianças e jovens tenham as suas necessidades asseguradas, de modo que tenham um desenvolvimento integral. Um dos aspetos que as casas de acolhimento devem promover é a autonomia.

Tendo em consideração a importância da temática da autonomia, o estágio realizado num Lar de Infância e Juventude no norte do país permitiu perceber o trabalho que esta instituição realiza relativamente às competências da autonomia com as jovens. O plano de intervenção teve por base um projeto com diversas sessões, tendo estas como objetivo o desenvolvimento destas mesmas competências.

Pelo meio da informação recolhida através da observação participante e de outras técnicas foi possível recolher dados para perceber o funcionamento e rotinas da instituição, especialmente o trabalho que a equipa técnica desenvolve com as jovens no que concerne às competências de autonomia.

Assim, desenvolveu-se um projeto de intervenção que teve como finalidade o desenvolvimento das competências de autonomia.

Palavra Chaves:

Jovens; institucionalização; competências; autonomia

Abstract:

Family plays a fundamental role in the lives of children and young people. However, when it fails to meet the needs of children and young people, the State has to intervene to ensure the needs and development of children and young people.

Residential shelters have to provide the necessary conditions for children and youth to have their needs met, so that they can have a full development. One of the aspects that residential shelters should promote is autonomy.

Taking into account the importance of the theme of autonomy, the internship developed in a Children and Youth Home in the north of the country allowed us to understand the work that this institution does regarding autonomy skills with young girls. The intervention plan was based on a project with several sessions aimed at developing these same skills.

Through the information collected through participant observation and other techniques, it was possible to collect data to understand the functioning and routines of the institution, especially the work that the technical team does with the girls regarding autonomy skills.

Thus, an intervention project was developed with the purpose of developing autonomy skills.

Keywords:

Institutionalization,youth, residential shelters, skills, autonomy

Agradecimentos

Gostaria, em primeiro lugar agradecer à minha família, especialmente aos meus pais que tornaram possível todo o meu percurso académico e também à minha irmã, Rita por todo o apoio neste percurso.

Agradeço ao meu orientador, Professor José Alberto Reis por todo o apoio prestado e pela paciência demonstrada ao longo deste processo.

Também gostaria de agradecer aos meus amigos por toda a paciência e apoio ao longo destes dois anos, especialmente este último ano. Gostaria de agradecer à Carolina, à Mafalda, ao Fran, à Maria Inês, ao Campos, à Inês e ao Guilherme por me transportarem para os tempos de adolescência e de diversão. Também gostaria de agradecer aos membros do GJC por toda a paciência, apoio e bons momentos durante estes dois anos, em especial à Margarida, à Ana e ao Pedro.

Quero também agradecer às minhas colegas de mestrado pelo apoio prestado ao longo deste ciclo.

Estarei para sempre grata à instituição onde foi realizado o estágio, onde cresci como pessoa e profissional, mas também estarei grata por todos os ensinamentos que todos os profissionais desta instituição me transmitiram, em especial a equipa técnica. Não posso deixar de agradecer também a todas as crianças e jovens que se encontram nesta instituição, pois com estas aprendi muito. Gostava de deixar um agradecimento especial às jovens que integraram o projeto de intervenção, por terem aceitado participar e por partilharem as suas experiências e as suas opiniões da forma mais verdadeira possível.

Índice

<i>Resumo:</i>	<i>ii</i>
<i>Abstract:</i>	<i>iii</i>
<i>Agradecimentos</i>	<i>iv</i>
<i>Introdução</i>	<i>1</i>
<i>1. Diagnóstico Social</i>	<i>3</i>
Famílias Multiproblemáticas e Famílias Multidesafiadas	3
Enquadramento Jurídico Normativo	5
Acolhimento Familiar	9
Recomendações sobre o Acolhimento Residencial	13
Conceito de autonomia	17
Intervenção sobre a autonomia em contexto residencial	21
A construção da autonomia e a saída da instituição	24
Caracterização da Instituição	27
Espaço físico da instituição.....	29
Funcionamento e rotinas da instituição.....	31
Motivos de Saída da Instituição 2018-2021.....	37
Caracterização dos Recursos Humanos	40
Intervenção sobre a autonomia e as suas competências no LIJ	43
<i>2. Metodologia de investigação e intervenção</i>	<i>53</i>
Integração no contexto de estágio.....	53
Procedimentos para a recolha de dados	54
Observação Participante.....	54
Análise Documental.....	56
Entrevistas Semi- Estruturada.....	56
Procedimentos de intervenção	57

Pressupostos éticos.....	58
<i>3. Projeto de Intervenção.....</i>	<i>60</i>
Enquadramento do Projeto de intervenção	60
Sessões do Projeto.....	62
Autonomização	62
Cidadã e serviços de cidadania	67
O Cartão de Cidadão e a importância do voto	67
Serviços da comunidade	69
Violência de género e violência no namoro.....	71
Gestão de tempo.....	74
Gestão de conflitos e empatia	76
Gestão do orçamento doméstico	78
Custo de vida, contas bancárias e serviços de multibanco.....	78
Salário, poupança e oportunidades	80
Outras atividades desenvolvidas no estágio.....	82
Avaliação da Intervenção.....	84
<i>Conclusão</i>	<i>87</i>
<i>Referência Bibliográficas</i>	<i>90</i>
<i>Anexos.....</i>	<i>97</i>

Índice de Gráficos

Gráfico 1- Crianças e Jovens em Acolhimento 2015-2020	7
Gráfico 2- Comparação das Crianças e Jovens em Acolhimento Familiar e em Acolhimento Residencial Generalista.....	8
Gráfico 3- Comparação de acolhidos em LIJ e em CAT	11
Gráfico 4-Projetos de Vida em Acolhimento Residencial Generalista.....	12

Índice de Tabelas

Tabela 1- Caracterização Sociodemográfica das Crianças e Jovens Acolhidas no LIJ	33
Tabela 2- Percurso Institucional das Crianças e Jovens	34
Tabela 3- Motivos de Saída do LIJ em 2018	37
Tabela 4-Motivos de saída do LIJ em 2019.....	38
Tabela 5-Motivos de saída do LIJ em 2020.....	38
Tabela 6- Motivos de saída do LIJ em 2021	39
Tabela 7- Caracterização da Equipa Educativa	40
Tabela 8- Caracterização da Equipa de Apoio.....	41
Tabela 9- Caracterização da Equipa Técnica.....	42
Tabela 10- Caracterização etária das jovens Participantes no Projeto.....	61

Lista de Abreviaturas

CAT	Centro de Acolhimento Temporário
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
LIJ	Lar de Infância e Juventude
UMAR	União de Mulheres Alternativa e Resposta

Introdução

A sociedade como um todo deve ter sempre em conta o superior interesse da criança, deste modo, é fundamental que o seu desenvolvimento integral seja garantido. Quando os progenitores colocam em causa o desenvolvimento da criança, o Estado deve procurar garantir a segurança da mesma (UNICEF, 1989).

Quando a criança se encontra em perigo cabe às entidades competentes decidir se a mesma deve permanecer com a sua família, caso seja determinado que se encontra em perigo uma das medidas de promoção e proteção é o acolhimento residencial (Lei nº 147/99, 1999).

As casas de acolhimento devem procurar intervir com as crianças e jovens para que estas tenham um desenvolvimento integral como também, devem procurar garantir que o plano de intervenção é cumprido, sendo o projeto de vida uma parte integrante deste plano (Decreto-Lei nº164/2015, 2015).

De acordo com o Relatório CASA de 2020 1 956 crianças e jovens em acolhimento residencial generalista tinham como projeto de vida a autonomização (Departamento do Desenvolvimento Social, 2021). Assim, torna-se pertinente que as casas de acolhimento investam na intervenção relativa às competências da autonomia.

Para que a autonomização seja bem sucedida deve ser trabalhada a autonomia pelas casas de acolhimento. Os autores concordam que o desenvolvimento da autonomia é difícil para todos os indivíduos, porém é ainda mais difícil para os indivíduos que se encontram institucionalizados (Carvalho & Cruz, 2015).

Assim, defende-se que nas instituições de acolhimento a autonomia deve ser trabalhada tendo em conta o desenvolvimento integral, também refere que a autonomização deve ser trabalhada o mais cedo possível (Gomes, 2010).

Tendo em conta esta temática, o estágio realizado num Lar de Infância e Juventude durante 450 horas permitiu desenvolver um projeto de intervenção relacionado com a autonomização, desenvolvendo as competências necessárias para o seu sucesso.

Contudo, também foi possível perceber o funcionamento interno da instituição, especialmente a intervenção e o funcionamento da equipa técnica. Este trabalho conta com os seguintes objetivos:

- Recolha de dados relativos às acolhidas e à instituição que permitisse um retrato da realidade desta instituição, especialmente dos aspetos ligados à autonomização;
- Perceber que percepção as jovens têm relativamente ao mundo fora da instituição, à autonomia e ao trabalho das competências da autonomia;

- Que tipo de intervenção a instituição e os técnicos desenvolvem no que se refere às competências da autonomia;
- Perceber que tipo de constrangimentos existem para o trabalho sobre as competências da autonomia;
- Criação de sessões que fossem benéficas para o desenvolvimento das competências da autonomia;
- Perceber de que forma a história de vida e a institucionalização destas jovens interferiu com sua capacidade de adquirir as competências da autonomia;
- Contribuir para o bom funcionamento desta instituição através de uso das boas práticas.

Este relatório é composto pela introdução e conclusão, bem como por três capítulos.

O primeiro capítulo, intitulado diagnóstico social, encontra-se dividido em duas partes. Na primeira parte, irá ser realizado um enquadramento teórico relativo às famílias multiproblemáticas e multidesafiadas; uma caracterização do acolhimento residencial, com especial incidência no acolhimento residencial generalista e por último, uma análise à autonomia e à autonomização. Na segunda parte deste capítulo, irá ser realizada a caracterização da instituição, no que se refere aos espaços físicos da instituição; o funcionamento e rotina da mesma; caracterização das acolhidas e dos recursos humanos e por último, a intervenção que a equipa técnica realiza no âmbito das competências da autonomia.

No segundo capítulo, intitulado metodologia de investigação e intervenção, é explicado como se realizou a integração no estágio e posteriormente, são abordados os procedimentos para a recolha de dados, os procedimentos de intervenção e os pressupostos éticos.

No terceiro capítulo, intitulado projeto de intervenção, é realizado um enquadramento sobre o projeto, a descrição de todas as sessões do mesmo, sendo também referido outras atividades desenvolvidas no âmbito do estágio e por último, uma avaliação da intervenção ao longo do estágio.

1.Diagnóstico Social

Este capítulo encontra-se dividido em duas partes. Na primeira parte são abordados os conceitos teóricos subjacentes às problemáticas abordadas durante o estágio, sendo iniciado com a abordagem às famílias multiproblemáticas e famílias multidesafiadas, seguidamente irá ser realizada uma caracterização do acolhimento residencial em Portugal e por último, irá ser abordado o conceito de autonomia e de que forma esta deve ser trabalhada nas casas de acolhimento. Na segunda parte irá ser realizada uma caracterização institucional, onde irá ser descrito o funcionamento, a rotina e o espaço físico do LIJ, bem como a caracterização das crianças e jovens acolhidos e dos recursos humanos e por último, a forma como as competências de autonomia são trabalhadas pela equipa técnica deste LIJ.

Famílias Multiproblemáticas e Famílias Multidesafiadas

O conceito de famílias multiproblemáticas existe há relativamente pouco tempo, tendo surgido na década de 1950 (Martínez, 2003). Inicialmente esta denominação aplicava-se a famílias pobres e com diversos problemas, mais tarde foi possível constatar que o verdadeiro foco não reside na pobreza em si, mas sim no obstáculo em gerir os seus meios económicos, o que desencadeava uma oscilação nestas famílias entre fases com algum bem estar e outras em que passavam sérias dificuldades (Alarcão, 2006).

Para Alarcão (2006) as famílias multiproblemáticas correspondem a famílias que têm vários problemas, podendo estes afetar vários membros da família e assim existem “(...) numerosas figuras problemáticas que podem sobrepor-se e alternar-se” (Alarcão, 2006, p. 317)

O desenvolvimento dos comportamentos que caracterizam as famílias multiproblemáticas acontece durante as mudanças, daquilo que a autora denomina como primeira fase do ciclo de vida, estas mudanças podem passar por formação do casal, o nascimento dos filhos e o crescimento dos mesmos. Estes comportamentos impedem que a família avance para a próxima fase, porém não é possível garantir que o equilíbrio que antes tinham, provocando uma desorganização na família. Esta situação é marcada pela falta de organização em várias tarefas e também, pelo envolvimento de outras pessoas para ajudar a colmatar o que não é realizado, o que leva a que os membros da família vão perdendo as suas competências (Martínez, 2003).

Tendo em conta as suas características estas famílias são acompanhadas por diversos serviços da comunidade. O motivo pelo qual os serviços da comunidade intervêm com estas famílias é a existência de menores nestes agregados, sendo a intervenção desencadeada, na sua generalidade, devido a pedidos de outrem. Identifica-se a escola como o principal serviço que

a partir das crianças e dos problemas por estas apresentadas, comunica a situação da família a outros serviços e assim, esta família começa a ser acompanhada pelos diversos serviços da comunidade. Porém, estes serviços vão analisando os avanços e os recuos desta família separadamente, o que coloca em causa a intervenção com a família. Por isso, a intervenção com as famílias multiproblemáticas devia de ser realizada em conjunto por todos os serviços de modo, a que a intervenção seja o mais adequada possível (Alarcão, 2006).

A autora frisa que estas famílias não são apenas caracterizadas por dificuldades e fragilidades, mas também por capacidades que podem ser alocadas (Alarcão, 2006).

Na tentativa de criar um modelo para que os profissionais pudessem ter uma melhor intervenção com as famílias multiproblemáticas e para pensar para além dos problemas mais comuns, concebeu-se um modelo de intervenção que permita perspetivar estas famílias na sua totalidade. Na criação deste modelo de intervenção a autora parou de utilizar o termo famílias multiproblemáticas e adotou antes o termo famílias multidesafiadas. As famílias multidesafiadas são aquelas que estão expostas ou já o estiveram a condições de vida desfavoráveis, num ambiente facilmente sujeito a stress; famílias que estiveram expostas a estas condições de vida, num reduzido espaço de tempo e com stress agudo e por último, famílias que encaram vários desafios em simultâneo e com várias transições. Deste modo, todas as famílias multiproblemáticas são famílias multidesafiadas, mas por vezes o contrário não se sucede (Melo & Alarcão, 2011).

Este conceito de famílias multidesafiadas pretende realçar a adaptabilidade que estas famílias têm que ter, em vez de serem categorizadas pelo resultado. Esta definição também abrange as famílias que responderam de forma positiva ao ambiente instável em que se encontram inseridas, como também as que estão a lidar com vários problemas e que recebem auxílio (Melo & Alarcão, 2011).

Nas famílias multiproblemáticas os progenitores não têm um vínculo forte com os filhos e não cumprem as suas funções protetoras perante os filhos, o que leva a que estas crianças sejam vítimas de mau trato (Martínez, 2003).

No que concerne à autonomia estas famílias têm tendência a adiá-la e existe sempre uma reorganização de papéis, sendo isto mais visível após certos eventos, como por exemplo o falecimento de um dos membros da família (Martínez, 2003).

Relativamente à denominação destas famílias, Martínez (2003) no seu artigo científico apresenta diversas denominações que outros autores apontam para famílias com estas características, com isto a autora revela que a dificuldade na caracterização e na definição destes conceitos deve-se ao facto dos autores não quererem cingir-se unicamente às dificuldades destas

famílias e assim, impedir a evolução destas famílias. Também o facto de Melo & Alarcão (2011) terem mudado a denominação destas famílias devido à falta de enquadramento teórico para o seu modelo de intervenção utilizando o termo família multiproblemática, assim decidiram adotar a denominação de famílias multidesafiadas. Tendo em conta o que foi referido anteriormente em conta vai ser adotada a denominação de famílias multidesafiadas, quando for necessário fazer referência a estas famílias.

Enquadramento Jurídico Normativo

A Convenção sobre os Direitos das Crianças, no artigo 3º, realça a importância de todos os setores da sociedade, públicos e privados, terem em consideração o superior interesse da criança, devendo proteger e cuidar das crianças, não esquecendo os direitos e deveres dos progenitores ou outros representantes (UNICEF,1989).

O Estado tem como uma das suas responsabilidades garantir que as crianças tenham um “(...) desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social” (UNICEF,1989, artigo 27º, nº 1). Para que isto seja atingido o Estado deve mobilizar vários recursos que permitam a concretização deste desenvolvimento, assim deve prestar auxílio às famílias caso estas tenham dificuldade em propiciar as condições necessárias para que este desenvolvimento decorra.

Esta convenção salienta que a separação entre as crianças e os seus progenitores deve ocorrer quando as autoridades determinam que os progenitores não salvaguardam o superior interesse da criança. Salvaguarda-se, caso não seja prejudicial para a criança, a manutenção do contacto entre os progenitores e a criança. O Estado tem como obrigação proteger as crianças de todas as formas de mau trato exercidas pelos progenitores ou outros representantes. Assim, o Estado deve garantir que existem programas com um carácter preventivo de maus tratos bem como, programas de acompanhamento para as vítimas dos maus tratos. (UNICEF,1989)

Este documento refere que as instituições que acolhem e protegem crianças devem estar aptas para este trabalho, destacando a qualificação dos recursos humanos, bem como a fiscalização que o próprio Estado realiza a estas instituições. Após a aplicação da medida em que a criança se encontra à guarda do estado, esta deve ser revista de forma periódica. (UNICEF,1989)

Devem ser criadas as condições para que se recupere e reabilite as crianças vítimas de maus tratos, para que isto seja atingido deve ser criado um “(...) ambiente que favoreça a saúde, o respeito por si próprio e a dignidade da criança.” (UNICEF,1989, artigo 39º)

A Lei número 147/99, Lei de Proteção de Crianças e Jovens, enquadra no artigo 3º número 2, as condições que têm de estar reunidas para que exista uma intervenção.

Considera-se que o menor encontra-se em perigo quando:

- “a) Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- b) Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- d) Está aos cuidados de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais;
- e) É obrigada a actividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- f) Está sujeita, de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- g) Assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.
- h) Tem nacionalidade estrangeira e está acolhida em instituição pública, cooperativa, social ou privada com acordo de cooperação com o Estado, sem autorização de residência em território nacional.” (Lei nº147/99, 1999, artigo 3º, número 2)

As entidades responsáveis pela aplicação das medidas de promoção e proteção são as comissões de proteção de crianças e jovens (CPCJ) e os tribunais. (Lei nº147/99,1999)

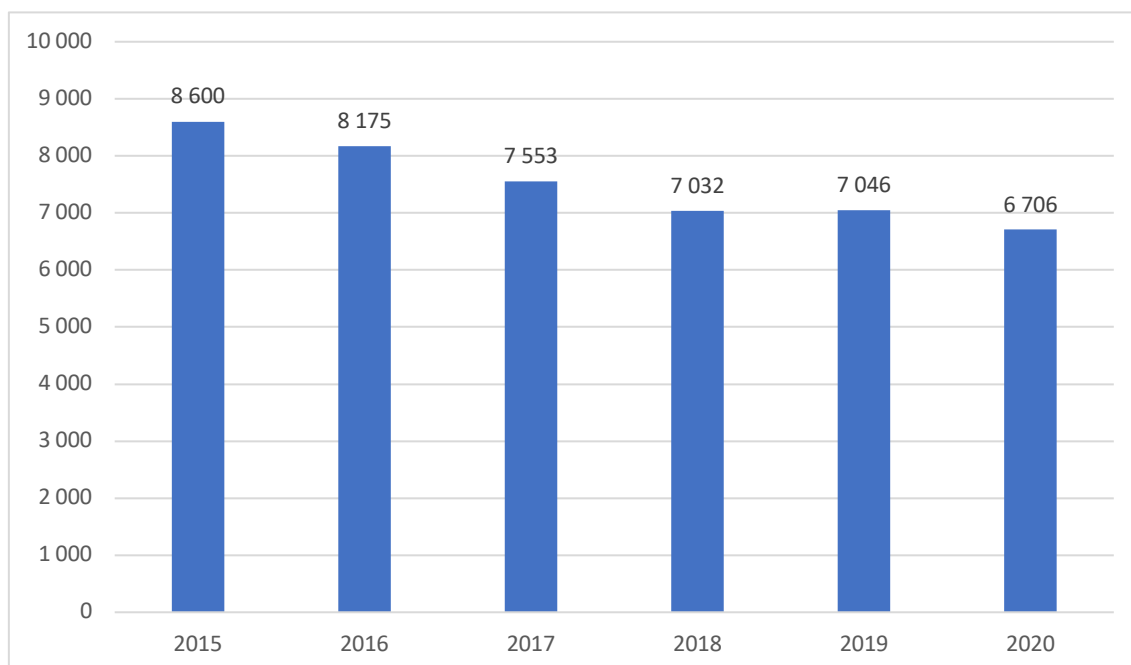
Para desencadear a intervenção da CPCJ é necessário que a família o consinta, caso o menor tenha idade igual ou superior a 12 anos tendo este também que o consentir. Quando isto não se verifica a CPCJ deve encaminhar o caso para o ministério público. (Lei nº147/99,1999)

As medidas de promoção e proteção são aplicadas tendo em vista afastar o menor do perigo a que está exposto; assegurando o restabelecimento, quer físico, quer psicológico dos menores que foram vítimas de abuso e providenciar um ambiente protetor que promova “(...) segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral” (Lei nº 147/99, 1999, artigo 34º, alínea c)

A aplicação destas medidas, como consta no artigo 45º, pode ocorrer em meio natural de vida ou em regime de colocação. As medidas aplicadas em meio natural de vida são: apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar, confiança a pessoa idónea e apoio para a autonomia de vida. As medidas aplicadas em regime de colocação são: o acolhimento familiar e o acolhimento residencial. (Lei nº147/99)

Tendo em conta a temática deste trabalho vai-se destacar as medidas aplicadas em regime de colocação, em especial o acolhimento residencial.

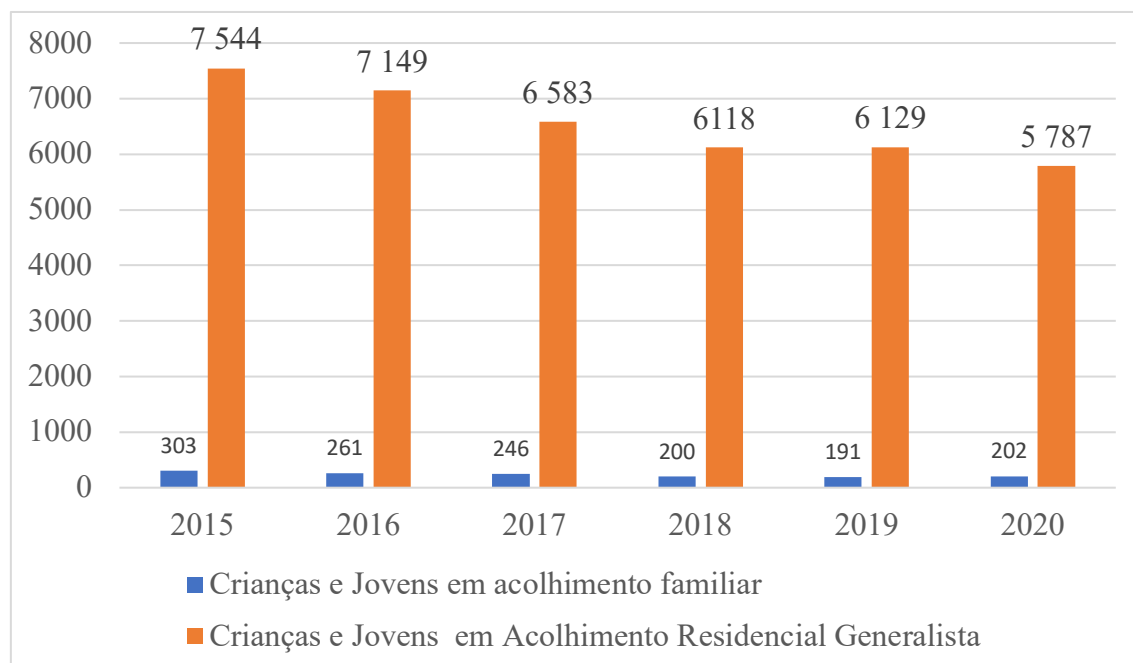
Gráfico 1- Crianças e Jovens em Acolhimento 2015-2020



Fonte: Construção própria através dos dados contidos nos Relatórios CASA do respetivo ano

No que se refere ao acolhimento de crianças e jovens, verifica-se ao longo destes anos em análise que existe uma diminuição de menores no sistema de acolhimento. Embora, como se pode verificar pelos dados presentes no gráfico, as crianças e jovens no sistema de acolhimento aumentaram de 2018 para o ano de 2019, porém, verificou-se uma descida de 7 046 para 6 706 acolhidos sendo isto registado na passagem de 2019 para 2020 (Departamento de Desenvolvimento Social, 2021; Departamento de Desenvolvimento Social, 2020; Departamento de Desenvolvimento Social, 2019; Departamento de Desenvolvimento Social, 2018; Departamento de Desenvolvimento Social, 2017).

Gráfico 2- Comparação das Crianças e Jovens em Acolhimento Familiar e em Acolhimento Residencial Generalista



Fonte: Construção própria através dos dados contidos nos Relatórios CASA do respetivo ano

Verifica-se desde 2015 até 2020 uma grande discrepância na distribuição das crianças e jovens visto que a esmagadora maioria encontra-se no acolhimento residencial generalista. Apesar do acolhimento residencial generalista ser dominante verifica-se uma tendência decrescente ao longo destes anos, à exceção do ano 2019 em que se verificou uma subida desta tendência voltando no ano de 2020 a registar-se novamente uma descida do número de acolhidos. (Departamento de Desenvolvimento Social, 2021; Departamento de Desenvolvimento Social, 2020; Departamento de Desenvolvimento Social, 2019; Departamento de Desenvolvimento Social, 2018; Departamento de Desenvolvimento Social, 2017).

Com estes dados denota-se que são poucas as crianças e jovens que são colocados em acolhimento familiar, sendo que o número mais alto de acolhidos registou-se em 2015, com 303 acolhidos. Os menores em acolhimento familiar têm descido desde 2015 até 2019. Embora em 2020 registou-se um aumento face ao ano anterior, ainda que ligeiro. (Departamento de Desenvolvimento Social, 2021; Departamento de Desenvolvimento Social, 2020; Departamento de Desenvolvimento Social, 2019; Departamento de Desenvolvimento Social, 2018; Departamento de Desenvolvimento Social, 2017).

Com estes dados retirados dos relatórios CASA dos respetivos anos pode-se concluir que há uma clara preferência pelo acolhimento residencial generalista.

Acolhimento Familiar

De acordo com a Lei nº147/99 (1999) o acolhimento familiar acontece quando um menor fica ao encargo de uma pessoa ou família, tendo estes que reunir determinadas condições para estarem qualificados para esta resposta. Estas famílias com a devida habilitação integram o menor no seio familiar e providenciam os cuidados que o menor necessita para que exista um bom desenvolvimento do mesmo. A utilização desta medida é especialmente pertinente nos menores até aos 6 anos de idade, em detrimento do acolhimento residencial, porém existem duas exceções: “a) Quando a consideração da excecional e específica situação da criança ou jovem carecidos de proteção imponha a aplicação da medida de acolhimento residencial; b) Quando se constate impossibilidade de facto.” (Lei nº147/99, 1999, artigo 46º, número 4)

Delgado & Gersão (2018) referem que o acolhimento familiar devia de ser uma resposta mais usada.

Simões (2018) aponta que as famílias de acolhimento situam-se na sua maioria no norte do país, deste modo compreende-se que devido a esta concentração a norte, existem zonas do países com poucas e outras até sem nenhuma família de acolhimento. Tendo em conta este facto, a autora recomenda que se torna necessário ampliar este tipo de resposta tendo em conta o distrito e o número de crianças que necessitam desta resposta.

A família de acolhimento tem o dever de cuidar da criança, estabelecer uma boa relação com a sua família de origem, sem qualquer tipo de julgamento ou ocupar o lugar desta. Estes argumentos tornam imprescindível o apoio de técnicos sendo necessário estabelecer uma relação de proximidade com os técnicos. A autora refere que existem várias vantagens em inserir a criança numa família de acolhimento. Estas vantagens passam por um melhor funcionamento psicológico e também, a capacitação destas crianças. O tratamento individualizado que estas crianças recebem proporcionam o que foi referido anteriormente. (Simões, 2018)

Com a retirada do menor um dos pressupostos é que este estabeleça relações de vinculação segura com os seus cuidadores, isto é relevante até que os progenitores estabeleçam as competências parentais. (Delgado & Gersão, 2018)

Uma das vantagens do acolhimento familiar apontado por Delgado (2018) está ligado à autonomia dos jovens. Os factos dos jovens puderem sair das casas destas famílias quando já

reunirem as condições para ter a sua independência, isto devido às relações criadas com a família de acolhimento. Esta pode facilitar o processo de autonomização. Quando se refere a esta transição considera-se que para além da componente financeira, deve-se considerar o apoio emocional sendo este o motivo principal que leva a que os jovens estendam a sua estadia na família de acolhimento. Tendo em conta o que foi referido anteriormente, o autor aponta que deveria ser dado apoio às famílias de acolhimento para que estas possam continuar a apoiar os jovens até que as condições para a autonomização bem sucedida estejam asseguradas.

Acolhimento Residencial

O acolhimento residencial acontece quando um menor fica ao encargo de uma instituição, tendo esta que assegurar através das suas infraestruturas e recursos humanos que estes são adequados às necessidades do menor. Deste modo, estas instituições têm que garantir que todas as necessidades do menor são asseguradas para que exista um desenvolvimento total do mesmo. Para que se consiga realizar este desenvolvimento deve ser criado um ambiente sociofamiliar nas instituições. (Lei nº147/99, 1999)

A integração de crianças e jovens no acolhimento residencial pode ocorrer de uma das duas formas: planeado ou de emergência. (Lei nº147/99, 1999)

A integração planeada permite que haja uma preparação para se integrar o menor em acolhimento, implica que haja um esclarecimento entre as várias entidades: a que aplica a medida, a que gere as vagas de acolhimento e a instituição de acolhimento. Estas comunicações tornam necessário que se discuta as particularidades do menor e que meios podem ser mobilizados tendo em conta as particularidades do mesmo. Para além disto, nesta integração também se prepara o menor e a sua família para a integração em acolhimento. A integração urgente realiza-se aquando da situação do menor implique que seja realizada de uma forma pronta uma integração em acolhimento, ou seja, quando existe perigo imediato para o menor. Assim, o menor deve ser integrado em acolhimento com carácter de emergência. (Lei nº147/99, 1999)

O decreto-lei nº 164/ 2015 (2015) regula o funcionamento do acolhimento residencial em todas as suas vertentes. Para além das casas de acolhimento, também existem unidades especializadas para crianças e jovens em situações mais específicas. (Decreto-lei nº 164/2015)

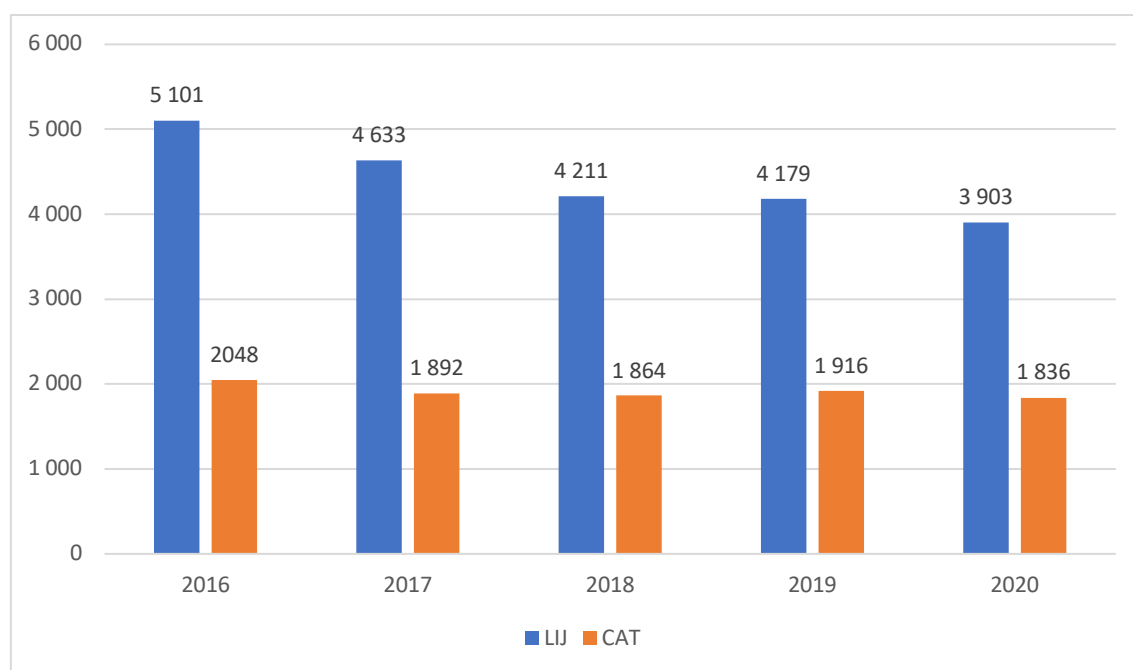
A Casa de Acolhimento é responsável pela criação de um plano de intervenção para cada acolhido, onde constam todas as informações relevantes. Neste plano de intervenção, para além de outros aspetos que são alvo da intervenção por parte dos técnicos, também deve

ser traçado o projeto de vida do acolhido para o qual também devem ser alocados os recursos necessários para que o mesmo seja cumprido. (Decreto-lei nº 164/2015, 2015)

Para além dos diplomas legais o Instituto da Segurança Social, I.P. criou um *Manual de Boas Práticas*, onde se encontram recomendações das condutas que devem ser aplicadas no acolhimento residencial. Este manual providencia estas recomendações nas mais diversas vertentes do acolhimento, onde também é incluída a autonomia (Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social, 2011).

No que se refere ao acolhimento residencial generalista existem duas respostas. O Centro de Acolhimento Temporário (CAT) destina-se ao acolhimento de carácter urgente e temporário de menores, esta resposta reserva-se às medidas de promoção e proteção num período de tempo inferior a seis meses (Instituto da Segurança Social, I.P., 2010b). O Lar de Infância e Juventude (LIJ) destina-se ao acolhimento de menores em situação de perigo, em que a medida de promoção e proteção aplicada tem uma durabilidade superior a seis meses (Instituto da Segurança Social, I.P., 2010a).

Gráfico 3- Comparação de acolhidos em LIJ e em CAT

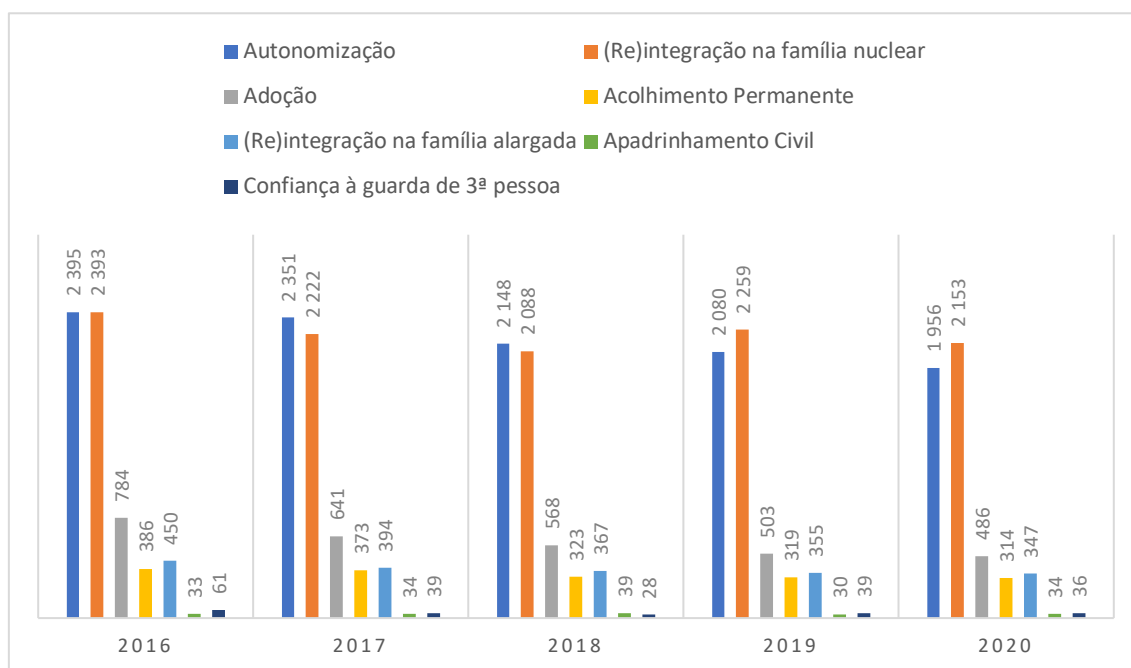


Fonte: Construção própria através dos dados contidos nos Relatórios CASA do respetivo ano

Com os dados apresentados conclui-se que o número de acolhidos em ambas as respostas tem diminuído gradualmente, ao longo destes anos, o que acompanha a tendência do decréscimo de crianças e jovens acolhidos. Porém, algo muito evidente é a preferência pelos

LII, sendo que estes contam com a esmagadora maioria das crianças e jovens em acolhimento residencial. O que revela que o acolhimento destas crianças e jovens na sua maioria não é perspetivado para ser de curta duração. (Departamento de Desenvolvimento Social, 2021; Departamento de Desenvolvimento Social, 2020; Departamento de Desenvolvimento Social, 2019; Departamento de Desenvolvimento Social, 2018; Departamento de Desenvolvimento Social, 2017).

Gráfico 4-Projetos de Vida em Acolhimento Residencial Generalista



Fonte: Construção própria através dos dados contidos nos Relatórios CASA do respetivo ano

Tendo em conta o âmbito deste trabalho irá ser analisado unicamente os Projetos de Vida dos acolhidos em acolhimento residencial generalista, os dados relativos ao Projeto de Vida em acolhimento residencial generalista só vão ser analisados a partir de 2016 visto que a em 2015 não tinham estes dados. Com o gráfico depreende-se que os Projetos de Vida com mais expressão são a autonomização e a (re)integração na família nuclear. De 2016 a 2020 o Projeto de Vida mais frequente é a autonomização, seguido pela (re)integração na família nuclear. Porém, em 2019 e 2020 houve uma modificação desta ordem e a (re)integração na família nuclear passou a ser o Projeto de Vida mais frequente, sendo que a autonomização é o segundo mais frequente. Apesar da diferença entre estes dois Projetos de Vida, esta não é muito significativa, convém realçar que durante três anos consecutivos a esmagadora maioria dos Projetos de Vida dos acolhidos era a autonomização. De frisar que entre 2016 e 2020 a adoção

mantém-se sempre como o terceiro Projeto de Vida mais habitual. (Departamento de Desenvolvimento Social, 2021; Departamento de Desenvolvimento Social, 2020; Departamento de Desenvolvimento Social, 2019; Departamento de Desenvolvimento Social, 2018; Departamento de Desenvolvimento Social, 2017).

Recomendações sobre o Acolhimento Residencial

A família é fulcral durante o crescimento, porém, por vezes a família não reúne as competências necessárias para conseguir fazer face às necessidades do menor. Deste modo, o acolhimento residencial tem um papel fundamental a desempenhar (Arteaga & Del Valle, 2003).

Os prolemas apresentados pelas crianças e jovens, devido ao seu percurso, desencadeou uma modificação em termos de acolhimento residencial. Isto implicou que todas as instituições tiveram que realizar alterações, um exercício mais difícil para as instituições mais antigas, porém estas alterações são necessárias para que haja uma modificação positiva (Simões, 2018).

Tendo isto em conta, tudo o que diz respeito à instituição é fundamental. Deste modo, as próprias condições físicas do edifício são importantes para que seja proporcionado um ambiente acolhedor e confortável para os acolhidos. Assim, devem ter como base divisões amplas, arejadas, com boa iluminação para que se propicie o ambiente que foi referido anteriormente e assim, as rotinas sejam regularizadas, tendo em conta o grupo etário e o desenvolvimento de cada acolhido. No interior da instituição, o mobiliário deve ser adequado a cada compartimento devendo algum do mobiliário ser para uso próprio do acolhido garantindo-lhe assim, mais privacidade e incentivo para serem responsáveis e cuidarem dos seus pertences pessoais. Também é valorizado o espaço exterior bem cuidado que permita a realização de atividades desportivas, de convívio e outras (Simões, 2018).

A autora menciona que no acolhimento residencial é mais fácil para os profissionais ver a história das crianças e jovens e a problemática que os levou àquele lugar, bem como os problemas individuais, porém o mais difícil é ver as capacidades e objetivos de cada um (Simões, 2018).

No que concerne aos recursos humanos, estes devem estar o mais preparado possíveis para as situações que podem encontrar e serem o mais qualificado para esta área de intervenção, bem como é importante gerir a dimensão das equipas de trabalho, tendo em conta o número de acolhidos e as problemáticas dos mesmos. Os recursos humanos são especialmente importantes visto que têm um contacto privilegiado com os acolhidos (Simões, 2018).

Alerta-se que o relacionamento entre os acolhidos e os recursos humanos tem que ser pautado por uma certa distância, deste modo o afeto não pode interferir na boa execução das funções, porém pode dificultar a aproximação que se pode cultivar com os acolhidos. Considerando que os funcionários têm um horário de trabalho, que têm a sua vida para lá do que é vivido na instituição e os próprios menores também têm o seu próprio ritmo e particularidades, incluindo no cultivo de relações. Assim, o que foi referido relativamente aos recursos humanos pode interferir na criação de laços. Portanto, estes fatores acabam por comprometer na educação sobre a afetividade e capacidade de se conseguir ter uma vida social adequada (Delgado & Gersão, 2018).

Envolver os acolhidos na manutenção ou limpeza do espaço físico bem como, na decoração do próprio espaço, tendo em conta a idade e capacidade de cada um permite, que estes se sintam num ambiente calmo onde lhes apetece estar até chegar a hora de surgir uma solução melhor (Simões, 2018).

As instituições de acolhimento também devem fornecer cuidados terapêuticos e de reabilitação de acordo com as necessidades dos acolhidos, devendo estes de serem realizados cuidadosamente desde a admissão até à preparação da saída de acolhimento (Simões, 2018).

A autora refere com particular importância perceber todas as experiências, gostos pessoais, necessidades, vivências, ou seja, tudo quanto possa identificar o mais possível o acolhido constando tudo isto no plano individual. Todos estes dados serão de extrema importância na aplicação do plano de intervenção que irá permitir o desenvolvimento integral do acolhido em todas as suas vertentes (Simões, 2018).

Vale frisar que não deve existir qualquer forma de estigmatização, visto que esta afeta negativamente os acolhidos dificultando a sua integração na sociedade (Simões, 2018).

A própria instituição deve encorajar os acolhidos, mesmo que supervisionados, a participar nas atividades na comunidade, a realizar as suas escolhas e aprender o valor do dinheiro e como este deve ser gerido (Simões, 2018).

Estudos sobre o Acolhimento Residencial

Arteaga & Del Valle (2001) referem que as investigações sobre os efeitos do acolhimento residencial se focam muito nos efeitos negativos, ao invés de existir uma investigação escrupulosa sobre tudo o que engloba esta forma de acolhimento. Deste modo, estes autores realizaram um estudo em que pretendiam perceber o nível de realização dos acolhidos em acolhimento residencial. O nível de realização das casas de acolhimento acontece

quando estas proporcionam o desenvolvimento integral e também a adaptação e integração social dos seus acolhidos.

De acordo com este estudo conclui-se que o acolhimento residencial contribui para que exista o desenvolvimento e as aprendizagens sobre a vida em comunidade, garantindo um desenvolvimento de valores, sentimentos de segurança e de pertença (Arteaga & Del Valle, 2001).

Verifica-se uma adaptação positiva das crianças ao acolhimento residencial, especialmente em termos de autoestima. Algo que pode ser explicado pelo facto deste ambiente ser mais controlado pelo educador conseguindo-se assim controlar ao que os acolhidos estão expostos (Arteaga & Del Valle, 2001).

No contexto nacional Rodrigues (2018) reuniu num estudo 74 casas de acolhimento em território nacional, fazendo parte desta amostra CAT e LIJ, com diferentes vagas, tipologias e particularidades e incluindo também membros das entidades que regulam as medidas de promoção e proteção, os recursos humanos das casas de acolhimento e investigadores, “(...) relação entre variáveis individuais dos adolescentes em AR e a qualidade dos contextos de acolhimento onde vivem é o principal objeto desta investigação” (Rodrigues, 2018, p. 96). Assim, a autora pretendia realizar um estudo que analisasse os impactos positivos da institucionalização, uma vez que uma grande parte da literatura atesta os impactos negativos descorando os impactos positivos, tal como referiu Arteaga & Del Valle (2001).

A principal conclusão deste estudo é que existe uma avaliação geral positiva relativamente à qualidade do acolhimento residencial português. Esta é providenciada pelos acolhidos, os recursos humanos destas instituições e pelos técnicos que acompanham as medidas de promoção e proteção. Porém, num dos grupos, os investigadores, avaliam o acolhimento residencial português de uma forma menos positiva quando comparado com o panorama internacional, isto porque acreditam que o acolhimento residencial nacional poderia ser melhorado tendo em conta o padrão internacional estabelecido (Rodrigues, 2018).

No que refere aos recursos humanos, os diretores técnicos destas instituições fizeram uma avaliação menos positiva relativamente à participação dos acolhidos nas decisões que os afetam, deste modo compreende-se que este direito que os acolhidos dispõe não está a ser bem executado. Como por exemplo, os acolhidos partilham que muitas das vezes não têm conhecimento sobre qual é o seu projeto de vida. Contudo, os acolhidos manifestaram satisfação com o acolhimento, estes sabem o objetivo da sua inserção na casa de acolhimento e assim, avaliam de forma positiva a qualidade do acolhimento, exceto no que diz respeito ao projeto de vida. A avaliação da qualidade menos positiva foi realizada pelas acolhidas do sexo feminino

que apontaram carências nos recursos e serviços das casas de acolhimento, tendo em conta as suas necessidades mais específicas (Rodrigues, 2018).

Outro aspeto menos positivo apresentado pelos acolhidos refere-se à idade em que foram admitidas no acolhimento, assim revelaram que na adolescência as casas de acolhimento não se encontram adaptadas às necessidades desta fase do crescimento (Rodrigues, 2018).

Os acolhidos que são admitidos com a sua fratria não avaliam a qualidade do acolhimento de forma diferente dos acolhidos que não têm irmãos, ao contrário do que era esperado pela autora (Rodrigues, 2018).

No que concerne ao apoio psicológico, os acolhidos que usufruem deste apoio dentro da casa de acolhimento avaliam de forma um pouco negativa relativamente à qualidade deste apoio, diferenciando da avaliação realizada pelos acolhidos que usufruem de apoio psicológico fora da casa de acolhimento (Rodrigues, 2018).

Relativamente aos recursos humanos das casas de acolhimento e dos técnicos das entidades que aplicam as medidas de promoção e proteção, tendo em conta a sua idade, revela-se que os mais velhos têm uma avaliação mais positiva da qualidade do acolhimento residencial e revelam um grau de exigência menor (Rodrigues, 2018).

Existe uma falta de rigor no que se refere à formação, quer seja em termos escolares, quer a nível profissional dos Recursos Humanos. A autora aponta que os recursos humanos têm que ser mais reflexivos para que exista uma mudança. Em termos de avaliação da qualidade dos recursos humanos, as equipas educativas são mais exigentes comparativamente com as restantes, isto indica que na formação escolar dos membros das outras equipas poderão não estar a ser ensinados os conhecimentos necessários para a vertente de acolhimento residencial, o que poderá comprometer a prática profissional (Rodrigues, 2018).

Outro aspeto como o tempo de serviço nesta área, em termos de recursos humanos quer das casas de acolhimento, quer das entidades das medidas de promoção e proteção não modifica a avaliação efetuada. Porém, convém ressaltar que quanto mais tempo de serviço se tem mais, menos rigorosos são na avaliação de consequências negativas e na participação na casa de acolhimento (Rodrigues, 2018).

Relativamente à dimensão das casas de acolhimento, as casas de acolhimento de grandes dimensões têm avaliações menos positivas, enquanto as casas de acolhimento de pequena dimensão têm uma avaliação mais positiva (Rodrigues, 2018).

O que foi avaliado de forma positiva pelos investigadores é o livre acesso que os acolhidos têm às diversas áreas do espaço físico da instituição, nomeadamente os quartos e cozinha. Isto permite que os acolhidos expressem a sua identidade e privacidade, como também

a aquisição de várias capacidades que irão ser necessárias na idade adulta. Para que este livre acesso à cozinha seja possível, esta divisão deve estar organizada de forma que todos independentemente da idade a possam utilizar (Rodrigues, 2018).

Quanto à supervisão das casas de acolhimento foi avaliado de forma muito positiva, devido às avaliações efetuadas e reflexão no cuidado e melhoramento da qualidade e respeito pelos direitos dos acolhidos (Rodrigues, 2018).

Todos os participantes do estudo avaliaram de forma mais positiva as casas de acolhimento mistas, tendo assim uma melhor qualidade quando comparado com as restantes (Rodrigues, 2018).

Os investigadores referem que o afeto está intimamente ligado com a qualidade das casas de acolhimento, no entanto, o conceito de afeto é muito difícil de ser definido devido às suas particularidades (Rodrigues, 2018).

Conceito de autonomia

O conceito de autonomia, na literatura, encontra-se ligado ao período da adolescência, sendo este apontado como um período importante para a construção da autonomia (Steinberg & Silverberg, 1986). Deste modo, a definição de autonomia implica que se refira a adolescência.

Steinberg & Silverberg (1986) realizaram um estudo que analisa os vários tipos de autonomia o seu desenvolvimento e intervenção durante a transição de crianças para adolescentes. Este estudo investiga a interligação entre três dimensões de autonomia, que anteriormente nunca tinham sido estudados em simultâneo: a autonomia emocional, a resistência à pressão de grupo e a autoconfiança. O estudo teve em conta diversas variáveis sociodemográficas da amostra de adolescentes e a ligação com as dimensões da autonomia referidas anteriormente.

Na transição para a adolescência, os adolescentes adquirem mais autonomia emocional relativamente aos pais. Sendo que isto é manifestado através dos seguintes comportamentos, como pensar por si próprios, começam a perceber os pais de forma menos idealizada e abandonam alguns comportamentos que existem devido à sua dependência dos progenitores. Para além disto, verifica-se uma troca progressiva da dependência dos progenitores para o grupo de pares (Steinberg & Silverberg, 1986).

Os autores concluem com este estudo, que apesar das limitações do mesmo, a autonomia é composta por várias dimensões e para além disto, a família e o grupo de pares não podem ser vistos de forma separada na órbita dos adolescentes (Steinberg & Silverberg, 1986).

Relativamente à construção da autonomia no seio familiar, esta afetará diversas partes da vida do adolescente. Destaca-se a modificação da relação dos adolescentes com os seus progenitores, passando a ser mais direcionada para o grupo de pares. Com este estudo os autores quiseram perceber de que modo o excesso do controlo e da liberdade providenciada aos filhos, relativamente à autonomia no meio familiar afeta os filhos (Eccles, Buchanan, Flanagan, Fuligni, Midgley & Yee, 1991).

Tal como Steinberg & Silverberg (1986) estes autores também focam a sua atenção na relação entre pais e filhos bem como, com o grupo de pares. A relação entre os pais e os filhos é fulcral para estes terem alguém que os oriente e também, promova um ambiente seguro para a criança explorar a sua identidade, de salientar que é mais pertinente ainda para as crianças inseguras. Paralelamente é possível aos adolescentes construírem a sua autonomia, pensarem e agirem por si próprios, através das relações que estabelecem com os pares. Assim, esta última relação permite aos adolescentes construírem a sua autonomia. No entanto, é feita a ressalva que no início da adolescência é necessária a existência de relações com os progenitores e com o grupo de pares. Para além disto, os progenitores devem garantir que no início da adolescência, os seus filhos têm mais oportunidades de controlo, caso isto não suceda, os adolescentes podem de antecipadamente centrar as suas relações com o grupo de pares (Eccles et al., 1991).

Caso exista excesso de controlo, os adolescentes acabam por ter mais conflitos com os progenitores relativamente à sua autonomia e controlo, em comparação com os adolescentes que participam nas decisões da família. Ainda relativamente à família estes adolescentes acabam por ser mais desobedientes aos progenitores. Para além disto, voltam a ter como base as suas relações com o grupo de pares e recorrem a este para auxílio em questões individuais e a preparação do seu futuro (Eccles et al., 1991).

Caso exista excesso de liberdade, pode ser tão prejudicial como a existência de poucas oportunidades. Deste modo, a demasiada autonomia e pouco apoio emocional pode levar a uma maior relação com o grupo de pares, comparativamente com os progenitores (Eccles et al., 1991).

Os autores concluem que uma adolescência saudável implica que haja níveis de autonomia que sejam adequadas ao início da adolescência (Eccles et al., 1991).

Para Noom, Dekovic & Meaus (2001) autonomia é vista como uma condição do desenvolvimento que tem de ser alcançada antes da idade adulta.

Devido à diversidade de definições atribuídas ao conceito de autonomia, torna-se difícil serem comparados. Neste sentido, os autores recorrem à análise das definições de autonomia

de diversos autores para encontrarem perspectivas comuns e assim, conceber as várias dimensões de autonomia (Noom et al., 2001).

A autonomia tem uma definição diversa, sendo que geralmente encontra-se associada à ao afastamento e perda de domínio dos progenitores (Noom et al., 2001). Este aspeto já foi referido pelos autores citados anteriormente.

Após a revisão dos conceitos de autonomia de diversos autores, os autores criaram a hipótese da autonomia ser constituída por três dimensões. Para se conseguir apurar esta hipótese e a correlação nos conceitos destas três dimensões da autonomia os autores realizaram um estudo empírico com uma amostra de adolescentes, o resultado deste estudo confirmou a hipótese levantada (Noom et al., 2001).

Noom et al. (2001) concluíram que a autonomia é composta por três dimensões: a funcional, emocional e atitudinal.

A dimensão funcional diz respeito ao processo de criação de técnicas para se conseguir atingir os objetivos delineados, assim esta autonomia é atingida quando os adolescentes conseguem criar formas para atingirem o seu objetivo (Noom et al., 2001).

A dimensão emocional diz respeito ao processo em que se consegue ser independente em termos emocionais dos progenitores e dos pares, deste modo esta autonomia é atingida quando os objetivos são estabelecidos pelos jovens independentemente da opinião de outrem (Noom et al., 2001).

A dimensão atitudinal acontece quando o adolescente consegue realizar uma escolha após a criação de várias opções, esta autonomia é atingida quando os adolescentes conseguem traçar as suas metas (Noom et al., 2001).

No panorama nacional, no que se refere à literatura relacionada com a autonomia dos adolescentes.

No estudo realizado por Fleming (2005a) os adolescentes com idades compreendidas entre os 12 e os 13 anos de idade começam a querer construir a sua autonomia, estes apoiaram a ideia de que a autonomia é um conceito que se apoia em várias dimensões.

A autora refere que os estudos e pesquisas têm-se focado na interligação entre a autonomia e outros padrões, descurando o papel que a idade desempenha no desenvolvimento da autonomia. Deste modo, a autora organizou um estudo com dois grupos de adolescentes, um no início da adolescência, com idades entre os 12 e os 13 anos e outro no final da adolescência, entre os 18 e os 19 anos. Este estudo pretendia estudar três aspetos: o desejo pela autonomia, a aquisição da autonomia e o grau da desobediência aos progenitores durante a construção da autonomia (Fleming, 2005b).

Uma das conclusões que resultaram deste estudo foi os dois grupos admitirem que o conceito de autonomia pode englobar uma multiplicidade de dimensões. Para além disto, através das respostas foi possível constatar que ambos os grupos sabem que a adolescência é fundamental para a construção de autonomia e as suas mesmas dimensões. Os aspetos que geram desacordo com os progenitores foram os mais reconhecidos pelos adolescentes na sua importância para a construção da autonomia (Fleming, 2005b).

Assim, foi demonstrado que não existem diferenças entre os grupos sobre o que se considera como um ato de autonomia, sendo que esta é realizado através do adolescente que começa a pensar por si próprio e a criar laços fora da sua família; o desejo de ser autónomo é o que guia e suporta o adolescente, ao longo deste caminho; a autonomia é consequência em grande parte dos conflitos que se criam com os progenitores e isto, leva a que o adolescente se torne mais maturo e à modificação nas interações entre o adolescente e os progenitores; e por último, os comportamentos iniciais manifestados pelos adolescentes são mais narcisísticos e vão prosseguindo até se atingir a dimensão relacional (Fleming, 2005b).

Deste modo, entende-se que a modificação da relação com os progenitores e com o grupo de pares são fulcrais no desenvolvimento da autonomia.

A juventude é vista como um tempo e processo que prepara a idade adulta e deste modo, antecede este período de vida. A conquista da autonomia é fundamental para a transição para a vida adulta, a autora aponta que este conceito, por vezes não se encontra bem definido, sendo isto considerado um problema. A autonomia implica que exista uma autonomia individual e também, é vista como algo que todos os indivíduos têm que consolidar (Pappámikail, 2010).

A autora refere que a juventude termina mais tarde isto devido a vários fatores que tornam a transição para a vida adulta mais lenta, sendo algumas das partes integrantes da vida adulta mais difíceis de serem atingidas e deste modo, a conquista total da autonomia torna-se mais difícil de concretizar (Pappámikail, 2010).

De acordo com Gomes (2010) existe uma diferença entre a autonomia e a autonomização. Esta autora atribui que a autonomia se refere à responsabilidade que cada indivíduo tem relativamente às suas escolhas e decisões. Enquanto, a autonomização é a última parte do processo de construção da autonomia, que através do uso de vários métodos pretende que após a saída da instituição o jovem tenha uma autonomia de vida bem-sucedida.

A autonomia é sedimentada no decorrer da vida do indivíduo. Relativamente ao seu desenvolvimento esta conta com dois níveis de intervenção. O nível sócioafetivo que integra a parte afetiva permitindo a competência de lidar com os sentimentos; a tomada de decisões; a adaptabilidade, deste modo depreende-se que este nível se encontra associado à parte sentimental e cognitiva, que permite ao indivíduo ser livre e definir os seus próprios objetivos. O nível comportamental está direcionado para o desempenho de tarefas como cozinhar, arrumar a casa e outras tarefas práticas. Todavia, também este nível inclui a capacidade de pôr em prática as decisões do próprio (Gomes, 2010).

Estes dois níveis estão interligados o que implica que aquando da intervenção num dos níveis indiretamente está-se a intervir em ambos. A intervenção leva a que haja um estabelecimento da autonomia dos valores, tanto individuais e sociais, através do respeito pelo outro, os direitos e deveres do cidadão e a relevância de obedecer às regras sociais (Gomes, 2010).

A própria construção da autonomia depende do meio onde o indivíduo se encontra inserido, deste modo, o meio tem a responsabilidade de reforçar as capacidades do indivíduo e atenuar as necessidades do mesmo e assim, alcançar uma autonomização bem sucedida. Esta implica que o indivíduo alcance independência nas tarefas diárias (Barbosa, 2014). A importância do meio do indivíduo e a sua relevância na construção da autonomia já foi referida por Steinberg & Silverberg (1986).

Segundo Barbosa (2014) a forma mais adequada de se construir a autonomia é através do empoderamento do indivíduo. Esta forma de construção garante que a autonomia seja mais duradoura.

Apesar de tudo isto a definição da autonomia não é consensual entre os autores (Carvalho & Cruz, 2015). No entanto, existe um consenso em que a autonomia pode estar ligada à autodeterminação pessoal e deste modo pode estar ligada às seguintes representações: “(...) autodeterminação pessoal, surge frequentemente relacionado com as noções de independência, liberdade, autossuficiência ou governo próprio, capacidade de um indivíduo assumir e gerir a tomada de decisões sobre a sua própria vida.” (Carvalho & Cruz, 2015, p. 4)

Intervenção sobre a autonomia em contexto residencial

Os autores referem que o desenvolvimento da autonomia é um processo difícil com todos os indivíduos, especialmente para as crianças e jovens institucionalizadas tendo em conta o seu percurso (Carvalho & Cruz, 2015).

Tendo em conta a importância da aquisição das competências para a autonomia, o *manual de boas práticas do acolhimento residencial* consagra como um dos princípios que deve ser promovidos pelas casas de acolhimento e todos os seus integrantes para os acolhidos. Relativamente a este princípio, o manual declara que a autonomia deve ser promovida através do quotidiano da instituição e assim, deve ser estimulada pelos adultos que trabalham na casa de acolhimento através da responsabilidade individual e na execução de diversas tarefas (Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social, 2011).

A autonomia nas instituições de acolhimento deve ser realizada para que se alcance as metas que cada etapa do desenvolvimento humano exige, isto deverá ter como consequência a aquisição das várias competências de autonomia e deste modo, a saída da instituição seja efetuada com sucesso. As ações de intervenção para a autonomia devem ser realizadas com um adulto de referência tendo por base uma relação de confiança (Gomes, 2010).

A aplicação de normas e o estabelecimento de limites são duas condições que a autora considera necessárias para que a intervenção seja bem sucedida. A autora dá maior destaque ao estabelecimento de limites, estes são importantes para que as crianças e jovens percebam quando tomam atitudes menos corretas e as consigam corrigir (Gomes, 2010).

A autora aponta que o processo de autonomização deve ser iniciado mais cedo em indivíduos que se encontram acolhidos, uma vez que, estes não contam com o mesmo apoio comparativamente com os que não se encontram nesta situação. Este fator conduz a que muitos jovens percecionem a ideia de sair da instituição com alguma relutância. Outro impasse na construção de autonomização é a falta de autoconfiança e a baixa autoestima (Gomes, 2010).

Tendo em conta os impasses apresentados a autora recomenda que deve ser realizado um plano de intervenção, onde sejam indicadas as necessidades de cada criança e jovem. Neste plano também deve conter as estratégias e os recursos a serem mobilizados para se fazer face às necessidades apresentadas e para além disto, deve-se potenciar/desenvolver as seguintes competências “(...) pessoais, sociais e ambientais” (Gomes, 2010, p. 200)

O programa “Umbruella” foi criado com o intuito específico de implementar atividades, em acolhimento residencial, para estes jovens desenvolverem ferramentas adequadas para conseguirem realizar uma transição para a vida adulta bem sucedida. Este programa esteve em funcionamento entre 1997 e 2000, em quatro países da Europa, a Finlândia, Suécia, Escócia, Holanda e Alemanha (Del Valle & Arteaga, 2009).

As atividades inerentes a este programa foram concebidas por uma equipa multidisciplinar (Del Valle & Arteaga, 2009).

Este programa tem um método de trabalho próprio, onde se preparam os diversos aspetos do quotidiano e assim, conseguir desenvolver a autonomia e independência necessárias para que os jovens consigam transacionar para a vida adulta (Del Valle & Arteaga, 2009).

A aplicação deste programa tem em conta as necessidades, as potencialidades e outras particularidades do jovem. Deste modo, este programa tem em conta o meio em que vai ser aplicado e também, tem que ser trabalhado de forma assídua e coesa. Estes dois aspetos da implementação deste programa são fulcrais, pois a autonomia e as suas competências têm de ser trabalhadas de forma contínua (Del Valle & Arteaga, 2009).

O trabalho para a autonomia deve ser iniciado o mais breve possível. No entanto, este trabalho deve ser realizado de forma sistemática, a partir dos 12 anos de idade, as atividades que devem ser desenvolvidas têm de ter por base o projeto educativo individual da criança. Os autores referem que a partir dos 15 anos de idades a construção da autonomia tem que ser obrigatoriamente trabalhada com os jovens institucionalizados, tendo em consideração as particularidades de cada jovem (Del Valle & Arteaga, 2009).

Um aspeto fundamental na aplicação do programa Umbruella é os seus participantes assumirem responsabilidades durante a participação e devem junto dos profissionais perceber quais são as áreas que têm de ser mais trabalhadas, isto não só na participação contínua como também estabelecer o horário em que se desenvolve o programa (Del Valle & Arteaga, 2009).

Antunes, Russo & Cunha (2014) desenvolveram um projeto relacionado com as competências da autonomia num Lar de Infância e Juventude, com jovens que tinham idade superior a 15 anos e tinham como projeto de vida a autonomização. Este projeto tinha como objetivo implementar atividades que permitam “(...) a promoção da autonomia através da aquisição de competências pessoais, sociais, funcionais e profissionais visando o seu desenvolvimento integral” (Antunes et al., 2014, p. 36). Relativamente à autonomia pessoal e relacional procurava-se que se fortalece as relações das participantes e que existisse consciência para cuidados preventivos de saúde e de estilo de vida saudável. Para além disto, também se desenvolveram atividades relativas às seguintes áreas “(...) Gestão Doméstica, tratamento de Roupa, Cozinha e Alimentação, Manutenção e Oficinas e Inserção na Vida Ativa” (Antunes et al., 2014, p.36). Neste quadrante foram desenvolvidas atividades relacionadas com os comportamentos pessoais e sociais e relações interpessoais. Relativamente à autonomia funcional procurava-se que as participantes integrassem atividades que permitissem criar conhecimentos e capacidades para que estas fossem autónomas a nível pessoal e profissional (Antunes et al., 2014).

Após a conclusão do projeto foram realizadas entrevistas às participantes e aos recursos humanos da instituição. As participantes deste projeto referem a relevância e a utilidade das atividades, referiram também que aprenderam novos conteúdos e que estes foram importantes na sua preparação para o futuro. Para além disto, verificaram-se também mudanças nas atitudes das participantes e por último, referem que estas atividades deveriam de ter uma maior periodicidade e que são fundamentais para adquirir ainda mais conhecimentos. As técnicas realçaram o impacto positivo do projeto nas participantes, referindo as alterações positivas que as jovens sofreram em diversas áreas como o relacionamento entre estas, gestão eficaz do orçamento, assumirem uma maior responsabilidade e a consciencialização da saída destas jovens da instituição (Antunes et al., 2014).

Gomes (2010) faz referência à forma de trabalho e de intervenção sobre a construção da autonomia, que deve ser realizada no meio institucional. Porém, o programa Umbruella é mais detalhado e preciso sobre como este trabalho deve ser realizado e acima de tudo, realça a importância de se ter em conta o meio e os indivíduos nesta intervenção.

A autora refere que as instituições devem realizar diversas atividades que procurem garantir que os acolhidos recebem valores e conhecimentos, para que exista um desenvolvimento das suas competências. Também é fulcral envolver o acolhido na intervenção para a autonomização. Para além de tudo isto, deve ser visto o projeto individual de cada acolhido e realizar as atividades para atingir os objetivos delineados para o mesmo, implicando também trabalho individualizado. Deste modo, para além dos recursos da instituição devem ser mobilizados os recursos da comunidade (Simões, 2018).

Os autores defendem que o acolhimento residencial tem que se concentrar cada vez mais em diversas áreas, sendo um dos mencionados a preparação dos acolhidos para a independência. Tudo isto devido às carências mais particulares que estes serviços apresentam e só estes podem colmatar (Bravo & Del Valle, 2009).

A construção da autonomia e a saída da instituição

Para se conseguir entender as competências e as necessidades que precisam de ser mais trabalhadas nos jovens acolhidos deve-se procurar escutar o que se sucedeu com os jovens e adultos que já estiveram institucionalizados. Deste modo, pode-se entender as lacunas e os pontos fortes que podem providenciar pistas para o trabalho que deve ser realizado com os jovens institucionalizados no trabalho da aquisição das competências da autonomia.

O estudo que se segue foi realizado a pedido do Instituto da Segurança Social ao Centro de Estudos Territoriais, com o intuito de se perceber os percursos dos adultos que estiveram institucionalizados durante a sua infância e juventude (Centro de Estudos Territoriais, 2005).

Os ex-acolhidos experienciaram sentimentos antagónicos no momento da saída da instituição, manifestando ânsia pela liberdade que a saída da instituição lhes oferece e ao mesmo tempo falta de proteção e apoio da instituição. Nos testemunhos é muito visível este último sentimento, os ex-acolhidos revelam que após a saída da instituição não tinham apoio e suporte algum não ser eles mesmos. Também transparece a separação entre o mundo exterior e a instituição, como se tratasse de mundos opostos. Após a saída da instituição alguns ex-acolhidos tentaram retomar contacto com a instituição com as pessoas que lá se encontravam acolhidas e com as que lá trabalhavam, tal não foi bem sucedido uma vez que os testemunhos apontam para a dificuldade deste restabelecimento de contacto, sendo especialmente difícil em instituições de grandes dimensões. Pelo contrário, nas instituições de pequena dimensão este contacto é mais fácil de restabelecer (Centro de Estudos Territoriais, 2005).

A maioria dos ex-acolhidos revela que não foram preparados para o momento da saída e que não lhes foram transmitidas as competências necessárias para conseguirem adaptar-se à sua nova realidade e assim, realizarem uma autonomização bem sucedida. Nos exemplos dados pelos ex-acolhidos referem que nas instituições o que foi muito trabalhado foram as tarefas domésticas, o que os ex-acolhidos caracterizaram como insuficiente para a vida fora da instituição. Verifica-se que alguns que foram preparados, porém sucedeu pouco tempo antes da saída da instituição. O que é mais notório nos testemunhos é que os ex-acolhidos referem que deveriam de ser preparados o mais cedo possível para conseguirem ter uma autonomização bem sucedida, o que não se sucedeu na maior parte dos casos. Ainda no que se refere à falta de preparação para a vida após a saída da instituição, na maioria dos testemunhos foi possível constatar que alguns destes jovens aquando da saída adotaram comportamentos que podem ser considerados como desviantes (Centro de Estudos Territoriais, 2005).

Gaspar (2014) constatou, através do seu estudo, que alguns dos ex-acolhidos relembram o tempo em que estiveram institucionalizados como um tempo favorável devido às relações criadas na instituição e que se preservaram depois da saída do jovem. No entanto, outros participantes relembram uma experiência completamente oposta.

Os ex-acolhidos atribuem muita importância a dois aspetos, à atenção e afetos providenciados pelos funcionários, o autor destaca destes dois aspetos devido ao efeito positivo que estes têm no imediato, mas também, a longo prazo (Gaspar, 2014).

Quanto à saída da instituição esta ocorre na sua maioria através da autonomização. Esta saída é vista como dolorosa devido ao medo que os jovens têm de fracassar e da falta de preparação que estes sentem para enfrentar esta nova realidade. A quebra com a instituição não sucede apenas com o espaço físico, mas também com os técnicos (Gaspar, 2014).

Este autor constatou que os sentimentos dos jovens na saída da instituição vão de encontro aos referidos por Centro de Estudos Territoriais (2005). Também não se verificaram mudanças na preparação da saída da instituição, sendo que os resultados referidos por Gaspar (2014) são idênticas às do Centro de Estudos Territoriais (2005).

Gaspar (2014) para além, de recorrer aos testemunhos de ex- acolhidos também recorre a profissionais que exercem funções na intervenção com crianças e jovens. A opinião destes vai de encontro aos testemunhos dos jovens. No entanto, são mais severos na atribuição de responsabilidades relativamente à falta de preparação que estes jovens demostram na saída da instituição.

O acolhimento institucional pode ser visto como um ponto fraco para que exista uma saída bem sucedida do acolhimento, isto porque não foram estabelecidos os requisitos. Um dos argumentos que fortalece esta questão é o resguardo que estes jovens têm durante o seu tempo em acolhimento. Este fator torna-se impeditivo na construção da autonomia (Leote & Cruz, 2015).

Considera-se fundamental que seja trabalhado, caso as condições permitam, uma ligação com a família e outras pessoas fora da instituição para que aquando da saída do jovem da instituição, estes possam ser considerados como uma retaguarda do jovem facultando uma transição bem sucedida. Assim, esta retaguarda é fundamental para apoios nas seguintes áreas “(...) habitação, educação, saúde e emprego(...)” (Leote & Cruz, 2015, p. 8)

A saída dos jovens das instituições é um evento marcante na vida destes uma vez que não são bem preparados para a realidade sem o apoio da instituição, bem como não existem outros apoios que auxiliem nesta transição (Gaspar, Gaspar, Melo & Santos, 2019).

Os autores referem que aquando da saída da instituição os jovens não se encontram munidos das capacidades necessárias para enfrentarem a nova realidade sem o apoio da instituição. Para além disto, também referem que seria pertinente uma preparação mais trabalhada para se proporcionar aos jovens as capacidades necessárias e que a saída da instituição consistisse um processo mais gradual, de modo, a que estes se pudessem adaptar mais facilmente à realidade. Os ex-acolhidos dão exemplos relativamente ao que não foi preparado durante a institucionalização para a vida após a saída da instituição: referem que a sua pouca preparação se deve à pouca informação que lhes é transmitida durante o acolhimento

e também, a referência ao que vai suceder após a saída também é feita através de pequenas conversas realizadas com muita pouca frequência. Os autores focam que mesmo os jovens que se sentem preparados para esta nova realidade deparam-se com enormes dificuldades de adaptação. Assim, esta falta de apoio é uma das problemáticas mais evidenciada pelos ex-acolhidos neste estudo. Como foi referido pelo Centro de Estudos Territoriais (2005) alguns dos jovens por consequência da sua falta de preparação referem que após a saída da instituição também adotaram comportamentos que podem ser considerados desviantes, para além disto também é referenciado que acabam por se tornar sem abrigos (Gaspar et al., 2019).

Pode-se concluir que desde os resultados do primeiro estudo apresentado pouco mudou relativamente à preparação dos jovens acolhidos para a realidade que têm de enfrentar após a saída da instituição. Assim, depreende-se que as instituições não estão a trabalhar de forma devida as competências que os jovens irão necessitar para a sua nova realidade ou se esta intervenção é realizada muito próximo da saída do jovem da instituição (Centro de Estudos Territoriais, 2005; Gaspar, 2014; Gaspar et al., 2019).

Caracterização da Instituição

O local de estágio foi um Lar de Infância e Juventude localizado na região norte de Portugal, sendo esta uma instituição um cariz religioso. Para além do LIJ, esta instituição também é composta por um apartamento de autonomização.

Este lar acolhe crianças e jovens do sexo feminino desde o nascimento até aos 18 anos de idade, embora possa também acolher crianças do sexo masculino até aos 3 anos. A capacidade de acolhimento desta instituição são 42 vagas, sendo que durante o período de estágio encontravam-se ocupadas 29 vagas.

Este lar de infância e juventude tem como objetivos que as crianças e jovens acolhidas tenham cumpridas na totalidade as suas necessidades básicas em condições de vida que se encontrem o mais próximo possível a um meio familiar; contribuir para a reingresso familiar e na comunidade e por último, providenciar os meios para que as crianças e jovens alcancem valorização pessoal, social e profissional (Regulamento Interno, 2016).

As entidades responsáveis pela solicitação do acolhimento ao LIJ são as CPCJ e os tribunais, em articulação com o Centro Distrital da Segurança Social (Regulamento Interno, 2016).

O LIJ obedece a diversos critérios de admissão para o acolhimento de crianças e jovens que devem ser cumpridos: procura salvaguardar que a criança ou jovem se localiza perto da sua família para preservar os laços familiares; admite fratrias, prioritariamente, para se preservar

estes laços; deve ser dada prioridade desde o nascimento até aos 10 anos de idade, no caso das crianças do sexo feminino, enquanto as crianças do sexo masculino, também se pode garantir, caso pertença a uma fratria, até aos 3 anos de idade; crianças e jovens com deficiências deve ser ouvida a equipa técnica e especialistas para se tomar uma decisão; deve ser escutada a criança e jovem, caso tenha idade superior a 12 anos e caso o seu desenvolvimento o permita. Por último, devem ser entregues ao LIJ os mais diversos documentos pessoais da criança ou jovem (Regulamento Interno, 2016).

Relativamente ao acolhimento das crianças e jovens na instituição, o regulamento interno do LIJ estipula que este se desenvolve em quatro fases e que tem de ser realizado pela equipa técnica (Regulamento Interno, 2016).

Assim, primeiramente, acontece o acolhimento inicial, este sucede quando a equipa prepara a admissão de uma nova criança ou jovem bem como, prepara os restantes residentes para a admissão. Aquando deste acolhimento a diretora técnica ou outro membro da equipa técnica deverá proceder ao processo de acolhimento. A criança ou jovem que se encontra a ser admitida deverá ser apresentada aos restantes membros dos recursos humanos e às restantes acolhidas, deve ser convidada a conhecer as instalações e a ser auxiliada na adaptação ao quarto indicado. Nesta fase deve ser efetuada pelo técnico que realizou o acolhimento uma entrevista à criança ou jovem e à sua família (Regulamento Interno, 2016). De acordo com informações recolhidas é dado às crianças e jovens neste momento um manual de acolhimento que refere as rotinas, os direitos, os deveres e as atividades do LIJ.

Segundamente, sucede-se a etapa da integração, esta pressupõe a atualização dos dados pessoais, nomeadamente no que concerne ao diagnóstico e prognóstico da situação da acolhida. Nesta etapa procura-se clarificar as regras de funcionamento do lar e para além disto, procura-se que a criança e jovem participe nas demais rotinas, como a “(...) alimentação, higiene, cuidados de saúde, escolares e de tempos livres” (Regulamento Interno, 2016, p. 15).

Terceiramente, decorre a etapa de acompanhamento, esta implica que exista uma responsabilidade sobre educar e acompanhar de perto a criança ou jovem para que se verifique o desenvolvimento adequado da criança ou jovem e guia-las para o que for o mais adaptado para si. Para que estes objetivos sejam atingidos é necessário o contacto permanente com os diversos serviços que a criança ou jovem frequenta, estimular sempre que possível o convívio entre as crianças e jovens e a sua respetiva família, promover atividades que fomentem o desenvolvimento das aptidões individuais e sociais das crianças e jovens e por último, a equipa deverá juntamente com a criança ou jovem e a sua família avaliar o projeto de promoção e proteção, que deve ser realizado de forma regular (Regulamento Interno, 2016).

Relativamente à saída da instituição o regulamento interno da instituição prevê que esta seja preparada, quando é possível, com os progenitores ou os representantes legais e para além disto, deve-se envolver também os serviços da comunidade. A desvinculação da criança e jovem deve ser planeada desde o início do acolhimento, sendo esta desenvolvida no quotidiano juntamente com a o utente e a sua família (Regulamento Interno, 2016).

Espaço físico da instituição

Uma das características físicas mais notórias do edifício do LIJ é a grande quantidade de janelas, o que reflete a quantidade de luz que a instituição tem no seu interior. Este edifício tem cinco pisos, devido a esta dimensão o edifício dispõe de elevadores que facilitam a circulação do grupo de crianças mais novas, nomeadamente até aos cinco anos.

Os últimos dois pisos são compostos por quartos, uma casa de banho para cada grupo com quatro chuveiros designado para cada criança e jovem. Cada um destes dois últimos pisos tem uma sala de convívio que dispõe de uma televisão, adequados à faixa etária do grupo destinado a esta sala para horas de lazer, bem como, de uma tábua de passar dado que cada jovem passa a sua própria roupa. Por último, cada um destes pisos tem uma sala de colaboradoras e uma sala de arrumos onde se encontram os produtos de higiene e outros utensílios para serem usados exclusivamente para cada grupo e manutenção de cada piso.

Na instituição existem vários quartos com casas de banho privativas que servem de quartos de isolamento, estes são utilizados quando alguma das jovens testa positivo à COVID-19 ou tem sintomas.

Esta instituição conta com quatro rouparias, três das quais destinam-se para as roupas das acolhidas e uma destina-se para a roupa de cama. Também se verifica a existência de uma sala onde se guarda todo o calçado. Por último, existe também uma sala para a costureira.

A instituição conta com uma sala de multimédia que é usada para as explicações caso as jovens necessitem de auxílio com alguma disciplina em que tenham mais dificuldade, uma biblioteca que pode ser usada para as crianças e jovens estudarem, uma sala de estudo onde existe um horário com as jovens que se encontram no estudo da manhã, tarde e noite sendo que a limpeza desta sala é realizada rotativamente pelas jovens após a saída do horário do estudo. Importa referir que o horário do estudo é organizado tendo em conta o horário letivo das crianças e jovens. Por último, existe uma sala onde se encontra todo o material escolar, este é providenciado conforme as necessidades das crianças e jovens.

Num dos pisos existe uma cozinha, uma copa e uma sala de jantar, denominada por refeitório. Este conta com quinze mesas, as crianças e jovens também se encontram divididas

por grupos em cada uma destas e existe uma dispensa onde são colocados os donativos que a instituição recebe. Também existe uma sala das máquinas e uma sala onde se encontram as mochilas térmicas.

Em termos de espaços lúdicos interiores pode-se contar com o salão e o atelier. No salão, na época de Natal, as acolhidas prepararam um espetáculo para ser exibido no dia do jantar de Natal do LIJ. Para além disto, esta divisão também é utilizada pelas acolhidas durante as férias para a realização das mais diversas atividades. O atelier é uma divisão com muitos brinquedos e outras peças lúdicas, este espaço é utilizado essencialmente para brincarem, quando não utilizam a sala do piso a que pertencem.

Relativamente ao espaço que acolhe as visitas, este foi alterado devido à entrada em vigor do plano de contingência da COVID-19. Desta forma, as visitas passaram a ser realizadas numa sala adjacente ao salão, tendo este espaço sido convertido para este propósito. Assim, estas visitas passaram a ser realizadas com distanciamento físico, sendo este assegurado por um acrílico e placares para garantir o distanciamento físico e no final de cada visita procede-se à desinfecção da parte utilizada pelo visitante.

Existe um gabinete para a equipa técnica, um gabinete para a diretora técnica e um gabinete de psicologia.

Na entrada do edifício encontra-se a portaria, as jovens ao entrarem na instituição trocam de calçado havendo caixas com o nome e o calçado de cada jovem destinado ao interior da instituição. Realça-se que na portaria também existe uma pequena sala, que tem várias funções. Neste andar existe uma sala que foi convertida num vestuário, onde as crianças e jovens trocam a roupa que usam no exterior da instituição e onde deixam as mochilas que levam para a escola. Também as colaboradoras e as técnicas têm um espaço próprio para vestir as batas e trocar de calçado, estas mudanças nos espaços físicos sucederam-se devido à entrada em vigor do plano de contingência da COVID-19.

Esta instituição também conta com uma capela, onde uma vez por semana é rezada a missa.

Em termos de espaços exteriores lúdicos o LIJ partilha-os com mais duas valências da infância e juventude da instituição, a creche e o jardim de infância, no entanto, existe um campo de futebol que é exclusivo para o LIJ.

Existe uma carrinha da instituição para realizar o transporte das crianças e jovens para as suas atividades letivas, caso a escola se situe a uma distância maior, caso contrário as crianças e jovens deslocam-se a pé. Para além disto, a carrinha também é utilizada para outros fins, como por exemplo o transporte para consultas médicas.

Funcionamento e rotinas da instituição

As crianças e jovens estão distribuídas por grupos pelos pisos da instituição, como já foi referido os últimos dois pisos destinam-se aos quartos, sendo que cada quarto tem três camas. As crianças e jovens têm a liberdade de decorar os quartos, têm que ter o quarto o mais organizado possível e aquando da saída da instituição as crianças e jovens têm que remover os seus pertences pessoais. A distribuição das crianças e jovens por cada quarto é realizada tendo em conta a personalidade de cada uma das integrantes do mesmo, sendo que com o plano de contingência da COVID-19 passou-se a ter em consideração as crianças e jovens que frequentam a mesma escola.

Relativamente ao vestuário dos acolhidos, a roupa das acolhidas é doada para a instituição. Na admissão as crianças e jovens podem trazer a sua própria roupa, no entanto, esta está sujeita a um processo de triagem e caso não seja visto como adequada é devolvida à família. Ainda no que concerne ao vestuário e aos produtos de higiene individual, são todos numerados para se saber a que criança e jovem pertence, nesta instituição cada criança e jovem tem um número de modo a se saber o que pertence a cada uma.

Também no que se refere aos pertences pessoais, as crianças e jovens tem um número designado para si, este serve para identificar os mais diversos pertences das crianças e jovens, deste modo pretende evitar-se que haja confusões sobre o que pertence a cada uma.

A nível de funcionamento o LIJ tem as rotinas diárias organizadas e com horas que já se encontram estabelecidas, nomeadamente os horários de levantar e deitar e higiene matinal, porém, estes podem ser alterados tendo em conta o quotidiano e as necessidades das crianças e jovens. De salientar que existem diferenças nos horários das rotinas dos dias de semana e fim de semana. Importa referir que os horários das rotinas diárias se encontram expostos no regulamento interno da instituição (Regulamento Interno, 2016).

Quanto às atividades extracurriculares estas realizam-se de acordo com os horários escolares, dando maior importância às atividades que são desenvolvidas na comunidade. Este aspeto também é consagrado no regulamento interno da instituição (Regulamento Interno, 2016). As acolhidas contam com várias atividades extracurriculares como a catequese, explicações, aulas de música e a presença na missa. Para além destas, a instituição também conta com sessões de dinamização promovidas pela Juventude da Cruz Vermelha da delegação local, que são realizadas em determinados sábados de cada mês nos espaços da instituição.

A partir dos dez anos de idade, as utentes começam a realizar as obrigações. Estas são tarefas domésticas que as acolhidas têm que realizar para a manutenção do espaço da instituição, que podem ser auxiliadas pelas colaboradoras. Cada grupo de utentes está

responsável pela manutenção e limpeza do seu piso, para além disto também têm que ajudar na manutenção de espaços comuns como a copa, o refeitório e o salão, sendo esta também realizada de acordo com o grupo em que estão inseridas.

O mapa das obrigações é realizado com base no horário escolar das acolhidas, tendo estas uma ou duas obrigações do seu piso a seu encargo, havendo uma rotatividade semanal sobre a tarefa que cada jovem desempenha. Estas obrigações realizam-se todos os dias da semana, sendo que no fim de semana as obrigações são realizadas de uma forma mais profunda e existem tarefas específicas a serem realizadas nesta altura.

Caracterização das crianças e jovens acolhidas

Tabela 1- Caracterização Sociodemográfica das Crianças e Jovens Acolhidas no LIJ

Género	
Feminino	25
Masculino	4
Grupos Etários	
0-3	3
4-5	2
6-9	4
10-11	3
12-14	5
15-17	5
18-20	5
21- 25	2
Escolaridade a frequentar	
Creche	3
Jardim de Infância	4
1º Ciclo	4
2º Ciclo	4
3º Ciclo	7
Curso Profissional no ensino secundário	2
Ensino Secundário	4
Curso de Especialização Tecnológica (CET)	1

Fonte: Construção própria através dos dados contidos nos processos individuais das crianças e jovens acolhidas no LIJ

De acordo com o Regulamento Interno (2016) este LIJ tem como grupo-alvo primordial, do nascimento aos 18 anos, crianças e jovens do sexo feminino. Porém, também acolhe crianças do sexo masculino até aos 3 anos, tendo em conta os dados acima expostos pode-se concluir que este grupo é pouco significativo nas crianças e jovens acolhidas neste lar.

No que concerne aos grupos etários verifica-se que na sua maioria as crianças e jovens acolhidas neste LIJ englobem os seguintes grupos etários 12-14, 15-17 e 18-20, sendo estes três

com o mesmo número de acolhidas. De acordo com dados do relatório CASA 2020, os grupos etários com mais presença no acolhimento residencial generalista são: 15-17, com 1 966; seguido por 12-14, com 1 066 e o terceiro, 18-20, com 732. O relatório CASA 2020 também apresenta os grupos etários mais frequentes em LIJ, a maioria dos acolhidos nesta resposta constam no grupo etário 15-17 anos, com 1 586; seguido de 12-14 anos, com 803 e em terceiro, 18-20, com 608 acolhidos (Departamento de Desenvolvimento Social,2021). Com estes dados pode-se concluir que em termos de grupos etários o LIJ reflete os dados que se encontram neste relatório.

Relativamente à escolaridade a frequentar a maioria das acolhidas no LIJ frequenta o 3º ciclo, contando com sete acolhidas a frequentar este ciclo de estudo. Após este ciclo de estudo encontram-se a frequentar com igual número de acolhidas, os seguintes ciclos de estudo: jardim de infância, 1º ciclo, 2º ciclo e ensino secundário, tendo cada um destes ciclos de estudo quatro acolhidas. Tendo em conta o número de jovens a frequentar estes ciclos de estudo e a sua pertença ao grupo etário pode-se concluir que algumas das acolhidas se encontram a frequentar o ciclo de estudo que corresponde à idade normal da frequência do respetivo ciclo de estudo.

Tabela 2- Percurso Institucional das Crianças e Jovens

Motivo de Acolhimento	
Mau Trato Físico	4
Mau Trato Psicológico	2
Violência Sexual	5
Negligência (Falta de supervisão e acompanhamento familiar, educação, saúde e exposição a modelos parentais desviantes)	26
Outros	4
Entidade responsável pelo processo	
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	10
Equipa Multidisciplinar de Assessoria Técnica ao Tribunal	19
Tempo de institucionalização	
Até 1 ano	4
1 ano- 4 anos	19
11 anos- 20 anos	3
Número de Fratrias na instituição	4
Projeto de Vida	
Adoção	1
Reintegração na família nuclear	12
Autonomização	10
Sem Projeto de Vida Definido	6
Grupo Etário aquando da admissão no LIJ	
0-3	6
4-5	4
6-9	7
10-11	3
12-14	7
15-17	2

Fonte: Construção própria através dos dados contidos nos processos individuais das crianças e jovens

Como se pode verificar os motivos de acolhimento superam o número de crianças e jovens acolhidas neste LIJ. O motivo que mais levou à institucionalização foi a negligência, com 26; seguida pela violência sexual, com 5 e o terceiro, os outros, com 4. De acordo com o relatório CASA de 2020, pode-se verificar que o motivo de acolhimento mais frequente é a negligência, esta continua a ser o motivo mais prevalente para o acolhimento de crianças e jovens, sendo que 10 884 crianças e jovens foram integradas em acolhimento por este motivo. Já o segundo motivo de acolhimento são os outros que reúnem vários motivos como a falta de supervisão das crianças e jovens, com 1 966. O terceiro motivo de acolhimento mais frequente são os maus tratos psicológicos, com 1 531 crianças e jovens acolhidos por este motivo (Departamento de Desenvolvimento Social, 2021). Deste modo, percebe-se que é a negligência o motivo mais patente que está na origem dos motivos de acolhimento. Camilo & Garrido (2012) declaram que a problemática da negligência é uma das mais frequentes e a que desperta muita inquietação nos serviços de proteção de menores. Estas autoras relacionam a negligência aos progenitores que devido à sua falta de capacidades, conhecimentos ou meios não conseguem fazer face às necessidades integrais dos menores.

Para além disto, as autoras mencionam que o panorama socioeconómico propicia a pobreza, o que leva a um acréscimo das famílias multidesafiadas, o que impõe que haja modificações na intervenção que é realizada face às adversidades que esta intervenção implica, devido aos vários fatores de risco a que estas famílias se encontram expostas (Camilo & Garrido, 2012).

Ainda no que se refere aos motivos de acolhimento serem superiores ao número de acolhidas no LIJ, este facto pode estar ligado às famílias multidesafiadas. No que diz respeito, aos menores estas famílias estão sinalizadas pelos serviços por problemáticas como o mau trato e a negligência (Alarcão, 2006).

A maioria das utentes estão institucionalizadas neste LIJ entre um e há quatro anos. De acordo com o relatório CASA 2020 o acolhimento generalista conta com o maior número de acolhidos com uma duração superior a quatro anos, com 1 844 acolhidos (Departamento de Desenvolvimento Social, 2021).

Relativamente ao grupo etário aquando da admissão no LIJ verifica-se que os grupos etários mais frequentes são dos 6-9 e 12-14, ambos com sete acolhidas e outro que importa destacar o grupo etário 0-3, com seis acolhidas.

Constata-se que a maioria dos processos de promoção e proteção das acolhidas estão encarregues à Equipa Multidisciplinar de Assessoria Técnica ao Tribunal, o que também é verificável a nível nacional, no relatório CASA 2020 já que 5 269 das medidas de promoção e

proteção são aplicadas pelo tribunal, e apenas 1 390 são da responsabilidade da CPCJ (Departamento de Desenvolvimento Social, 2021).

A maior parte das acolhidas tem como projeto de vida a reintegração na família nuclear, com 12 acolhidas; o segundo projeto de vida mais frequente é a autonomização, com 10 acolhidas. Convém ressaltar que existem seis acolhidas sem o projeto de vida definido, isto pode-se dever à sua recente institucionalização ou à mudança de circunstâncias que levaram à modificação do seu projeto de vida. O relatório CASA 2020 demonstra que o projeto de vida mais frequente no acolhimento residencial generalista é a reintegração na família nuclear, com 2 153 crianças e jovens; seguido pela autonomização, com 1 956 crianças e jovens e o terceiro projeto de vida mais frequente é a adoção, com 486 crianças e jovens. Porém, importa mencionar que em termos globais no sistema de acolhimento português cerca de 458 crianças e jovens não têm o projeto de vida definido (Departamento de Desenvolvimento Social, 2021).

Motivos de Saída da Instituição 2018-2021

De seguida irão ser explorados os motivos de saída do local de estágio desde 2018 até 2021, quando possível irão ser enquadrados os dados da instituição com os dados do relatório CASA do respetivo ano no que toca aos motivos de cessação de medida no sistema de acolhimento nacional e os motivos de cessação nos LIJ em território nacional.

Tabela 3- Motivos de Saída do LIJ em 2018

Reintegração na família nuclear	3
Adoção	2
Reintegração na família alargada	1
Autonomização	1
Transferência de instituição	1
Confiança a pessoa idónea	1

Fonte: Construção própria através de dados cedidos pela instituição

De acordo com os dados disponíveis no relatório CASA 2018 a maioria das crianças e jovens que saíram do sistema de acolhimento voltaram à sua família nuclear, sendo estes 1 329; o segundo motivo de saída do sistema de acolhimento foi a integração com a família alargada, com 359 e o terceiro motivo, foram os 342 jovens que atingiram a maioridade. No que concerne aos LIJ, o motivo mais frequente é igual ao referido anteriormente, 746 regressaram à sua família nuclear; o segundo motivo foram os jovens atingiram a maioridade, com 242 e o terceiro

foi a integração de crianças e jovens nas famílias alargadas, sendo estes 164 (Departamento de Desenvolvimento Social, 2019). O local de estágio, em 2018, também tem como motivo de saída mais frequente a integração na família nuclear, no entanto, a partir do segundo motivo já não acompanha o panorama nacional.

Tabela 4-Motivos de saída do LIJ em 2019

Autonomização	4
Transferência de instituição	3
Adoção	2
Reintegração na família nuclear	1
Reintegração na família alargada	1

Fonte: Construção própria através de dados cedidos pela instituição

Em 2019, o relatório CASA mostra que o motivo mais frequente de cessação de acolhimento continua a ser a integração na família nuclear, com 1 239 crianças e jovens; o segundo motivo também continua a ser a integração na família alargada, com 302 crianças e jovens e o terceiro motivo também continua a ser os jovens que atingiram a maioridade, com 213 jovens. No que diz respeito aos LIJ, o motivo mais frequente da cessação também continua a ser a integração na família nuclear, com 641 crianças e jovens, em segundo lugar a integração na família alargada e os jovens que atingiram a maioridade tiveram o mesmo número de saídas sendo estas 132 cada (Departamento de Desenvolvimento Social, 2020). No ano de 2019, o local de estágio não acompanha o panorama nacional sendo que os dois motivos mais frequentes de cessação, a integração na família nuclear e na família alargada, são os menos frequentes neste local. Verifica-se neste ano como motivo mais frequente a autonomização das jovens.

Tabela 5-Motivos de saída do LIJ em 2020

Reintegração na família nuclear	1
Adoção	1
Transferência de instituição	3

Fonte: Construção própria através de dados cedidos pela instituição

O ano de 2020 de acordo com os dados registados no relatório CASA deste ano, os três motivos de cessação continuam a ser os mesmos que os últimos dois anos. Assim, o primeiro

motivo de cessação é o regresso à família nuclear, com 1 253; o segundo motivo a integração na família alargada, com 297 e em terceiro, a saída dos jovens ao atingirem a maioridade, com 115 jovens. Já os motivos de cessação das medidas de promoção e proteção nos LIJ conta em primeiro lugar a integração na família nuclear, com 771; o segundo motivo é a integração na família alargada, com 144 e em terceiro a saída dos jovens com 18 anos de idade, com 83 jovens (Departamento de Desenvolvimento Social, 2021). No entanto, o local de estágio teve como motivo de saída da instituição mais frequente as transferências da instituição, contando com três transferências.

Tabela 6- Motivos de saída do LIJ em 2021

Autonomização	7
Reintegração na família nuclear	1
Reintegração na família alargada	2
Adoção	2
Acolhimento familiar	1
Transferência de instituição	2

Fonte: Construção própria através de dados cedidos pela instituição

No ano de 2021 no local de estágio a autonomização foi o motivo de saída da instituição mais frequente, contando com sete jovens. Este motivo é seguido pela adoção, reintegração na família alargada e transferências de crianças e jovens para outras instituições, estes três motivos contam todos com o mesmo número de crianças e jovens.

Também importa destacar que nestes anos em análise, 2018 até 2021, existem sempre transferências de crianças e jovens para outras instituições.

Como se pode verificar, o panorama nacional do sistema de acolhimento tem sempre os mesmos três motivos principais de cessação de acolhimento, a integração na família nuclear, a integração na família alargada e a saída voluntária dos jovens que atingem a maioridade. No entanto, o local de estágio não acompanha este panorama, pois os motivos de saída de instituição vão-se alterando de ano para ano e não vão de encontro aos motivos de cessação relatados nos relatórios CASA dos respetivos anos. Apenas em 2018, se verificou um alinhamento no primeiro motivo de cessação da medida e a saída da instituição, sendo esta a reintegração na família nuclear. Relativamente à autonomização, o local de estágio, exceto no ano de 2020, tem sempre jovens que saem da instituição por este motivo.

Caracterização dos Recursos Humanos

O LIJ conta com três equipas nos seus recursos humanos: a equipa educativa, a equipa de apoio e a equipa técnica.

Tabela 7- Caracterização da Equipa Educativa

Função na instituição	Género	Grupo Etário	Nível de escolarização	Tempo de Serviço (anos)
Encarregada de Serviços Gerais	Feminino	50-54	Ensino Secundário	12
Encarregada de Serviços Gerais	Feminino	50-54	3º Ciclo	16
Ajudante de lar e centro de dia	Feminino	45-49	Ensino Secundário	12
Ajudante de lar e centro de dia	Feminino	60-64	1º Ciclo	24
Ajudante de lar e centro de dia	Feminino	50-54	3º Ciclo	14
Ajudante de lar e centro de dia	Feminino	55-59	2º Ciclo	20
Ajudante de lar e centro de dia	Feminino	65-69	2º Ciclo	31
Ajudante de lar e centro de dia	Feminino	40-44	Ensino Secundário	15
Ajudante de lar e centro de dia	Feminino	50-54	2º Ciclo	7
Ajudante de lar e centro de dia	Feminino	55-59	Ensino Secundário	7
Ajudante de lar e centro de dia	Feminino	35-39	Ensino Secundário	6
Ajudante de lar e centro de dia	Feminino	50-54	2º Ciclo	2

Fonte: Construção própria através de dados cedidos pela instituição

A equipa educativa é constituída por 10 ajudantes de lar e por duas encarregadas de serviços gerais. Relativamente à idade destas funcionárias a maioria enquadra-se no grupo etário entre os 50- 54 anos. A grande parte dos membros desta equipa trabalham nesta instituição há 10- 15 anos. Tendo isto em conta depreende-se que a esmagadora maioria destas funcionárias já teve um emprego anterior ao que estão a exercer nesta instituição. Relativamente ao horário de trabalho, os membros desta equipa trabalham por turnos.

No que concerne o nível de escolarização a maioria tem entre o 2º e o 3º ciclo.

De acordo com o Regulamento Interno (2016), de modo que haja uma comunicação mais eficaz existe um livro de ocorrências caso seja necessário registar algum acontecimento para que na troca de turno as funcionárias estejam ao corrente, contudo esta comunicação é estabelecida também oralmente.

Tabela 8- Caracterização da Equipa de Apoio

Função na Instituição	Género	Grupo Etário	Nível de Escolarização	Tempo de Serviço (anos)
Ajudante de Cozinha	Feminino	45-49	3º Ciclo	26

Fonte: Construção própria através de dados cedidos pela instituição

A equipa de apoio é constituída por apenas um elemento, que exerce a função de ajudante de cozinha. A nível de escolarização está nos mesmos parâmetros que a equipa educativa. Destaca-se que em termos de tempo de serviço é uma das funcionárias com mais antiguidade.

Tabela 9- Caracterização da Equipa Técnica

Função	Género	Grupo Etário	Nível de Escolarização	Área de Formação	Tempo de Serviço (anos)
Diretora Técnica	Feminino	45-49	Pós-Graduação	Neuropsicologia Clínica	15
Professora	Feminino	40-44	Licenciatura	Educação Básica	13
Educadora Social	Feminino	45-49	Licenciatura	Educação Social	6
Psicóloga	Feminino	30-34	Mestrado	Psicologia da Justiça	3
Assistente Social	Feminino	35-39	Licenciatura	Serviço Social	Até 1 ano

Fonte: Construção própria através de dados cedidos pela instituição

A equipa técnica é constituída por cinco elementos, com diversas áreas de formação. Comparativamente com a equipa educativa, os elementos da equipa técnica são em termos de idade mais novas e com menos tempo de serviço. Ainda relativamente à idade dos membros desta equipa a sua maioria encontra-se em grupos etários a partir dos 40 anos. Quanto ao tempo de serviço, além de dois membros, que têm mais tempo de serviço, a maioria não atinge os 10 anos de serviço à instituição, o que supõe que estas funções podem ter alguma rotatividade no técnico que as ocupa.

Em relação aos horários da equipa técnica, certos membros têm um horário diferente, a educadora social e a professora, isto com o intuito que exista um melhor acompanhamento das crianças e jovens. Este critério deve-se ao horário escolar das crianças e jovens. Para além disto, todos os membros da equipa técnica, têm que trabalhar de forma rotativa durante o mês ao sábado.

Relativamente à formação dos recursos humanos de casas de acolhimento, o manual das casas de acolhimento refere a importância de haver uma renovação dos conhecimentos e das práticas que foram previamente adquiridos (Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria

Social, 2011). No local de estágio todas as equipas têm que frequentar diversas formações ao longo do ano.

Outro ponto que é referido no *manual das boas práticas* é a supervisão destas instituições. A supervisão no sentido de suscitar a mudança na organização e um melhoramento no cuidado com as crianças e jovens, tem que envolver todas os membros dos recursos humanos. Recomenda-se que esta prática para ser verdadeiramente realizada deve ser efetuada por uma entidade externa, uma vez que sendo imparcial consegue perceber alternativas e práticas mais facilmente do que os funcionários da instituição. Para além disto, a supervisão tem que definir como prioritário a análise de casos concretos e a criação de novas intervenções (Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social, 2011). As três equipas do LIJ também estão sujeitas à reunião de supervisão que acontece uma vez por mês. Nesta reunião um supervisor externo à instituição reúne-se com os recursos humanos desta instituição.

Intervenção sobre a autonomia e as suas competências no LIJ

Para se entender que tipo de intervenção é desenvolvida por parte da instituição relativamente ao desenvolvimento das competências da autonomia realizaram-se entrevistas à equipa técnica desta instituição.

- Forma de intervenção sobre a construção das competências da autonomia

A autonomia e as suas competências devem ser trabalhadas de acordo com alguns membros, tendo em consideração o desenvolvimento integral das crianças e jovens, sendo este realizado ao longo do seu desenvolvimento.

“(..).Acho que dizer que todas as idades são boas para trabalhar autonomia. Trabalhamos é a autonomia de diferentes formas, enquanto que por exemplo, com uma criança nós trabalhamos a autonomia para a execução de determinada tarefa, se calhar quando estamos a falar de uma jovem, de um adolescente a autonomia já não é para ela ser autónoma e ser capaz de se vestir sozinha, ser capaz de andar sozinha, não ser capaz de comer sozinha” (excerto da entrevista: 22/6/2022 membro da equipa técnica)

Enquanto, outros membros apontam como idade para esta intervenção a partir dos 12 ou 13 anos de idade. Em ambas as opiniões esta intervenção é realizada independentemente do projeto de vida.

“Eu até acho que devem começar a trabalhar mais cedo que os 12 ou 13 anos, mas se calhar a partir dos 12 anos é quando começam a ser conscientes e mais responsáveis. Aí está como é o dia a dia delas da importância das tarefas que elas têm no dia a dia delas e a importância e o peso que essas tarefas terão no futuro delas (...)” (excerto da entrevista: 22/6/2022, membro da equipa técnica)

Porém, existe uma ressalva que a partir dos 15 anos de idade as competências que têm de ser mais trabalhadas estão relacionadas com os recursos da comunidade, devendo esta ser posta mais vezes em prática.

“(...)Principalmente a partir dos 15 anos se calhar que tem a ver mais com utilização de recursos da comunidade, essas terão que ser mais trabalhadas, para que elas se sintam mais independentes um bocadinho e não sempre tão protegidas, que se calhar é uma coisa que tem de ser mais trabalhada e que às vezes não é tão trabalhada aqui na instituição, mas se calhar temos que pensar seriamente nisso” (excerto da entrevista: 22/6/2022, membro da equipa técnica)

O LIJ em questão trabalha as competências para a autonomia através das tarefas que as jovens desempenham no seu quotidiano, estas tarefas podem ser as que estão inerentes ao funcionamento do LIJ como também, as tarefas que são necessárias de serem realizadas fora da instituição:

“Tudo o que seja rotina diária dentro ou fora trabalha-se a autonomia delas, também dependendo da idade vai-se trabalhando a autonomia” (excerto da entrevista:22/6/2022, membro da equipa técnica)

As tarefas que são dadas mais destaques estão relacionadas com a gestão de tempo, gestão do espaço, higienização dos espaços físicos das instituições, gestão do dinheiro. Para além disto, na época das férias escolares existem formações em que são abordados diversos temas com o intuito de serem preparadas estas competências, mas de uma forma mais intensa, estas formações podem ter como temáticas, por exemplo a gestão do orçamento doméstico:

“Mas nas férias de Natal, Páscoa e nas férias grandes fazemos umas formações onde abordarmos às vezes esses temas do dinheiro, da autonomia, da casa, do saber gerir o

dinheiro que gastam para uma renda, para água, luz e gás e esses produtos que no fundo são essenciais, não é para um dia mais tarde se puderem autonomizar?” (excerto da entrevista: 22/6/2022, membro da equipa técnica)

Os membros da equipa técnica ressaltam que o apartamento de autonomização que a instituição dispõe é o local ideal para se trabalhar as competências da autonomia e onde este trabalho é realizado de uma forma mais adequada, devido à já possível inserção das jovens no mercado de trabalho. Este apartamento permite um acompanhamento das jovens sendo este mais focado na aquisição das competências e também, dá-se apoio às jovens nas opções que estas podem tomar com a sua vida.

“ Posteriormente quando começam a ficar mais velhas queremos realmente trabalhar a autonomia delas, o principal objetivo é colocá-las que nós temos essa possibilidade aqui podemos colocar num apartamento da autonomia, que pertence à instituição para que elas possam fazer gestão das economias, para poderem cobrir as despesas mensais como: água, luz, renda da casa normalmente também ajudamos e encaminhamos para que possam exercer alguma atividade profissional” (excerto da entrevista: 22/6/2022, membro da equipa técnica)

Uma das técnicas referencia que a mesma trabalha outras competências para além daquelas anunciadas anteriormente, este membro refere que trabalha com as jovens a gestão emocional e de conflitos para aquando da saída da instituição se sintam capacitadas para realizarem uma gestão adequada destes aspetos sozinhas.

“O meu trabalho com elas também é muito nesse sentido as capacitar a nível individual e a nível emocional. Se calhar não o meu preocupo tanto com organização do dia a dia, com a organização do espaço, a limpeza do espaço. Mas preocupo-me mais com a gestão emocional que elas depois irão fazer lá fora quando forem deparadas com os diversos problemas, conflitos e dificuldades e, portanto, é o trabalhar emocionalmente a autonomização é um bocadinho por aí porque elas aqui acabam sempre por perceber que tem uma muleta (...)” (excerto da entrevista: 22/6/2022, membro da equipa técnica)

Alguns membros da equipa técnica referem que se deveria apostar ainda mais na transmissão de valores, trabalhar a empatia com as jovens, ou seja, a parte mais ligada com a gestão emocional e de atitudes.

“Se calhar as competências aqui que devem a meu ver ser mais trabalhadas são competências de foro emocional, ou seja, de contato com os outros, de respeito para com os outros, de ligações afetivas que possam eventualmente existir na vida delas, a forma como devem ser conduzidas essas relações” (excerto da entrevista: 22/6/2022, membro da equipa técnica)

- Condicionantes na intervenção relativa à construção das competências da autonomia

Relativamente à perceção que as jovens têm ao mundo exterior, na sua maioria, estas acreditam que o mundo exterior funciona de uma forma fácil. Porém, também existem jovens que não têm noção de como o mundo exterior funciona e outras que sabem perfeitamente como funciona. Todavia, também é feita uma menção que há jovens que devido a problemas cognitivos não conseguem ter uma perceção exata sobre o mundo exterior.

“Depois é assim dentro das instituições mais complicado, porque nós temos muitas das meninas com défices cognitivos e aí é muito mais difícil que elas muitas vezes tenham a perceção do que é o mundo lá fora, muito mais difícil” (excerto da entrevista: 22/6/2022, membro da equipa técnica)

Assim, todos os membros desta equipa referiram que esta perceção depende das características e particularidades da cada uma destas jovens.

As redes sociais, de acordo com alguns membros desta equipa, vieram influenciar de uma forma negativa a visão que as jovens têm relativamente ao exterior, estas vieram reforçar que tudo pode ser adquirido e alcançado de forma fácil, mas também existe quem pense que tudo isto depende da orientação que as jovens recebem relativamente ao uso das redes sociais.

“Acho que vieram piorar acho que as meninas com tendência a fantasiar um bocadinho com o que vêem nas redes acham que é tudo! Basta ver por exemplo uma colega que até já esteve aqui, que saiu uma menina que até basta publicar uma fotografia a jantar fora, a fazer isto e aquilo” (excerto da entrevista: 22/6/2022, membro da equipa técnica)

“Eu acho que não vem trazer problema nenhum, logo que sejam orientadas. Isto é tudo uma questão de orientação e de uma visão de quem está com elas, deveriam demonstrar o que é que as redes sociais têm de positivo e de negativo, isto tem que ser um trabalho feito todos os dias com elas” (excerto da entrevista: 22/6/2022, membro da equipa técnica)

Também foi referida que as jovens percecionam a saída da instituição com sentimentos ambivalentes, com tristeza e preocupação, mas também com ânsia que a liberdade com a saída da instituição pode oferecer. Tudo isto influencia a percepção destas jovens sobre o mundo exterior sem a retaguarda da instituição.

“Elas vivenciam sentimentos como frustração, a insegurança e até mesmo tristeza como enfrentar da realidade. Por outro lado, eu acho que muitas delas vivem demasiado ansiosas para saírem de cá e o facto de estarem demasiado ansiosas para saírem daqui, não lhes permite esse sentimento que se apodera delas. Depois não lhes permite conseguir percecionar que o mundo exterior sem esta retaguarda” (excerto da entrevista: 22/6/2022, membro da equipa técnica)

A preocupação é dirigida para as jovens que acreditam que tudo é conquistado de forma fácil e com pouco esforço, isto é explicado pelos membros da equipa técnica pelo facto da instituição proteger as jovens e também, das mesmas não saberem os recursos que têm de ser alocados para serem atingidos determinados fins. Este pensamento também é aplicado ao facto de tudo o que as jovens necessitam aparece na instituição e estas não sabem o que foi necessário para tornar isto uma realidade. Para além destes aspetos, as jovens não percebem como funcionam as várias vertentes do mundo exterior.

“Elas têm noção dos meios, elas não têm noção depois da dificuldade dos meios, porque a instituição também tem facilitado as coisas. Porque aqui aparece tudo, aparece a comida na mesa, aqui aparece a casa aquecida, aqui aparece a roupa, aqui aparece a explicadora de matemática, aqui está a psicóloga, está a assistente social, está a professora e, portanto, toda a gente está muito disponível e aí quase que as coisas vão caindo muito do céu e elas não têm noção que para isto tudo, há toda uma logística e há todo um investimento” (excerto da entrevista: 22/6/2022, membro da equipa técnica)

As jovens acreditam que aquilo que os adultos que trabalham na instituição lhes comunicam sobre o mundo exterior é muito negativo e exagerado. Neste segmento, os membros da equipa técnica providenciaram vários exemplos de jovens que apressaram a autonomização e que de seguida, admitiram que na altura o que as funcionárias referiam sobre o mundo exterior era verdade e que deveriam ter prestado mais atenção.

“Vai-lhes sendo dito diariamente isto. Atenção que as coisas não caem do céu, atenção que é preciso trabalhar, o salário mínimo está neste valor, mas independentemente disso a ânsia de sair é tanta que tudo o que sejam observações acabam por ser ignoradas (...) irão sempre dizer que nós somos muito negativas, mas acabam por nos dar razão uns meses depois às vezes encontrámos na rua e dizem que afinal aquilo que dizíamos era verdade.” (excerto da entrevista: 22/6/2022, membro da equipa técnica)

Para além disto, também a família, caso ainda tenham contacto, pode não dar os melhores exemplos e conselhos às jovens. A família pode ir contra o que a instituição transmite às jovens, também pode demonstrar comportamentos que exemplifiquem que se podem atingir e conquistar vários aspetos no mundo exterior, de forma fácil e com pouco trabalho. Também são mencionados os pares das jovens e também, as pessoas que as mesmas seguem nas redes sociais.

“Eu acho que elas sabem o que as espera, mas não querem ver essa realidade, porque chegam o que eu acho que se tem passado muito em termos de realidade institucional elas acham que a visão dos adultos que cá trabalham na equipa técnica ou na equipa educativa é uma visão muito negativa, do que se passa no exterior porque também vai-lhes sendo passada pelos familiares, pelas colegas de escola, pelos pais, pelas instagramers, pelas pessoas que agora as influenciam” (excerto da entrevista: 22/6/2022, membro da equipa técnica)

Também a história de vida de cada jovem pode ser vista como uma condicionante nesta intervenção. A história de vida pode condicionar a perceção da realidade, bem como medicação que é tomada pelas jovens. Existem jovens que não querem e também as que não conseguem ultrapassar o que as levou à institucionalização. Todavia, existem jovens que fazem uso da resiliência para conseguirem ultrapassar a sua situação e assim, conseguirem mudar as suas circunstâncias.

“Algumas fazem, outras não, eu acho que depende das características delas, depende da idade em que elas foram institucionalizadas, depende da ajuda que elas quiseram, depende de muitas coisas e todas as situações são diferentes” (excerto da entrevista: 22/6/2022, membro da equipa técnica)

“História de vida delas vai estar sempre lá o que elas vivenciaram vai estar sempre lá, por muito que seja trabalhado. Por muito que emocionalmente até possa deixar de ser um fardo, irá sempre ter as suas sequelas. Trabalhar a autonomização numa jovem que estava institucionalizada e que tenha uma história de vida de vitimização não é o mesmo que trabalhar a autonomização numa jovem que veio por absentismo escolar. Portanto tem que ser muito individualizado” (excerto da entrevista: 22/6/2022, membro da equipa técnica)

As jovens demonstram alguma resistência relativamente ao trabalho para a construção destas competências. Além de que, quando as jovens não demonstram disponibilidade emocional é difícil realizar este trabalho.

Também é veemente referenciado que os horários escolares muito preenchidos das jovens não permitem que este trabalho seja realizado com a frequência que é necessária.

“Os horários escolares são muito preenchidos cada vez mais e depois a partir de sétimo e décimo mais ainda, às vezes nós não temos mesmo grande tempo” (excerto da entrevista: 22/6/2022, membro da equipa técnica)

Outros fatores mais ligados com a própria instituição que condicionam este trabalho, como a proteção que esta exerce sobre as jovens, que acaba por tornar as jovens muito dependentes dos adultos da instituição.

“São sempre muito dependentes para a tomada de decisão de qualquer coisa, estão sempre muito dependentes de nós. Mesmo quando têm de ir ao exterior não se sentem (...) Para utilizar os recursos da comunidade sem o apoio de um adulto, em determinadas idades, elas já deviam de ser mais capazes de fazer isso do que muitas vezes são. Mas nós também, se calhar, também as protegemos em demasiadas coisas e deveríamos deixá-las ser um bocadinho mais livres” (excerto da entrevista: 22/6/2022, membro da equipa técnica)

Outro fator é a falta de recursos humanos que implica que não se realizem algumas atividades, pois se alguém da equipa técnica não está presente e surgem assuntos mais urgentes, devido à falta do elemento esta atividade não é realizada.

“O tamanho da equipa, o facto de termos muitas das vezes que alterar os planos que tínhamos pensado. Se tivéssemos uma equipa com mais recursos conseguiríamos mais facilmente trabalhar determinadas questões precisamente, porque surgindo imprevistos, por exemplo, já alguém conseguiria dar resposta aos imprevistos e a restante equipa conseguiria trabalhar isto. O que muitas das vezes nos acontece como não somos assim muitas e como temos muitas crianças e muitos jovens, basta acontecer duas idas ao médico, alguém ficar de baixa e as outras pessoas acabam por ter que ir assegurando o trabalho das outras. Se calhar há sempre alguma coisa que não consegue ser feita porque nós temos cinco pessoas, só que duas estão ocupadas com outra tarefa, estas três não vão conseguir fazer o que fazem. As cinco é um bocadinho por aí a limitação da equipa” (excerto da entrevista: 22/6/2022, membro da equipa técnica)

Neste contexto é referido que se existisse mais financiamento seria possível haver mais recursos em geral, sendo que alguns exemplos providenciados seriam a contratação de recursos humanos ou a requisição de serviços a entidades externas, sendo estes exemplos referidos aquando do trabalho da construção das competências da autonomia. Foi bem realçado a falta de apoios estatais.

“O próprio governo deveria criar mais condições para as instituições ponto a todos os níveis. Portanto até porque aquilo que o governo financia às instituições é claramente insuficiente para aquilo que é a dinâmica e rotina das instituições (...) Já conseguiria ter aqui mais um técnico ou dois, mais alguém da equipa educativa ou até a requerer a prestação de serviços a entidades externas que viessem cá fazer determinada atividade. Portanto se formos a falar de apoios estatais, sim os apoios estatais tinham que ser revistos” (excerto da entrevista: 22/6/2022, membro da equipa técnica)

- A realidade das jovens após a saída da instituição

De acordo com a equipa técnica estas jovens encaram várias dificuldades após a sua saída da instituição, como: falta de retaguarda; falta de retaguarda emocional; falta de orientação;

rotulagem por terem estado institucionalizadas; choque com a realidade, caso não tenham sido minimamente preparadas e também, quando encaram a realidade que negaram até aquele momento; não terem noção do que as espera; responsabilidade sobre a sua própria vida; terem expectativas que há pessoas que as vão ajudar e isso pode não se concretizar e por último, para sobreviverem enveredarem por atividades ilícitas.

No que se refere ao acompanhamento após a saída da instituição acredita-se que deveria de ser mais estruturada e que não está bem enquadrada em termos legais. Este apoio é fundamental para que as jovens não caiam numa espiral de perigos para que a intervenção que foi realizada durante a institucionalização não seja perdida. Como possíveis soluções para uma nova forma de acompanhamento após a saída da instituição foram referidas: um período de observação das jovens, existência de equipas nas instituições ou com outras entidades que acompanhassem as jovens.

“Criar uma própria equipa dentro da instituição, não precisava de ser se calhar o elemento porque a questão aqui das visitas domiciliárias só por momentos é complexa. Mas, uma equipa dentro da instituição que depois fosse trabalhando mais esta área que fosse num apartamento de autonomização sendo uma presença assídua e não é ser uma presença assídua de ir lá todos os dias e se calhar vai lá esta semana se calhar só volta daqui a 15 dias, mas que fosse trabalhando mais e que fosse tendo possibilidade de ir fazendo este acompanhamento” (excerto da entrevista: 22/6/2022, membro da equipa técnica)

Uma das técnicas aponta que deveria de existir alguém que providenciasse este apoio para permitir que as jovens errassem, isto porque esta técnica refere que as jovens quando sabem têm medo de errar, pois sabem que não irão ter apoio caso isto aconteça e estas jovens tal como os restantes têm o direito de errar como todos os outros e têm direito a uma segunda oportunidade tal como todas as pessoas.

“Nós não erramos só uma vez, erramos várias vezes e não deveria ser tão o limitante porque elas acabam por sentir que se errarem se calhar uma vez que não têm nova oportunidade. Já não podem retroceder ou tentar de outra forma, não é muitas vezes o facto em estar delas serem precipitadas e saírem daqui sem estarem totalmente autonomizadas (...) não terem a quem recorrer, não sem se sentirem também julgadas e sem sentirem que aquele famoso avisaram, mas eu agora vou ter que voltar e para ter ajuda para não precisar de ouvir isso.

Isto já acaba por criar mais abertura por parte dos jovens para procurarem necessária”
(excerto da entrevista: 22/6/2022, membro da equipa técnica)

- Instituição como porto de abrigo para as jovens após a saída

Todas as técnicas referem que caso as jovens necessitem de apoio ou orientação a instituição e as próprias o prestam. Também foi referido que caso as jovens tenham o perfil adequado e a devida formação a instituição consegue emprego para as jovens noutras valências da instituição.

“Já tivemos situações em que isso aconteceu, um dia se precisarem podem sempre bater aqui à nossa porta. Também acredito que algumas que o orgulho também não as deixa, já tivemos situações.” (excerto da entrevista: 22/6/2022, membro da equipa técnica)

“Vamos tendo a ajuda desta casa que acaba por muitas vezes as empregar numa das valências, mas são as primeiras funcionárias as meninas que nós vamos vendo que têm capacidade para que sejam trabalhadas estas competências” (excerto da entrevista: 22/6/2022, membro da equipa técnica)

“Vamos fazendo com aquelas que nos procuram, aquelas que pretendem continuar a manter contato connosco, acabamos por disponibilizar o nosso tempo livre, não é com aquelas que não nos procuram. Mas quando nós até percebemos que a coisa não está a correr muito bem, nós não temos legitimidade para chegar à porta dela bater à porta e dizer deixa-me entrar, até podemos ir lá fazer isto, mas se pessoa nos disser que não, não se pode fazer nada” (excerto da entrevista: 22/6/2022, membro da equipa técnica)

2. Metodologia de investigação e intervenção

Neste capítulo é descrita a integração no contexto de estágio, os procedimentos de recolha de dados e o procedimento de intervenção. Por último, refere-se os pressupostos éticos que estiveram presentes para a realização deste trabalho.

Integração no contexto de estágio

Antes do começo deste estágio houve uma reunião com a assistente social e a diretora técnica. Nesta reunião ficou estabelecido o horário do estágio, sendo este 35 horas semanais. Para além disto, também foi comunicado que não poderia estar presente, juntamente com a assistente social, nas visitas a todas as acolhidas, deste modo, foram selecionadas algumas acolhidas em que seria possível estar presente nas vistas de familiares e/ou de pessoas significativas.

O estágio curricular iniciou-se a 2 de dezembro de 2021 e foi concluído a 1 de abril de 2022, este teve vários objetivos que orientaram o trabalho realizado:

- Recolha de dados relativos às acolhidas e à instituição que permitisse um retrato da realidade desta instituição, especialmente dos aspetos ligados à autonomização;
- Perceber que percepção as jovens têm relativamente ao mundo fora da instituição, à autonomia e ao trabalho das competências da autonomia;
- Que tipo de intervenção a instituição e os técnicos desenvolvem no que se refere às competências da autonomia;
- Perceber que tipo de constrangimentos existem para o trabalho sobre as competências da autonomia;
- Criação de sessões que fossem benéficas para o desenvolvimento das competências da autonomia;
- Perceber de que forma a história de vida e a institucionalização destas jovens interferiu com sua capacidade de adquirir as competências da autonomia;
- Contribuir para o bom funcionamento desta instituição através de uso das boas práticas.

Nas primeiras duas semanas de estágio consultou-se vários documentos da instituição, como os processos individuais das acolhidas, isto para se poder perceber o percurso e a história de vida das mesmas, houve também a oportunidade para existir uma familiarização com os documentos internos da instituição e por último, para começar a entender que temas seriam pertinentes para a elaboração do projeto. Nestas semanas houve algum contacto com as acolhidas.

Nas semanas seguintes as acolhidas entraram em férias, que devido ao contexto relacionado com a COVID-19 tiveram uma semana de férias adicional, este período foi benéfico, pois permitiu que as acolhidas começassem a ficar cada vez mais familiarizadas, o que permitiu que estas começassem a estabelecer uma relação e o contrário também se sucedesse. Tudo isto foi possível devido a atividades previamente concebidas pela equipa técnica para a ocupação do tempo das acolhidas durante este período. Aquando do regresso às aulas foram aproveitadas várias ocasiões para manter o relacionamento, como a hora do estudo e durante o lanche, sendo isto aplicado às acolhidas das mais diversas idades. Com o decorrer do estágio surgiram alguns desafios que foram limados, um destas esteve relacionada com a idade, com as acolhidas na idade da adolescência a criação de uma relação foi mais morosa e teve que ser criada com mais cuidado, deste modo a aproximação das idades revelou-se em alturas como algo desafiante, pois implicou que continuasse a haver um distanciamento, objetividade e que estas acolhidas respeitassem a estagiária independentemente da idade que esta tivesse. Porém, procurou-se sempre que existisse um equilíbrio, principalmente quando se iniciou o projeto, visto que as participantes se encontravam na adolescência. Apesar de se referir como mais desafiante as acolhidas que se encontram na adolescência, contudo todas as idades apresentaram os seus momentos desafiantes.

Relativamente às profissionais do local de estágio, todas se revelaram muito prestáveis e disponíveis para tudo o que era necessário. Importa referir que aquando do início do estágio a assistente social encontrava-se a exercer funções neste LIJ há relativamente pouco tempo, o que se tornou um pouco impeditivo no início, porém com o tempo foi algo que foi colmatado.

Procedimentos para a recolha de dados

Observação Participante

O estágio curricular contou com uma carga horária de 450 horas, tendo este sido iniciado a 2 de dezembro de 2021 e com término a 1 de abril de 2022. Deste modo, foi necessário recorrer à observação participante.

A observação não participante implica que o investigador observe a comunidade em investigação, de modo que não se insira na mesma. Deste modo, o investigador assume somente um carácter de espectador (Pardal & Correia, 1995).

A observação participante possibilita que o investigador se imerja na comunidade que está a observar e deste modo, pode adquirir um conhecimento mais profundo sobre uma determinada situação. Para além disto, a observação participante garante que exista uma maior

exatidão na informação que é recolhida. Os autores apontam que esta forma de observação é mais complexa devido a diversos motivos, podendo estes estar relacionados com a diferenciação social dos papéis e a aceitação do investigador por parte dos observados. Entende-se que a comunidade que vai ser alvo da observação deve aceitar que haja esta intrusão na sua rotina diária e em outros aspetos da sua vida e para além disto, importa que a comunidade aceite culturalmente o investigador. Os autores ressaltam que este último fator pode por vezes, ser visto como um impasse para a observação participante por causa da representação social do investigador e os papéis, que as pessoas podem ter. Assim, pode haver espaço para relações desiguais entre o investigador e a comunidade (Pardal & Correia, 1995).

Os autores referem que a “aceitação cultural”¹, é algo que pode demorar algum tempo a ser conquistada, pois esta depende do investigador e da comunidade que vai ser observada. Deste modo, tem que existir uma relação entre ambos que permita que exista uma observação e assim, o investigador tenha acesso ao conhecimento para depois o puder difundir (Pardal & Correia, 1995).

Tendo em conta o que foi referido anteriormente relativamente às características da observação participante, esta permitiu perceber as rotinas e o funcionamento diário da instituição com um todo, como também perceber o funcionamento dos mais diversos membros integrantes deste LIJ como o funcionamento e os procedimentos adotados pelas equipas desta instituição, sendo de destacar o acompanhamento das ações da equipa técnica. Também foi possível perceber o funcionamento das dinâmicas entre o LIJ e outras instituições ou entidades e como existe uma cooperação entre ambas.

No que concerne às acolhidas, a observação participante permitiu conhecê-las e acompanhá-las durante o período de estágio, conhecer as suas habilidades, vulnerabilidades e os seus sonhos. Com os grupos que participaram no projeto de intervenção houve uma aproximação mais profunda de cada uma das jovens que participaram, devido à troca de ideias, de sonhos e também ao facto de haver mais tempo de comunicação com estas jovens.

Para se registar o que era observado foi necessário recorrer ao diário de campo. A utilização do diário de campo deve permitir que se registre a evolução dos pensamentos que o investigador exprime ao longo da sua investigação, deste modo pretende tornar mais fácil a reflexão por parte do investigador. Assim, o diário de campo é utilizado no quotidiano pelo investigador e este deve apontar os vários elementos da realidade onde está inserido; a própria realidade física do ambiente que está a ser observado; os vários pensamentos e a visão do mundo

¹ Termo utilizado pelos autores Pardal & Correia, 1995

ligados ao ambiente que está a ser observado e por último, a forma como está organizado o ambiente alvo da observação (Falkembach,1987). Assim, a utilização do diário de campo permitiu registar a rotina da instituição, o que era observado no local de estágio e os pensamentos e sentimentos perante as mais diversas situações observadas. Deste modo, ao longo deste trabalho vão ser usadas as anotações que foram realizadas durante a realização do estágio.

Análise Documental

A análise documental pode ser realizada em diversos tipos de documentos, como “(...) fontes históricas, arquivos oficiais e privados, documentos pessoais, estudos, imprensa, etc.” (Pardal & Correia, 1995, p.75).

Os autores salientam a importância da utilização da análise documental para todas as investigações. A análise documental pode orientar a definição do objeto de estudo. As hipóteses formuladas podem auxiliar na seleção da informação nos documentos alvo de análise. Os autores salvaguardam que se deve ter atenção à imparcialidade dos documentos que vão ser analisados (Pardal & Correia, 1995).

Durante o estágio foi necessário consultar e analisar diversos documentos da instituição para se perceber a realidade desta instituição, esta leitura e análise passou por documentos como os processos individuais das acolhidas, o regulamento interno do LIJ, o manual de acolhimento do LIJ, grelhas de avaliação, questionários e entre outros documentos utilizados internamente. Para além disto, também foi necessário consultar e analisar vários documentos oficiais com dados sobre o acolhimento residencial.

Entrevistas Semi- Estruturada

Os autores apontam que a aplicação das entrevistas tem vantagens e desvantagens. A vantagem mais visível é a recolha de mais informação e a desvantagem é o facto de não poder ser aplicada aquando da abordagem de determinados assuntos e com grande fiabilidade em amostras de grandes dimensões (Pardal & Correia, 1995).

A elaboração das entrevistas deve obedecer a diversas normas, sendo estas “(...) conhecimento sobre as teorias existentes a respeito do objeto de estudo, clarificação deste, elaboração de um sistema conceitual, definição das variáveis a operacionalizar.” (Pardal & Correia, 1995, p.64).

A entrevista implica que o próprio entrevistador se prepare para a mesma, quer na postura que deve ser adotada pelo mesmo, quer nos conhecimentos necessários que o entrevistador deve reunir para a realização da entrevista (Pardal & Correia, 1995).

Existem vários tipos de entrevista: estruturada, não estruturada e semi estruturada. A escolha do tipo de entrevista a ser aplicada deve ter em conta vários fatores, mas os principais são a finalidade do estudo e as particularidades da comunidade em estudo (Pardal & Correia, 1995). A utilizada neste trabalho foi a entrevista semi estruturada.

A entrevista semi estruturada caracteriza-se pela liberdade que o entrevistador possui, isto porque para além das questões previamente definidas podem ser colocadas outras questões ao longo da entrevista. Deste modo, o entrevistador tem um guião com as questões que foram previamente definidas, estas estão colocadas para que haja a possibilidade de se colocar outra questão, isto é, ocorre no decorrer da entrevista. Assim, pretende-se que o entrevistado responda de forma o mais livre possível e partilhe a sua experiência e conhecimento. Enquanto isto o entrevistador prossegue a entrevista com toda a naturalidade, rigor e sentido de oportunidade, para além disto deve procurar que o entrevistado não se afaste daquilo que é pretendido pelo entrevistador e que o entrevistado expanda a sua resposta (Pardal & Correia, 1995).

Procedeu-se à realização de entrevistas com a equipa técnica² para se perceber: de que forma a instituição e os técnicos trabalham as competências da autonomia com as acolhidas; a partir de que idade este trabalho começa a ser posto em prática; as condicionantes para este trabalho; a realidade que as jovens têm que enfrentar após a saída da instituição e por fim, se a instituição funcionava como porto de abrigo para as jovens após a saída. Antes das entrevistas foram apresentadas as questões e o consentimento informado³, sendo este assinado pelas técnicas após uma breve explicação. Realizaram-se um total de cinco entrevistas, estas realizaram-se após o término do estágio e de acordo com a disponibilidade da instituição.

Procedimentos de intervenção

Relativamente à intervenção procedeu-se à idealização de tópicos para serem abordados nas sessões, para esta idealização foi consultada quer a equipa técnica, quer estudos relativos às competências da autonomia que de acordo com ex-acolhidos não foram trabalhadas nas casas de acolhimento. De seguida procedeu-se formação de dois grupos tendo em conta os horários

² O guião da entrevista encontra-se em anexo, intitulado Guião de entrevista semi-estruturada sobre a autonomia para a equipa técnica

³ O consentimento informado encontra-se em anexo, intitulado consentimento, informado, livre e esclarecido

escolares das jovens. Estes dois grupos ao longo de oito semanas realizaram uma sessão em cada semana, o que deu um total de 16 sessões. Nestas sessões eram apresentados todas as semanas diferentes tópicos que eram discutidos entre as jovens de cada grupo e deste modo, expressassem o que pensavam e de seguida era discutido em grupo. Tudo o que se refere ao projeto de intervenção está mais clarificado e descrito na respetiva parte deste trabalho.

Tendo em conta o que foi referido anteriormente levou a que as sessões adotassem um carácter de focus group. A utilização dos focus group depende dos objetivos do investigador. Esta técnica requer que os grupos contenham o número de elementos entre os quatro a 10 pessoas, depois o investigador deve decidir de acordo com os números referidos qual vai ser o número ideal de pessoas tendo em conta a participação de cada um dos elementos e o objeto em estudo. O investigador deve servir de moderador entre os elementos do grupo, é alertado que o moderador deve clarificar alguma intervenção ou gesto adotado por algum dos elementos do grupo, assim, este deve preocupar-se que exista a maior clareza possível (Gondim, 2003).

Pressupostos éticos

A ética é sempre necessária seja qual for a metodologia de investigação científica. Refere-se que a prática da ética nas investigações é fundamental para que esta seja o mais benéfico e claro possível. Isto pode ser alcançado pela conquista da confiança por parte da população que está a ser alvo de estudo, sendo esta garantida através do “(...) o anonimato, a confidencialidade, o consentimento informado, o respeito pela privacidade e segurança dos participantes nas pesquisas” (Gomes, 2016 p.8) Deste modo, o autor defende que deve ser atribuída a devida importância aos pressupostos éticos que as investigações científicas exigem, de modo a que se consiga garantir que os direitos da população em estudo não são violados (Gomes, 2016). Assim, enquanto estagiária teve-se em conta que tudo o que foi referido anteriormente era cumprido.

A informação que se encontra presente neste trabalho foi recolhida tendo em conta a concordância de todos os envolvidos. Para a realização das entrevistas à equipa técnica foi realizado um consentimento informado, livre e esclarecido, neste constava toda a informação relativamente aos dados que pretendiam ser recolhidos, bem como foi explicado oralmente aos membros da equipa técnica o que se pretendia. Neste documento salientava-se que era garantido o anonimato da entrevistada e também os fins para os quais eram necessários os dados recolhidos.

No que concerne às informações relativas às acolhidas, procurou-se tratar a mesma de forma que nenhuma destas seja identificada e garantindo que se preserva a privacidade das

acolhidas. No que concerne às acolhidas que participaram no projeto de intervenção, os grupos integrantes têm denominação própria e é atribuído um código a cada uma das participantes no projeto, isto impossibilita o reconhecimento da identidade da jovem.

No que concerne às informações relativas aos recursos humanos também se procurou garantir que também os membros dos recursos humanos não são identificáveis e garantir a sua privacidade. No que concerne à equipa técnica tal como já foi referida a informação que os membros desta equipa prestaram, nomeadamente nas entrevistas, procura-se salvaguardar o anonimato de quem presta a informação.

3. Projeto de Intervenção

Neste capítulo encontra-se a informação referente ao projeto de intervenção, sendo que o objetivo principal é o desenvolvimento das competências da autonomia para que se realize uma autonomização bem sucedida. Inicia-se o capítulo com o enquadramento do projeto, sendo este seguido pela descrição das várias sessões do projeto, após isto encontra-se a descrição de outras atividades desenvolvidas no âmbito do estágio e por último, a avaliação de intervenção.

Enquadramento do Projeto de intervenção

O projeto de intervenção no local de estágio assenta no desenvolvimento das competências inerentes à autonomia e que devem ser adquiridas pelas jovens, para que exista uma autonomização bem sucedida. Neste sentido, o desenvolvimento destas competências permite às jovens uma preparação para as situações que irão enfrentar após a saída da instituição.

Primeiramente, para se perceber quais as atividades que fariam mais sentido para as jovens recorreu-se à consulta de diversos estudos, já referidos anteriormente. Segundamente, embora já tivessem sido idealizados alguns temas para se trabalharem com as jovens procurou-se escutar a equipa técnica. Os membros desta equipa já conheciam estas jovens, as suas necessidades e potencialidades como também, referiram os tópicos que já tinham sido trabalhados por esta equipa com as jovens e quais seriam os mais importantes de serem abordados. Porém, este membro da equipa técnica aludiu que se existisse uma repetição esta não seria problemática pois quanto mais vezes fossem trabalhados com as jovens melhor.

Para o projeto ser aplicado no local de estágio foi necessário realizar uma proposta do projeto de intervenção, nesta constaram as sessões, a sua descrição e o objetivo de cada uma destas. Para além disto, constavam os horários das sessões.

O público alvo deste projeto eram as jovens a partir dos 14 anos de idade e com o projeto de vida de autonomização. Nesta proposta inicial o projeto abrangia um total de sete jovens, no entanto, não foi possível contar com todas as jovens com este projeto de vida visto que não se encontravam na instituição durante o horário das sessões e não houve outra forma de se conciliar um horário.

De seguida, submeteu-se a proposta do projeto à diretora técnica da instituição, que depois de aprovar todas as sessões, o seu conteúdo e os horários do projeto, contudo, sugeriu que seria pertinente acrescentar mais jovens ao projeto, independentemente do seu projeto de vida, considerando que é sempre benéfico para outras jovens a participação neste tipo de projeto. Assim, o projeto passou a contar com um total de 11 participantes.

Previamente este projeto contava com doze sessões, no entanto, tiveram que ser reduzidas devido ao término do estágio. Devido a este fator o projeto conta com um total de oito sessões, cada grupo realizou uma sessão por semana durante 8 semanas, a ideia inicial era estas sessões serem em semanas seguidas, porém, devido a fatores externos isto não foi possível. Cada sessão tinha uma duração de quarenta e cinco minutos o que por vezes, acabou por ser excedido. Relativamente ao conteúdo das sessões estas eram planeadas de antemão, assim existiam questões planeadas e outras que surgiram no decorrer das sessões. No intuito de que estas sessões tivessem um fio condutor foi utilizado em todas as sessões o powerpoint, que também acabou por ter uma ferramenta mais chamativa no decorrer das sessões.

Meirieu (1998) afirma que para se realizar a aprendizagem de novos conteúdos deve-se procurar partir dos conhecimentos que os indivíduos já adquiriram, deste modo para se conseguir consolidar a aprendizagem de novos aspetos parte-se de conhecimentos já adquiridos e constroem-se outros, tendo por base os conhecimentos previamente adquiridos. Para que esta construção exista é necessário que facilitem os motivos pelos quais se deva alterar o conhecimento já adquirido. Freire (2015) refere que na aprendizagem tem que se respeitar a perspetiva do mundo daqueles que estão a aprender e deste modo, partir desta para se poder construir mais conhecimento. Partindo da abordagem defendida por estes autores, no início de todas as sessões procurou-se por em prática esta abordagem de modo a que se soubesse que conhecimentos à posteriori estas jovens detinham e tendo estes como base construir mais conhecimentos.

O projeto contou com onze participantes, estas encontram-se divididas em dois grupos, grupos X e Y. A organização dos grupos e a sua constituição teve por base o horário escolar das jovens e o horário em que as jovens se encontravam na instituição.

Tabela 10- Caracterização etária das jovens Participantes no Projeto

Idades	Número de jovens
14	1
15	4
16	1
18	3
19	1
20	1
Total	11

Fonte: Construção própria através de dados contidos nos processos individuais das acolhidas

A idade das participantes no projeto situa-se entre os 14 anos e os 20 anos. O grupo X conta com seis participantes e o grupo Y conta com cinco participantes. O grupo X dispõe de participantes com idades compreendidas entre os 14 anos e os 20 anos de idade, já o grupo Y é constituído por jovens com idades entre os 15 anos e os 19 anos de idade. Como já se referiu, este projeto tem como participantes jovens que têm como projeto de vida a autonomização e algumas destas não têm este projeto de vida

Relativamente aos horários das sessões, um dos grupos tinha as sessões ao final do dia de sexta-feira, enquanto o outro grupo tinha a maioria das sessões ao início da tarde de sábado, por vezes, algumas das sessões deste grupo realizaram-se ao fim do dia de sexta-feira isto devido a uma atividade que era desenvolvida no sábado ao início da tarde na instituição e requeria a presença de todas as jovens.⁴

O espaço da instituição que foi ocupado para estas sessões foi o salão, sendo que este era o único local disponível para a sessão do final do dia de sexta-feira, deste modo para ambos os grupos terem condições iguais ambas as sessões ocorreram neste espaço. Este espaço tem como principal característica ser um espaço amplo e espaçoso.

Sessões do Projeto

Autonomização

Antes de se iniciar as sessões de projeto foi explicado às jovens que integraram o mesmo, o motivo pelo qual foram selecionadas e no que consistiam as sessões do projeto. Porém, no início da primeira sessão tudo isto foi reforçado bem como, explicado que o sigilo iria ser mantido. Este procedimento foi adotado com os dois grupos que participaram no projeto. Na primeira sessão do projeto, realizou-se um breve enquadramento relativamente ao conceito de autonomia e de autonomização. Depois deste enquadramento, procurou-se dar início à sessão, tendo em conta a sensibilidade do tema e o facto de estar em contacto com as jovens há relativamente pouco tempo. Também foi transmitido que também partilharia as respostas às perguntas, dentro das quais fosse possível responder. Esta decisão foi tomada para garantir que as jovens se sentissem mais confortáveis em partilhar as suas ideias. Sendo este procedimento adotado em ambos os grupos.

Esta sessão teve como objetivo perceber o que as jovens entendiam por autonomia e que respondessem a diversas perguntas relativas a esta temática. Após o enquadramento, questionou-se as jovens relativamente à autonomização, quando esta pode ser efetuada, a idade

⁴ O cronograma com as sessões encontra-se em anexo

máxima que poderiam estar na instituição e o apoio que existe após a institucionalização. Estes dados já eram de conhecimento geral das jovens de um dos grupos.

Apesar de tudo isto pretendia-se saber quais os planos que estas jovens têm para o seu futuro não só na instituição, mas também quando saíssem e para este fim foram realizadas seis perguntas programadas e outras que surgiram ao longo das sessões com os dois grupos.

A primeira pergunta, “o que a autonomia significa para ti?”, em ambos os grupos algumas das jovens introduziram a ideia de a liberdade estar relacionada com a autonomia, no entanto, um dos grupos focou que nunca são verdadeiramente livres, pois existem sempre regras que têm de ser cumpridas, enquanto o outro grupo associou a liberdade com o facto de já puderem ter a sua vida estruturada e planeada, como por exemplo o facto de já se conseguirem sustentar. No grupo X uma das jovens mencionou:

“Termos a nossa independência em termos de tudo, termos a nossa casa, as nossas finanças, a nossa vida no trabalho e os nossos horários” (Jovem X_3, excerto retirado do diário de campo: 22/1/2022)

Para além disto, no grupo Y surgiu a questão de as jovens acreditarem que estão a ser trabalhadas para perceberem como irá ser a vida das jovens após a saída da instituição, a isto as jovens deste grupo acreditem que não estão a ser preparadas para o que irá ser a sua realidade após a saída da instituição. Perante isto, as jovens apontaram vários exemplos sobre a sua falta de preparação. Uma das jovens referiu que:

“Não estamos a ser preparadas para o mundo lá fora, se me disser vai lá fora comprar arroz, ou até vai à segurança social ou às finanças fazer não sei que mais... eu é que sei o que vou lá fazer” (Jovem Y_1, excerto retirado do diário de campo: 21/1/2022)

“Eu acho que nós não erámos capazes de ir à segurança social e tratar das coisas. Não sei como se cria uma conta num banco” (Jovem Y_4, excerto retirado do diário de campo: 21/1/2022)

Na segunda pergunta, “Fazes planos para o futuro ou mais para o presente?”, num dos grupos a maioria pensa em ambos, à exceção de uma jovem que não faz planos. No grupo Y foi exposto que as jovens pensam mais no futuro tendo como principal preocupação o ingresso no ensino superior, embora também refiram que é necessário planear o futuro no presente para conseguirem atingir os seus objetivos

“Acho que tenho de trabalhar no presente para conseguir o futuro” (Jovem Y_4, excerto retirado do diário de campo: 21/1/2022)

No grupo X, a maioria das jovens também pensa em ambos, o que distingue estes grupos é o facto de neste existirem mais jovens que não fazem planos, quer para o presente, quer para o futuro, como refere:

“Não penso numa coisa nem outra” (Jovem X_5, excerto retirado do diário de campo: 22/1/2022)

De realçar que neste grupo algumas jovens referiram que pensam logo naquilo que pode ocorrer de errado com os seus planos, revelando um pensamento pessimista relativo ao decorrer e ao resultado dos seus planos, como se denota:

“Não sei como as coisas vão acontecer, penso logo no mau” (Jovem X_1, excerto retirado do diário de campo: 22/1/2022)

Na terceira pergunta, “O que queres fazer após a saída da instituição?”, no grupo Y algumas jovens ficaram muito contentes e felizes com a ideia de saírem da instituição, sendo isto expressado verbalmente e através da linguagem corporal. Tudo isto levou à questão de perceber quando é que as jovens pretendiam sair da instituição, uma pequena parte deste grupo pretende sair quando atingir a maioridade, pois acreditam que a família lhes irá proporcionar retaguarda e auxiliar nesta transição, como se comprova com

“Quero sair por causa da família também, mas tenho a minha mãe” (Jovem Y_2, excerto retirado do diário de campo: 21/1/2022)

Porém, a maioria das jovens deste grupo pretende sair quando tiverem a vida estabilizada e isso implica concluírem os seus estudos no ensino superior, o que as jovens acreditam que lhes proporcionará mais estabilidade. De seguida, surgiu a questão de saber se as jovens sentiriam alívio, tristeza ou ambos quando saíssem da instituição, a maioria das jovens responderam que sentiriam alívio, mas que as pessoas que estão na instituição fazem a diferença

“Ninguém chora por sair daqui eu se chorar vai ser por sentir um alívio enorme comigo mesma, por ter saudades das pessoas e não de viver aqui” (Jovem Y_4, excerto retirado do diário de campo: 21/1/2022)

Deste modo, entende-se que neste grupo a grande maioria das jovens pretende sair da instituição o mais tarde possível, pois pretendem fazer uma saída planeada, com a vida organizada e estarem as mais autónomas possíveis.

No grupo X a maioria das jovens também só pretende sair da instituição quando tiverem a vida estabilizada e preparada, como refere:

“Quero sair daqui com a minha vida orientada e ter o meu trabalho” (Jovem X_4, excerto retirado do diário de campo: 22/1/2022)

Quanto aos sentimentos que terão quando saírem da instituição, a maioria sentiria alívio e tristeza sendo a justificação para isso seria por um lado, sair da instituição, à qual se referem como “casa” e deixar as pessoas que as ajudaram ao longo do seu percurso e por outro lado, iriam sair para construir a sua própria vida.

Na pergunta “Quais são os teus planos em termos escolares e profissionais?”. No grupo Y as jovens focaram-se muito no ingresso ao ensino superior, quais seriam as universidades e os cursos que pretendiam ingressar embora, as jovens ainda manifestassem algumas dúvidas relativamente ao curso e à universidade em concreto. Contrariamente ao outro grupo, a maioria das jovens do grupo X referem que querem ingressar num curso profissional, que tem um carácter mais prático sendo este referido como algo apelativo a estas jovens. No entanto, também existiam poucas jovens que pretendem ingressar no ensino superior e algumas jovens que ainda não pensaram no que pretendem realizar nesta vertente da sua vida.

Relativamente, à questão “Quais são os teus planos em termos de relações interpessoais e de família?”. No grupo Y a maioria das jovens pretende reunir-se com a família de origem, algumas referiram que pretendem ter companheiro; relataram com alguma insistência que não confiam muito nas pessoas:

“Mas as pessoas desiludem sempre e as pessoas são todas falsas” (Jovem Y_1, excerto retirado do diário de campo: 21/1/2022)

Que têm dificuldades em afeiçoar-se às pessoas, como se verifica:

“Quando me apego às pessoas saiu sempre mal da história, sempre” (Jovem Y_2, excerto retirado do diário de campo: 21/1/2022)

Uma das jovens até refere o seu problema com o abandono:

“Eu não gosto de pessoas que me abandonem” (Jovem Y_1, excerto retirado do diário de campo: 21/1/2022)

No grupo X, as jovens valorizaram mais as relações que têm com as amigas do que com a família:

“Eu levaria não sei quem como amigo” (Jovem X_6, excerto retirado do diário de campo: 22/1/2022)

Em termos de planeamento para o futuro algumas jovens contemplam adotar crianças no futuro:

“Também quero adotar” (Jovem X_1, excerto retirado do diário de campo: 22/1/2022)

“Vou adotar” (Jovem X_6, excerto retirado do diário de campo: 22/1/2022)

Apesar destes aspetos referidos as jovens têm um discurso muito confuso sobre os seus planos em termos de relações interpessoais e familiares:

“Não sei, tanto me faz” (Jovem X_1, excerto retirado do diário de campo: 22/1/2022)

Um fator comum em ambos os grupos é o facto de algumas jovens não terem pensado ou até não quererem mais tarde constituírem família, seja isto terem um relacionamento ou até terem filhos. Como se pode verificar com as seguintes passagens do diário de campo:

“Na família não quero ter filhos” (Jovem Y_3, excerto retirado do diário de campo: 21/1/2022)

“Eu adorava viver sozinha, sem marido e sem filhos” (Jovem X_4, excerto retirado do diário de campo: 22/1/2022)

Por último, foi-lhes questionado, “Quais são os vossos sonhos?”, em que se referiu que algumas respostas das outras perguntas já poderiam ser considerados como sonhos e que os

objetivos também podem ser sonhos. No grupo Y as jovens referiram que alguns aspetos que já tinham referido anteriormente eram sonhos, mas que também gostariam de viajar e alguns sonhos até seriam concluir algumas disciplinas. No grupo X, nota-se que as jovens não pensaram muito sobre isto, embora algumas tenham referido que os seus sonhos podem ser objetivos que já delinearão para a sua vida, mas sem elaborarem muito.

No decorrer desta sessão as jovens de ambos os grupos estavam muito entusiasmadas e participativas, no entanto, realça-se que um dos grupos no início não se encontrava tão cooperante perante o que lhes era solicitado.

Cidadã e serviços de cidadania

Este tema implicou duas sessões do projeto para que se focasse na importância do cartão de cidadão e nas respetivas informações que se encontram neste documento: número de identificação civil, número de identificação fiscal, número de identificação da segurança social e o número de utente de saúde. A partir destes números irão ser explicados os respetivos serviços da comunidade, sendo que o conteúdo de cada sessão irá ser explicado de seguida.

O Cartão de Cidadão e a importância do voto

Na primeira sessão sobre este tema foi realizada uma introdução ao cartão de cidadão e a sua importância. De seguida abordou-se o número de identificação civil e por último, foi explicada a importância do voto e as quatro eleições: autárquicas, legislativas, presidenciais e para o parlamento europeu. O grande objetivo desta sessão foi informar as jovens da finalidade de cada eleição e a importância do voto.

No início de ambas as sessões perguntou-se aos grupos se sabiam o que era o cartão de cidadão, ao que ambos os grupos responderam de forma positiva. De seguida, foi perguntado se sabiam a que cada número que se encontra no cartão de cidadão referia, em ambos os grupos as jovens responderam afirmativamente a esta pergunta, no grupo X referiram somente o número de identificação da segurança social, enquanto o grupo Y referiram o número de utente de saúde, o número de identificação fiscal, uma das jovens fez alusão ao número de identificação civil através da seguinte expressão:

“O que usamos nos exames” (Jovem Y_4, excerto retirado do diário de campo: 28/1/2022)

Após uma breve explicação sobre o cartão do cidadão e dos números que constituem este documento, deu-se maior destaque ao número de identificação civil uma vez que este número permite saber o local de voto no dia das eleições, deste modo explicou-se as formas de obter esta informação e deu-se maior destaque ao portal de recenseamento. Após estas explicações abordou-se o tema das eleições visto que as legislativas estavam relativamente perto. Então, perguntou-se às jovens se sabiam quais eram as próximas eleições. Em ambos os grupos as jovens referiram várias eleições, mas nunca conseguiram referenciar as legislativas. Após lhes ser comunicado que as eleições a serem realizadas seriam as legislativas, questionou-se as jovens sobre no que consistiam estas eleições. Ambos os grupos não sabiam a resposta, porém, no grupo Y só uma das jovens conseguiu ter uma resposta que seria a mais completa e correta. De destacar que no grupo X uma das jovens começou a explicar o que ela entendia relativamente a esta temática das eleições:

“As legislativas são das cidades, as presidenciais são para os presidentes, o parlamento europeu é da parte da Europa, as autárquicas é do país” (Jovem X_1, excerto retirado do diário de campo: 29/1/2022)

No entanto, percebe-se que que não sabia a resposta, tendo em conta esta afirmação este grupo foi questionado se alguém já lhes tinha explicado este assunto, o que as jovens responderam negativamente, foi visível que alguns membros do grupo demonstraram vontade de aprender e perceber esta temática.

Também importa aludir que foi questionado a ambos os grupos se sabiam o motivo destas eleições se realizarem, ao que ambos os grupos após várias tentativas não facultaram a resposta correta, após lhes ter sido concedida uma explicação para esta situação, no grupo X surgiu a questão se as jovens têm por hábito assistir aos noticiários, o que teve uma resposta mista:

“Raramente se vê notícias no meu grupo” (Jovem X_3, excerto retirado do diário de campo: 29/1/2022)

“Às vezes” (Jovem X_4, excerto retirado do diário de campo: 29/1/2022)

Após este enquadramento inicial procedeu-se à explicação do resto da temática desta sessão.

Primeiramente, começou-se por elucidar no que consistiam as eleições autárquicas e a sua periodicidade. Segundamente, abordou-se as eleições legislativas e a sua periodicidade. Estas

eleições exigiram que houvesse uma adaptação do discurso, isto porque as jovens de ambos os grupos não estavam a entender o que lhes estava a ser explicado. Terceiramente, as eleições presidenciais e a periodicidade. Por último, as eleições para o parlamento europeu e a periodicidade. Ao longo desta exposição, ambos os grupos tiveram diversas dúvidas relativamente ao que estava a ser apresentado e as mesmas foram esclarecidas, isto revela que as jovens estavam empenhadas e procuravam saber mais sobre esta temática.

Durante a sessão alguns membros do grupo X realizaram diversos comentários que demonstram a sua desconfiança relativa ao sistema político e aos seus intervenientes, sendo um destes exemplos:

“Os políticos são corruptos” (JovemX_1, excerto retirado do diário de campo: 29/1/2022)

No final da sessão, recapitulou-se a informação providenciada durante a mesma com o auxílio das jovens e assim, garantir que estas assimilaram a informação que lhes foi transmitida.

O grupo X estava um pouco irrequieto e impaciente durante a sessão e queriam que a sessão não durasse muito tempo, apesar disto demonstraram algum interesse. O grupo Y começou a demonstrar interesse ao longo da sessão, visto que foi necessário explicar a importância de adquirirem estes conhecimentos. Procurou-se usar interesses e gostos das jovens para melhorar a atenção em ambos os grupos.

Serviços da comunidade

Na segunda sessão do tema cidadão e serviços de cidadania retomou-se os números do cartão de cidadão, destacando o número de identificação fiscal, o número de identificação da segurança social e o número de utente de saúde e a partir destes abordar os vários serviços. O grande objetivo desta sessão era que as jovens ficassem com a noção dos diversos serviços da comunidade e no futuro dependendo das suas necessidades soubessem a qual podem recorrer.

Para cada um dos serviços procurou-se perceber o que as jovens sabiam de antemão sobre cada serviço e a sua localização, sendo que o único serviço que não sabiam onde se situava era a autoridade tributária e aduaneira.

No início da sessão procurou-se saber se as jovens sabiam quais eram os números que se encontravam na parte de trás do cartão de cidadão, sendo que em ambos os grupos o primeiro que as jovens referiram foi o número de utente de saúde, seguidamente referiram o número de identificação fiscal, não sendo mencionado o número de identificação da segurança social.

Primeiramente, aliado ao número de identificação fiscal procurou-se explicar a finalidade desta identificação, seguidamente explicou-se no que consistia e como funciona o Imposto Sobre Rendimento Singular e por último, as despesas que são dedutíveis para este imposto. Dentro deste tópico abordou-se as despesas dedutíveis. Este foi dos tópicos mais difíceis de ser abordado sendo necessário haver uma adaptação muito rápida e ainda mais atenção ao pormenor na explicação às jovens.

Segundamente, tendo em conta o número de identificação da segurança social esclareceu-se que este tem como função a identificação de um indivíduo perante o sistema da segurança social, demonstrou-se as funcionalidades da plataforma da segurança social direta e os acessos que esta permite aos utilizadores e finalizou-se com a explicação relativa ao cartão europeu de seguro de doença.

Terceiramente, após a explicação sobre a função do número do utente foram abordadas as taxas moderadoras e as isenções a estes pagamentos. No que concerne aos centros de saúde, foi demonstrada a sua função e também como funcionam as consultas abertas e as consultas de planeamento familiar. No que diz respeito aos hospitais referiram-se os diversos serviços: as consultas externas, o internamento e os serviços de urgência.

De destacar que na temática das consultas no centro de saúde, ambos os grupos sabiam no que consistiam as consultas abertas. Porém, no que concerne às consultas de planeamento familiar o grupo X referiu que não tinha qualquer conhecimento relativo a estas consultas, enquanto o grupo Y mencionou que sabia a finalidade das consultas de planeamento familiar, uma das jovens referiu o seguinte aspeto:

“No nosso caso também pode ser necessário porque nós podemos, qualquer um pode ter acesso a estas consultas, mesmo que não seja família” (Jovem_X3, excerto retirado do diário de campo: 19/2/2022)

Relativamente ao conhecimento prévio as jovens de ambos os grupos possuíam mais conhecimento sobre o Serviço Nacional de Saúde, o grupo X referiu os testes à COVID-19 que implicam o uso deste número e também as consultas médicas:

“O número do utente, que quando vamos ao médico. Eles, por exemplo eu fiz um teste PCR ao COVID e eles apresentaram o cartão, número de utente e colocaram o número e fiz o PCR pronto” (Jovem_Y_3, excerto retirado do diário de campo: 18/2/2022)

As consultas também foram referidas pelo grupo Y.

Vale frisar que foi notório uma participação muito ativa demonstrada neste tópico pelas jovens, que poderá ser explicado pelo facto de terem mais contacto com a área da saúde.

Ao longo da sessão, isto devido à junção destes três serviços numa só sessão após a explicação de cada um destes tentava-se perceber o que as jovens tinham percebido e assim, tentar garantir que não existiam confusões. Apesar desta abordagem no final foi adotado o mesmo procedimento que na sessão anterior, em que houve uma revisão do que foi exposto com o auxílio das jovens de modo, a que houvesse uma consolidação do que foi exposto.

Violência de género e violência no namoro

Nesta sessão pretende-se sensibilizar as jovens para os conceitos e comportamentos que estão na base da violência de género e violência no namoro. Esta sessão tinha um grande carácter de sensibilizar e prevenir que estas jovens se tornem vítimas de alguma destas formas de violência, neste seguimento foi utilizado material da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR).

No início da sessão procurou-se saber o que as jovens entendiam por violência de género e violência no namoro. No grupo X as jovens não conseguiram definir estes dois conceitos, contudo, conseguiram indicar várias formas destas duas violências, como pode ser ilustrado pelo seguinte comentário de uma das jovens

“Imagina eu namoro com x pessoa e proíbo de andar com a pessoa x,y e z. só a deixo andar comigo” (Jovem_X6, excerto retirado do diário de campo: 26/2/2022)

Para além disto, uma das jovens referiu o dia de erradicação da violência contra a mulher e com isto também mencionou a questão dos papéis de género. Perante isto, foi necessário elucidar as jovens no que consistem os papéis de género e exemplos ilustrativos destes para ser de mais fácil entendimento. Porém, o grupo Y conseguiu explicar o conceito de violência do namoro, mas sem conseguir definir o conceito de violência de género.

Após isto recorreu-se às palavras proferidas pelo Papa Francisco a condenar a violência contra as mulheres, isto devido ao carácter religioso da instituição. Seguidamente, foram apresentados os conceitos de violência de género e as suas formas de violência. Durante a apresentação das formas de violência de género as jovens de ambos os grupos questionaram o que significavam os crimes de honra, algo que de imediato lhes foi explicado.

No final da apresentação deste conceito solicitou-se aos grupos que tentassem definir o conceito de violência de género e as formas em que esta pode ser exercida, algo que foi realizado com sucesso em ambos os grupos.

Seguidamente, expôs-se o conceito de violência no namoro, como também as formas desta violência, as violências que os jovens mais permitem tendo em conta o “Estudo Nacional sobre a Violência no Namoro 2020” da UMAR e por último, os indicadores que demonstram que uma pessoa pode estar a sofrer de violência no namoro. As sete primeiras questões colocadas às jovens foram retiradas do “Estudo Nacional sobre a Violência no Namoro 2020”, esta foi aplicada aos alunos do 3º ciclo até ao ensino secundário a nível nacional (UMAR, 2020), por isto, tornou-se pertinente usar este estudo para realizar várias questões aos grupos. Deste modo, procurou-se saber que comportamentos os membros dos grupos consideravam aceitáveis por parte de um(a) namorado(a).

Na primeira pergunta, “Entrar nas redes sociais sem autorização?” (UMAR, 2020, p.5), em ambos os grupos as jovens não concordam sendo que associam este comportamento ao controlo e à falta de confiança. No grupo Y também se abordou dar acesso ao telemóvel e fornecer passwords, o que as jovens disseram que isto não deve ser feito e que este é o início do controlo. Na segunda pergunta, “Pressionar para beijar?” (UMAR, 2020, p.5) também ambos os grupos percecionam este comportamento condenável. Na terceira pergunta “Insultar durante discussão/zanga?” (UMAR, 2020, p.5) ambos os grupos condenam este comportamento, no entanto, mencionam que por vezes a situação pode escalar e poderá haver algum insulto de forma accidental, sendo exemplificativo a seguinte frase:

“Não concordo por um lado quando estamos enervadas saí-nos coisas da boca que não devemos dizer” (Jovem X_4, excerto retirado do diário de campo: 26/2/2022)

“Não é normal, mas a necessidade. Eu tenho um temperamento um pouco mais, eu vou logo” (Jovem Y_1, excerto retirado do diário de campo: 25/2/2022)

Na quarta pergunta “Incomodar/procurar insistentemente?” (UMAR, 2020, p.5) ambos os grupos reprovaram o comportamento defendendo que cada pessoa tem o direito ao seu espaço e defendem que mesmo se estiverem num relacionamento tem que haver tempo para elas próprias, para o namorado, para a família e para os amigos, isto tem que ser respeitado pelo namorado. Na quinta pergunta “Insultar através das redes sociais?” (UMAR, 2020, p.5) também nesta pergunta ambos os grupos condenam veemente este tipo de comportamento, sendo que no grupo X referiram este comportamento como sendo de cyberbullying. Na sexta pergunta

“Empurrar/esbofetear sem deixar marcas?” (UMAR, 2020, p.5) os dois grupos condenaram este comportamento. Na sétima pergunta “Proibir de estar ou falar com amigos (as)?” (UMAR, 2020, p.7) também aqui os dois grupos concordam que este comportamento não deve acontecer, no grupo X as jovens referiram que cada um tem a liberdade de conviver com quem quiserem e no grupo Y uma das jovens preferiu a seguinte frase:

“Está a tirar as amigas porque só quer ele e isso é a pior coisa que se pode fazer porque no final tu não tens ninguém e só o tens a ele” (Jovem Y_1, excerto retirado do diário de campo: 25/2/2022)

A última pergunta “Interferir na forma como te vestes?” em ambos os grupos ninguém pensa que este comportamento é aceitável, no entanto, no grupo X uma das jovens refere que o namorado pode dar a opinião se uma determinada roupa lhe fica bem ou não, perante este comentário as restantes jovens referem que a única pessoa que tem de gostar de como lhe fica a roupa é a pessoa que a veste. Em consequência desta oitava pergunta surgiu a questão se o/ a namorado(a) deve comentar o peso e a imagem corporal, ao que as jovens não concordam com este comportamento e teceram os seguintes comentários:

“Cada um é como é e ninguém tem que criticar. Se ela gosta do corpo assim ele não tem que criticar” (Jovem X_4, excerto retirado do diário de campo: 26/2/2022)

“Se gosta de nós não tem que criticar se não tiver bem que se mude” (Jovem Y_1, excerto retirado do diário de campo: 25/2/2022)

Os ciúmes foram uma questão que surgiu em ambas as sessões, em momentos distintos e que suscitou muita participação e empenho por parte das jovens.

No grupo X, primeiramente, surgiu a questão de os ciúmes serem considerados como uma forma de violência. Porém, a questão que teve muito destaque é se os ciúmes são normais desde que não assumam um carácter controlador, sendo isto normal para alguns membros deste grupo, enquanto outros membros não consideram nenhuma quantidade de ciúmes aceitável. Estas opiniões distintas podem ser verificadas pelas seguintes citações:

“É normal o ser humano ter o sentimento de ciúme, se gostas realmente da pessoa é óbvio que vais sentir ciúmes e isso. O que não é normal é deixar que os ciúmes

controlem e levem a outras coisas” (Jovem X_1, excerto retirado do diário de campo: 26/2/2022)

“Uma coisa que não concordo, as pessoas dizem assim se tu gostas mesmo dela tens que ter ciúmes e tens que saber tudo sobre ela, tens que saber se ela está bem, os amigos, tens que saber tudo sobre ela. Mas para mim não é normal e nunca vai ser” (Jovem X_6, excerto retirado do diário de campo: 26/2/2022)

O único aspeto que concordaram foi que os ciúmes são consequência da falta de confiança.

No grupo Y, também existiu esta discussão em que membros do grupo acreditam que não deve existir ciúmes e outros membros acreditam que se os ciúmes não assumirem um carácter controlador são perfeitamente normais. Estas opiniões distintas podem ser comprovadas:

“Se que com os ciúmes demonstrar que gosta mesmo de nós” (Jovem Y_5, excerto retirado do diário de campo: 25/2/2022)

“Não são normais, há pessoas que dizem que sem ciúme não há amor, mas isso é só triste, as pessoas que dizem isto são só tristes por pensarem nisso” (Jovem Y_1, excerto retirado do diário de campo: 25/2/2022)

No início foi um pouco difícil que as jovens em ambos os grupos falassem e partilhassem a sua opinião, com isto foi necessário, por um lado, respeitar o tempo das jovens e por outro, voltar a garantir que o espaço onde estavam era seguro. Quando chegou o momento das questões foi-lhes transmitido que também partilharia as respostas às perguntas, caso isto facilitasse a partilha e deste modo, se sentissem mais confortáveis e partilhassem o que verdadeiramente pensam. Durante estas questões as jovens de ambos os grupos começaram a falar mais e estiveram muito participativas.

Gestão de tempo

A gestão de tempo das crianças e jovens é planeada pela instituição, o que implica que as jovens não desempenham um papel ativo na gestão do seu tempo. Deste modo, o grande objetivo desta sessão é demonstrar às jovens a melhor forma de gerir o seu tempo, principalmente no futuro em que irão de ter em conta a sua atividade laboral e outras tarefas e

não irão ter o apoio da instituição. Para além disto, também se pretende fazer uma alusão à importância da higiene, quer pessoal, quer habitacional.

No início da sessão procurou-se saber o que as jovens percebem por gestão de tempo. No grupo X, as jovens responderam que é gerir o tempo da melhor forma possível e deste modo, fazer tudo o que planearam para esse dia, para isto acontecer as jovens destacaram que há tarefas que têm de ser prioritárias devido aos prazos que têm, nomeadamente nas tarefas escolares. As jovens deste grupo referiram que durante o confinamento o auxílio da instituição foi fulcral para que o seu tempo estivesse bem estruturado e que esta situação foi uma oportunidade de aprendizagem em termos de gestão de tempo. As jovens referem que é a instituição que gere o seu tempo, porém destacam que relativamente ao estudo as jovens têm a oportunidade de serem elas próprias a fazer a gestão deste tempo, mas sabem que podem solicitar ajuda às técnicas, como refere esta jovem:

“A instituição planeia e depois tens a escola de manhã e a tarde vais estudar à noite e nós planeamos o que vamos estudar” (Jovem X_1, excerto retirado do diário de campo: 4/3/2022)

No grupo Y as jovens referem que a gestão de tempo permite que o tempo não é desperdiçado, mas sim bem aproveitado. Este grupo também refere que a instituição gere o seu tempo, mas que isto também está dependente do percurso escolar e que são as próprias que gerem o seu estudo, como afirmou:

“Nós já temos uma rotina, já sabemos que de manhã vamos para escola e depois vamos para a sala de estudo até estas horas depois vamos. Já está estruturado” (Jovem Y_1, excerto retirado do diário de campo: 4/3/2022)

Neste grupo surgiu a questão se caso a instituição deixasse de gerir o tempo se isso as perturbaria, este respondeu negativamente.

Perante isto foi apresentado aos grupos a definição de gestão de tempo e as várias estratégias para que se realize uma gestão de tempo eficaz. De seguida, foi colocada a seguinte pergunta aos grupos “A higiene, para ti, é uma questão de estética ou de saúde?”. No grupo X responderam todas que a higiene é uma questão de estética e de saúde, embora duas jovens tenham referido que para elas é mais uma questão de saúde. Já no grupo Y todas as jovens concordaram que a higiene prende-se com a saúde. Ainda no que diz respeito à higiene pessoal,

também se referiu que durante a menstruação a higiene pessoal tem que ser redobrada e tem que haver certos cuidados, ao que ambos os grupos referiram que isto é algo que as jovens já praticam.

De seguida, foi proporcionada uma definição de higiene pessoal, os vários tipos de cuidados de higiene pessoal e as consequências da falta desta higiene, este último tópico suscitou em ambos os grupos reações de desagrado, sendo que foi manifestado quer verbalmente, quer fisicamente expressões de aversão relativamente às consequências da falta de higiene pessoal. Também se abordou a higiene habitacional, os aspetos relevantes sobre esta higiene e as consequências da falta de higiene habitacional, sobre este tópico em ambos os grupos houve novamente reações repugnância pela falta de higiene habitacional.

Por último, foi proposta uma atividade aos dois grupos e para este fim foi criado um cenário hipotético em que partilhavam uma casa, alguns membros têm como horário laboral de 8 horas e outros membros têm o horário de 4 horas e de que forma geriam o seu tempo tendo em conta o que foi referido anteriormente. No grupo X, como este grupo tem muitos membros foi dividido em dois para facilitar o decorrer das atividades, estes grupos conseguiram sempre apresentar uma tabela de tarefas que tinha em conta o horário laboral de cada um e as tarefas encontravam-se bem distribuídas, isto apesar das barreiras que eram colocadas aos grupos. No grupo Y, não foi necessário dividir este grupo, que também realizou uma tabela de tarefas que seguia o mesmo princípio de que os membros do grupo X, também o grupo Y teve um bom desempenho tendo em conta os obstáculos que eram colocados.

Ao longo das sessões, ambos os grupos, demonstraram uma reação aversiva à falta de limpeza e realçando que tem sempre de se realizar uma boa higiene, não só pessoal como também habitacional.

Gestão de conflitos e empatia

Nesta sessão pretende-se que as jovens entendam o conceito de conflitos, gestão de conflitos e empatia. Deste modo, a sessão tem como foco primordial as jovens aplicarem estes conceitos nas suas vivências diárias.

Colocou-se a seguinte pergunta aos grupos “O que entendes por conflito?”, ambos os grupos associaram a palavra conflito com confusões e discussões. De seguida, questionou-se os grupos “O que entendes por gestão de conflito?” no grupo X, uma das jovens referiu que se deve saber parar os conflitos, enquanto outra referiu que é necessário evitá-los. Já no grupo Y uma das jovens admitiu que não sabia, outra referiu que consiste em equilibrar a situação e

outra mencionou que costuma ignorar este tipo de situações, foi-lhe indicado que isto não é a atitude mais saudável, no entanto, a jovem ignorou.

Outra questão que surgiu era se as jovens de ambos os grupos, se chamariam algum adulto para mediar algum conflito na instituição. No grupo X as jovens evitam os conflitos, pois as funcionárias vêm logo quando percebem o que se passa, mesmo que tentem resolver sem interferências de terceiros as jovens referem que reagem de acordo com a reação com a qual estão a ter um conflito, este procedimento é adotado mesmo quando as situações escalem. Já no grupo Y algumas jovens quando não conseguem resolver um conflito sozinhas chamam uma funcionária para mediar a situação, porém, houve uma jovem que acredita que isto não é necessário quando há maturidade em ambas as partes:

“Eu acho que a terceira pessoa é só triste porque se formos crescidas o suficiente vamos saber resolver as coisas entre nós não vamos precisar da terceira pessoa para nada” (Jovem Y_1, excerto retirado do diário de campo: 11/3/2022)

Ainda relativamente às funcionárias, as jovens afirmaram que algumas podem ser parciais, o que leva a que as jovens não as procurem quando está a acontecer um conflito.

Após tudo isto foi apresentado o vídeo relativo à gestão de conflitos, intitulado “Conflict...Conflict...Conflict...”, neste vídeo uma criança explica como lida com o conflito, o seu impacto negativo e as possíveis soluções para esta situação. Este vídeo pertence ao catálogo da plataforma TEDx Talks. Em ambos os grupos, após a visualização deste vídeo questionou-se os mesmos sobre o que este lhes revelou sobre a gestão de conflitos, após isto registou-se um momento de silêncio, apesar das várias tentativas para que houvesse uma resposta em ambos os grupos.

Seguindo para o tópico da empatia, perguntou-se aos grupos “o que entendes por empatia?”. No grupo X houve jovens que afirmaram que era colocarem-se no lugar dos outros. O grupo Y partilha da mesma ideia, porém uma das jovens referiu que para ela isto, por vezes é difícil, quando se depara com pessoas com convicções opostas às dela. No seguimento desta ideia outra jovem referiu que existem circunstâncias em que tem mesmo de se colocar no lugar do outro para entender certas atitudes e decisões que outros tomam:

“Há coisas que temos de perceber, há certas coisas que temos de nos meter no lugar da outra pessoa para entender porquê de estar assim connosco” (Jovem Y_1, excerto retirado do diário de campo: 11/3/2022)

Seguidamente, foi apresentado o vídeo relativo a este tópico, intitulado “Empatia não significa aprovação”, neste um jovem pergunta às pessoas que o atacam online o motivo de o fazerem e assim, tentar perceber o porquê das pessoas fazerem comentários maliciosos nas suas redes sociais. Este vídeo também pertence à plataforma TED. Após a visualização do vídeo perguntou-se aos grupos o que este vídeo lhes tinha ensinado, no grupo X só uma das jovens é que respondeu o seguinte:

“O rapaz colocou-se no lugar daqueles que lhe chamaram nomes” (Jovem X_1, excerto retirado do diário de campo: 12/3/2022)

E mais nenhum membro falou, apesar das várias tentativas. No grupo Y as jovens voltaram a recapitular o que já tinham dito anteriormente.

No final voltou-se a recapitular os conceitos abordados nesta sessão, mas em ambos os grupos foi muito difícil ter a cooperação das jovens para este momento.

Na sessão do grupo X as jovens não se encontravam muito colaborativas, existiram momentos de silêncio após as questões terem sido realizadas e manifestaram a sua vontade em querer sair desta sessão, várias vezes. Porém, no grupo Y também houve momentos de desatenção e falta de participação. O que se pode concluir é que esta sessão não foi produtiva visto que a maioria das jovens, especialmente do grupo X, não estavam participativas e colaborativas.

Gestão do orçamento doméstico

Sobre esta temática foram elaboradas duas sessões onde foi realizada a simulação de um orçamento doméstico, que os grupos têm que gerir de acordo com os valores do custo de vida e os salários auferidos. Estas duas sessões têm em conta dois salários distintos. O objetivo destas sessões é a promoção de uma gestão adequada ao orçamento doméstico.

Custo de vida, contas bancárias e serviços de multibanco

Na primeira sessão, as jovens são elucidadas sobre o custo de vida e algumas despesas inerentes, tendo em conta o salário mínimo nacional, 705,00 €, como também as condições sobre a criação de contas bancárias e as funcionalidades do multibanco. O grande objetivo desta sessão é garantir que as jovens consigam fazer uma gestão adequada do salário tendo em conta o custo de vida.

Iniciou-se a sessão com a seguinte pergunta “sabes contar dinheiro?”, no grupo X duas jovens afirmaram que não sabiam e deste modo, através do recurso ao powerpoint foi feita uma explicação relativo às moedas e notas e de seguida, foi pedido a estas jovens que procedem-se à contagem de determinadas quantias de dinheiro. Ao contrário no grupo Y todas as jovens sabiam contar dinheiro. Seguidamente, procedeu-se à explicação do conceito do custo de vida e das despesas que iriam ser tidas em conta nesta sessão: arrendamento, água, luz e gás, telecomunicações, compras e refeições. Posteriormente, perguntou-se se as pessoas conseguiriam viver com o salário mínimo, ao que no grupo X a maioria respondeu negativamente e as restantes responderam afirmativamente, questionou-se as jovens sobre o motivo que as levou a dar estas respostas, as que acreditavam que conseguiam viver com o salário mínimo ao justificarem-se referiram que seria sempre viver no limiar como se pode verificar pela seguinte afirmação:

“Renda e mais coisas, se calhar 220, gás água e essas cenas. Mas concordo que no final do mês iria ficar um pouco à rasca, mas consegue-se viver” (Jovem X_1, excerto retirado do diário de campo: 18/3/2022)

Enquanto as jovens que acreditam que não conseguem viver com o salário mínimo referiram que há muitas despesas e o salário mínimo é baixo, como se verifica:

“Aquilo que disse era muita coisa para pagar, não dava para tudo” (Jovem X_4, excerto retirado do diário de campo: 18/3/2022)

No grupo Y existiu um empate relativamente a este tema, as jovens que acreditam que não se consegue viver com este salário também referiram que este é baixo, como se pode verificar:

“Sozinha sim, mas tinha dificuldade em gerir o dinheiro” (Jovem Y_5, excerto retirado do diário de campo: 18/3/2022)

Quanto às jovens que acreditam que se consegue viver com este salário referiram que se fizessem poupanças que conseguiam viver com este salário, como se vê:

“Sou extremamente poupada e vivia dos campos, e coisas como vegetais e assim não teria de pagar muito” (Jovem Y_3, excerto retirado do diário de campo: 18/3/2022)

Apresentou-se o valor das despesas referidas anteriormente para uma jovem de 25 anos, com o aluguer de um T1 no concelho onde se situa a instituição, as jovens de ambos os grupos exprimiram surpresa com o valor das despesas e concluíram que este orçamento não era concebível tendo em conta o salário mínimo. De seguida, foi apresentado a simulação, mas com o aluguer de um T2 e a viver com outra pessoa, este orçamento já demonstrava que era exequível com o salário que se aferia, porém avisou-se os grupos que as despesas relacionadas com a saúde, educação e transportes não foram incluídas nestas simulações e que no futuro terão que ter em conta.

No momento seguinte demonstrou-se aos grupos como criar uma conta bancária bem como, as condições que cada banco oferece, tendo em conta os balcões dos bancos localizados no concelho onde se situa esta instituição. Inquiriu-se as jovens se sabiam das funcionalidades do multibanco, seguidamente perguntou-se se sabiam utilizar um multibanco, no grupo X a maioria sabe usar o multibanco, no grupo Y alguns membros sabiam realizar algumas operações. Assim, foram explicadas as seguintes funcionalidades do multibanco o levantamento de dinheiro, pagamentos de serviços e compras, pagamentos ao estado e transferências de multibanco. Solicitou-se a cada grupo para tentarem realizar estas operações, o que por vezes teve alguns obstáculos, no entanto, os grupos com a sua entajada conseguiram chegar ao resultado.

No final da sessão de ambos os grupos recapitulou-se o que se tinha abordado nesta sessão.

Salário, poupança e oportunidades

Na segunda sessão, as jovens continuaram a ser elucidadas sobre o custo de vida e as despesas inerentes, nesta última sessão vai se ter em conta o salário 1 209,00€. Para além disto, também vai ser explicado a importância da poupança e as oportunidades que esta pode proporcionar, como por exemplo viagens e outros objetivos.

Recapitulou-se alguns conhecimentos referidos na sessão anterior visto que estas sessões são um complemento uma da outra. De seguida, questionou-se as jovens “qual o valor do salário médio mensal?”, no grupo X algumas jovens apontam para valores na ordem dos oitocentos euros e outras referiram valores na ordem dos mil euros, no entanto, no grupo Y apontou também para valores de oitocentos euros. Após estes pareceres foi revelado que o

salário médio mensal em Portugal continental ronda os 1 209,00€, foi novamente lembrado o conceito de custo de vida, as despesas que iriam ser tidas em conta nas simulações: arrendamento, água, luz e gás, telecomunicações, compras e refeições. Lembrou-se também que as despesas de saúde, educação e transportes não estão incluídas nas simulações.

Posteriormente, questionou-se os grupos se é importante fazer poupanças, algo que ambos os grupos concordam e com isto perguntou-se o porquê de terem esta opinião. No grupo X referem que o futuro é imprevisível e por isso, convém ter sempre uma salvaguarda, no grupo Y esta resposta também é referida, apesar disso, as jovens deste grupo também referiram que as poupanças também podem ser utilizadas para fazer algo que as jovens gostassem. Também foi questionado que fim as jovens dariam à sua poupança, no grupo X houve jovens que referiram adquirirem a carta de condução, pagar as propinas, viajar e comprar uma casa, já no grupo Y também referiram viajar e até adquirirem alguns bens materiais. Com o mote lançado procurou-se explicar a importância da poupança, sendo que esta pode ser realizada para oportunidades e para emergências.

Apresentou-se a primeira simulação de um orçamento doméstico para uma jovem de 25 anos, como o salário de 1 209,00€, com as várias despesas, vive num T1 no concelho onde se situa a instituição e uma poupança mensal. Depois de tudo isto apresentado os dois grupos concluíram que é um orçamento doméstico exequível. Também se apresentou o segundo orçamento doméstico com uma jovem com a mesma idade, o mesmo salário, mas a residir num T2 com outra pessoa e uma poupança mensal, ambos os grupos admitiram que era possível exercer uma boa gestão do orçamento doméstico. Havendo sempre um lembrar que não há despesas incluídas como a saúde, deslocações e educação.

Seguidamente, tendo em conta o valor da poupança ao final de um ano demonstraram-se os orçamentos de viagens, com transportes e estadias para três cidades portuguesas: Coimbra, Lisboa e Tavira. Um dos orçamentos contém as despesas apenas para uma pessoa e os outros orçamentos a dividir as despesas por duas pessoas, isto com o intuito de demonstrar às jovens que existe uma alternativa para poderem executar o objetivo pretendido. Algo que foi espelhado pelos grupos na discussão destes orçamentos. Após isto, cada membro de cada grupo escolheu uma cidade portuguesa e foi ensinado a realizar a reserva de bilhetes de transportes e do alojamento local. Este momento foi muito apreciado pelas jovens dos dois grupos, sendo que a maioria das jovens não sabiam adquirir os bilhetes de transportes, nem realizar a marcação do alojamento.

Depois disto, apresentou-se o orçamento de bilhetes de avião a quatro cidades europeias: Barcelona, Paris, Londres e Roma. Perante isto pediu-se que cada jovem de cada grupo

escolhesse uma cidade onde quisesse ir e foi-lhes ensinado como se realiza a reserva de bilhetes de avião. De realçar que este momento foi ainda mais apreciado pelas jovens comparativamente com o anterior.

Durante esta sessão a atenção, empenho e participação das jovens de ambos os grupos foi aumentando visto que estavam a gostar do que estava a ser abordado.

No final desta sessão foi solicitado às jovens de ambos os grupos que referissem por ordem as três sessões que mais gostaram e as que acreditaram ser mais úteis.

No grupo X as jovens tiveram opiniões distintas relativamente à ordem das três sessões que mais gostaram e acreditaram ser mais úteis, mas as mais referidas foram a primeira sessão, intitulada “autonomização”; a quarta sessão, intitulada “violência de género e violência no namoro”; a sexta sessão, intitulada “gestão de conflitos e empatia” e por último, a última sessão, intitulada “salário, poupança e oportunidades”.

No grupo Y as jovens na sua maioria concordaram que a sessão que mais gostaram e acreditam ter sido mais útil foi a primeira sessão, “autonomização”. Relativamente à preferência da segunda e terceira sessão não houve concordância, por isto as jovens referiram as seguintes sessões: a quarta sessão, “violência de género e violência no namoro”; a última sessão, “salário, poupança e oportunidades”; a quinta sessão, “gestão de tempo” e a terceira sessão, “serviços da comunidade”.

Outras atividades desenvolvidas no estágio

O estágio teve uma forte componente de observação de tudo o que se passava na instituição, deste modo, foram observadas várias atividades inerentes ao funcionamento da mesma. Também foi sempre adotada uma postura de se ser o mais útil possível em tudo o que a instituição pudesse precisar.

Deste modo, tudo o que a assistente social preenchia e realizava era alvo de observação, como também a mesma explicava o propósito da realização de determinados documentos.

Aquando das férias de natal das crianças e jovens foram realizadas várias atividades, pensadas pela equipa técnica, para ocupar os tempos livres das acolhidas. Este período foi muito útil para as acolhidas conhecerem melhor a estagiária e assim, estarem mais familiarizadas com a presença da mesma na instituição. Após o período de férias tornou-se recorrente juntamente com um membro da equipa educativa estar durante a manhã ou tarde com o grupo de crianças até aos 5 anos de idade.

Durante o tempo letivo também se tornou hábito auxiliar as crianças e jovens com as suas tarefas escolares, sendo isto realizado no horário do estudo.

No início do estágio foi decidido que poderia assistir apenas a algumas das visitas de algumas crianças, esta decisão teve em conta a história de vida das crianças. As visitas, devido à entrada em vigor do plano de contingência da COVID-19, eram realizadas com distanciamento físico entre as crianças e o visitante e assim, foi possível conhecer o funcionamento das vistas nestes moldes. Para além disto, permitiu ter um melhor entendimento sobre a história destas crianças e a sua relação com as pessoas que as visitavam.

Houve a possibilidade de estar presente na reunião entre a equipa técnica e a equipa da segurança social a propósito do relatório CASA. Ainda no que se refere ao relatório CASA observou-se uma das técnicas no preenchimento dos questionários relativos a este mesmo relatório.

Também foi possível estar presente na reunião de supervisão com a equipa técnica, esta permitiu compreender como é realizada a supervisão externa a esta instituição.

A pedido foram organizados várias partes dos processos das acolhidas para que estes estivessem mais ordenados e acessíveis possíveis.

Juntamente com a assistente social acompanhou-se uma jovem ao centro de testagem, para a mesma realizar um teste à COVID-19. Para além disto, juntamente com vários membros da equipa técnica acompanharam-se diversas crianças ao centro de vacinação da COVID-19 para lhes ser administradas a dose da vacina.

O desenrolar destas atividades facultou a ligação dos conhecimentos académicos à prática profissional, o que permitiu o desenvolvimento de várias competências mais ligadas à prática profissional.

Avaliação da Intervenção

As instituições de acolhimento devem procurar intervir para garantir que incutem as competências necessárias para que os jovens realizem uma autonomização de sucesso. Para isto se suceder devem ser criadas condições para que de forma progressiva e de acordo com o seu desenvolvimento sejam desenvolvidas as competências necessárias para que exista autonomia. (Gomes, 2010)

Para além disto, também é importante perceber a perceção dos ex-acolhidos relativamente à necessidade da construção das competências para a autonomia, visto que estes têm a experiência vivida sobre estas questões, ou seja, por um lado, sabem o que as instituições trabalham com os acolhidos relativamente à construção destas competências e por outro, sabem quais as competências que lhes fizeram mais falta na transição da casa de acolhimento para o mundo exterior. Neste sentido, os estudos referidos anteriormente apontam que existiram algumas lacunas na preparação das competências da autonomia (Centro de Estudos Territoriais, 2005; Gaspar, 2014; Gaspar et al., 2019)

Com estas orientações, as sessões foram pensadas tendo em conta os estudos anteriormente referidos e tendo em consideração as palavras que a equipa técnica expressou relativamente ao trabalho das competências da autonomia realizados pela mesma. Alguns dos objetivos deste trabalho são: o tipo de intervenção que a instituição e os técnicos desenvolvem no que se refere às competências da autonomia; o tipo de constrangimentos que existem para o trabalho sobre as competências da autonomia; a perceção que as jovens têm relativamente ao mundo fora da instituição, à autonomia e ao trabalho das competências da autonomia e perceber de que forma a história de vida e a institucionalização destas jovens interferiu com sua capacidade de adquirir as competências da autonomia.

No início de cada sessão procurou-se saber à priori que conhecimentos as jovens detinham sobre o tema da sessão, de seguida prosseguiu-se à explicação e discussão do tema da sessão. Tendo em conta as atividades realizadas, faz-se uma avaliação positiva em geral. No entanto, uma das sessões não foi considerada muito produtiva, gestão de conflitos e empatia, que curiosamente é avaliada por algumas jovens como uma das sessões que mais gostaram e acreditaram ser mais útil. Nesta sessão, foi difícil em ambos os grupos manter a atenção das jovens, em especial no grupo X, apesar de vários esforços para tentar tornar a sessão mais agradável e produtiva, como já foi referido anteriormente aquando da análise desta sessão. Convém, referir que não foi só nas sessões referentes a esta temática que as jovens se mostraram desatentas ou até aborrecidas, mas nesta sessão os comportamentos e postura que as jovens adotaram levaram a que a sessão não fosse tão rentável como poderia ter sido.

As atividades que se consideraram como mais produtiva foram a primeira, intitulada autonomia e a última, intitulada salário, poupanças e oportunidades. Em ambas as jovens tiveram mais oportunidade de exporem os seus planos para o futuro não só em termos escolares como também em termos profissionais, mas como também falaram dos seus sonhos e aquilo que pretendem conquistar. Realçou-se nestas sessões muito interesse e entusiasmo pelos assuntos desenvolvidos.

Também se destaca a importância da atividade intitulada violência de género e violência no namoro, esta foi importante para perceber o que as jovens percecionavam como comportamentos aceitáveis ou não por parte de um namorado (a). Quer nesta sessão, quer na sessão gestão de conflitos e empatia, as jovens tiveram alguma dificuldade em expressarem-se relativamente a assuntos relacionados com a parte emocional, voltou-se a referir que o local onde se encontravam era seguro e no qual podiam falar livremente, assim, tentava-se que as jovens participassem, isto de uma forma que não se tornasse intrusiva para as mesmas. Todavia, as jovens gostaram de ambas as sessões, apesar destas dificuldades iniciais.

Na primeira sessão que se refere à gestão doméstica destaca-se o desconhecimento das jovens relativamente ao funcionamento sobre vários aspetos do mundo exterior.

Tendo em conta o que foi referido anteriormente vão ser destacados os pontos fortes e fracos da intervenção no estágio.

Destacam-se os seguintes pontos fortes:

- Com este projeto de intervenção tentou-se focar em várias competências que as jovens terão que reunir para que exista uma autonomia bem sucedida;
- Facultar às jovens conhecimentos que estas não detinham;
- Conhecer o funcionamento interno do LIJ, sendo deste modo possível perceber o funcionamento de todas as equipas, mas especialmente a equipa técnica;
- Conhecer os desafios que os profissionais e as acolhidas enfrentam e de que forma os tentam ultrapassar;
- Conhecer o percurso e a história de vida das crianças e jovens, em especial as jovens que integraram o projeto de intervenção.

Destacam-se os seguintes pontos fracos:

- A curta duração do estágio limitou o número de sessões que podiam ser desenvolvidas;
- Na sessão intitulada serviços da comunidade, foram referidos a autoridade tributária e aduaneira, a segurança social e o serviço nacional de saúde. Deveria ter sido dedicada uma sessão individual para cada um destes serviços, este era o plano original, no

entanto, não foi possível devido à falta de tempo. O facto destes serviços terem sido abordados numa só sessão pode ter gerado alguma confusão no que foi transmitido às jovens;

- Podiam ter sido realizadas mais sessões relacionadas com a componente emocional, visto que as jovens têm alguma dificuldade em expressar-se no que concerne a tópicos relacionados com esta componente.

Devido ao carácter do tema que foi desenvolvido com este projeto, só será possível mais tarde, aquando da autonomização destas jovens, saber se este projeto teve algum tipo de impacto nas competências da autonomia destas.

Concluindo, este estágio permitiu colocar em prática muitas técnicas e outras aprendizagens adquiridas ao longo do percurso académico. Para além disto, este estágio permitiu momentos de aprendizagem que possibilitaram um crescimento pessoal e profissional.

Conclusão

O processo de autonomização deve ser iniciado quanto mais cedo possível. Deste modo, também a autonomia deve ser realizada tendo em conta o desenvolvimento das crianças e jovens (Gomes, 2010).

Para que a institucionalização não seja vista como um impedimento para a construção da autonomia, esta deve ser trabalhada com os jovens institucionalizados estabelecendo a sua ligação a pessoas da comunidade de modo a que estes jovens tenham alguma retaguarda aquando da saída (Leote & Cruz, 2015).

Assim, a autonomia tem de ser trabalhada na sua totalidade, de modo que seja realizada uma autonomização bem sucedida (Gomes, 2010).

Para além disto, esta temática também se revela importante, pois a autonomização é um dos Projetos de Vida mais frequentes em acolhimento residencial generalista, este facto é verificável nos anos anteriormente analisados, 2016- 2021 (Departamento de Desenvolvimento Social, 2021; Departamento de Desenvolvimento Social, 2020; Departamento de Desenvolvimento Social, 2019; Departamento de Desenvolvimento Social, 2018; Departamento de Desenvolvimento Social, 2017). Esta frequência torna ainda mais pertinente e relevante que se reflita sobre o trabalho das competências da autonomia.

No que se refere ao LIJ, no qual foi realizado o estágio, o trabalho relativo às competências da autonomia é muito relevante, visto que este é um dos projetos de vida mais frequentes e também, é um motivo de saída deste LIJ recorrente.

Deste modo, o trabalho das competências sobre a autonomia é um aspeto muito relevante. Esta instituição trabalha a autonomia tendo em consideração o desenvolvimento das crianças e jovens, porém a partir dos 10 anos de idade verifica-se um forte envolvimento das crianças nas tarefas domésticas deste LIJ.

Existe um maior contacto das jovens com os serviços da comunidade, a partir dos 15 anos de idade. Para além disto, no período das férias existem atividades levadas a cabo pela equipa técnica no sentido de promover o desenvolvimento destas competências, sendo destacada a gestão do orçamento doméstico.

Uma das técnicas referiu que se encarrega de trabalhar as competências relativas à gestão emocional e gestão de conflitos, de modo que depois da saída da instituição as jovens conseguiram realizar uma gestão adequada destes dois aspetos tão relevantes.

Tendo em conta o que foi referido anteriormente depreende-se que há vários aspetos da autonomia que não estão a ser bem trabalhadas, o que leva a que as jovens não tenham bases suficientes para conseguirem navegar o mundo exterior sem auxílio e assim, realizar-se uma

autonomização bem sucedida. Contudo, é importante o trabalho realizado no que se refere à autogestão emocional e dos conflitos, sendo que os jovens aquando da saída das instituições são confrontados com sentimentos ambíguos (Centro de Estudos Territoriais, 2005). Assim, necessitam de ter ferramentas que permitam fazer uma gestão adequada destes sentimentos.

Também importa referir que a periodicidade da realização das sessões mais intensas não são suficientes, visto que tal como foi referido aquando da descrição do Programa Umbrueña estas sessões têm que ser realizadas de forma recorrente para que os conhecimentos sejam bem consolidados pelas jovens (Del Valle & Arteaga, 2009).

O não trabalhar devidamente as competências da autonomia pode ser justificado pelos seguintes fatores: não existe um elemento da equipa técnica cuja a função esteja somente direcionada para este tipo de trabalho, acabando o mesmo por ser realizado pelos vários membros da equipa técnica; o próprio funcionamento e estruturação da instituição; a falta de recursos humanos na equipa técnica, que implica que várias atividades não são realizadas devido à falta pontual deste membro da equipa, bem como implica que outro fique sobrecarregado com as suas funções e com as funções do membro em falta; o mesmo sucede quando surge algum problema que não é esperado e implica a atenção de um dos membros, gerando novamente a sobrecarga de trabalho de outro técnico e por último, falta de financiamento para conseguir colmatar as lacunas referidas.

Uma mais valia é a existência de um apartamento de autonomização, este é fortemente valorizado pela equipa técnica como a forma ideal para se trabalhar as competências da autonomia. Contudo, pode haver jovens que ao atingirem a maioridade não pretendam optar pelo apartamento de autonomização, o que também implica a importância de serem trabalhadas as competências da autonomia no LIJ.

No que se refere à inserção no mercado de trabalho, a instituição procura sempre que possível auxiliar neste aspeto, assim quando os jovens reúnem as características necessárias são empregadas em outras valências da instituição.

No que se refere à vida destas jovens após a saída da instituição, deveria de existir um apoio formal que as acompanhe e auxilie nesta transição de vida e fase de adaptação a uma nova realidade. Deste modo, esta área merece uma especial atenção devido ao conteúdo relatado nos diversos estudos referidos anteriormente, em que os ex-acolhidos referiram que devido à falta de apoio após a saída da instituição viram-se obrigados a adotarem comportamentos desviantes (Centro de Estudos Territoriais, 2005; Gaspar, 2014; Gaspar et al., 2019). O LIJ procura funcionar como um porto de abrigo, isto sucede-se quando as jovens solicitem ajuda à

instituição e aos membros da equipa técnica, nesta situação os membros da equipa técnica procuram sempre ajudar tanto quanto possível.

Em termos gerais seria pertinente a criação de um manual em que tivesse descrito as várias competências a serem trabalhadas pelas casas de acolhimento, para que se efetivasse um trabalho mais orientado e que permitisse que estas competências fossem melhor trabalhadas. Para isto ser realizado é fulcral consultar os ex-acolhidos para ter melhor perceção das dificuldades que estes vivenciaram aquando da saída da instituição e que trabalho sobre as competências da autonomia a casa de acolhimento onde estiveram efetuou. Deste modo, pode ser possível colmatar as várias lacunas existentes.

O estágio realizado foi muito importante na aquisição de novos conhecimentos e permitiu um crescimento profissional e pessoal, bem como permitiu a aplicação prática dos vários conhecimentos adquiridos ao longo do percurso académico. O projeto de intervenção permitiu que se conhecesse e privou-se, com mais proximidade com as jovens que foram parte integrante do mesmo. Porém, foi necessário manter um equilíbrio para que houvesse o distanciamento necessário para continuar a ser o mais imparcial possível, também foi necessário devido à proximidade das idades garantir que existia respeito e assim, continuar a manter o distanciamento. Este último aspeto, não foi só necessário manter com as jovens que integraram o projeto, mas também com todas as acolhidas.

Referência Bibliográficas

Alarcão, M.(2006). *(Des) Equilíbrios Familiares*. (6ª Ed.). Quarteto

Antunes, M. C. P., Russo S.L. T. F. & Cunha, S. R. F. (2014). *Crescer para ser: caminho para a autonomia*. *Revista de Ciências da Educação*, 1 (30), 35-50

<https://hdl.handle.net/1822/32497>

Arteaga, A. B. & Del Valle, J. F. (2001). *Evaluación de la integración social en acogimiento residencial*. *Psicothema*, 13 (2), 197-204.

<http://hdl.handle.net/10651/26910>

Arteaga, A. B. & Del Valle, J. F. (2003). *Las redes de apoyo social de los adolescentes acogidos en residencias de protección. Un análisis comparativo con población normativa*. *Psicothema*, 15(1),136-142.

<https://reunido.uniovi.es/index.php/PST/article/view/8150>

Barbosa, M. G. (2014). *Educação e autonomização: acerca das ambiguidades de uma relação nem sempre linear e transparente*.

<https://hdl.handle.net/1822/34495>

Bravo, A., & Del Valle, J. F. (2009). *Crisis y revisión del acogimiento residencial. Su papel en la protección infantil*. *Papeles del psicólogo*, 30(1), 42-52.

<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77811388006>

Camilo, C & Garrido, M. V. (2012). *Negligência parental: Uma abordagem experimental a problemas comunitários*. In- *Mind Português*, 3(1-4), 1-12

[https://repositorio.iscte-](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/14005/1/Neglig%C3%Aancia%20parental%20Uma%20abordag)

[iul.pt/bitstream/10071/14005/1/Neglig%C3%Aancia%20parental%20Uma%20abordag](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/14005/1/Neglig%C3%Aancia%20parental%20Uma%20abordag)

[em%20experimental%20a%20problemas%20comunit%C3%A1rios.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/14005/1/Neglig%C3%Aancia%20parental%20Uma%20abordagem%20experimental%20a%20problemas%20comunit%C3%A1rios.pdf)

Carvalho, M.J.L. & Cruz, H. (2015). *Promoção da autonomia em crianças e jovens em acolhimento em instituição*. In Costa, A., Tomás, C., Luís, E., Cruz, H., Rodrigues, L., Malheiro, M., Carvalho, M.J.L & Gonçalves, S. (pp. 4-15). Fundação Calouste Gulbenkian
<https://gulbenkian.pt/publication/autonomia/>

Centro de Estudos Territoriais. (2005). *Percursos de Vida dos Jovens Após a Saída dos Lares de Infância e Juventude*. (1ª Ed.). Instituto da Segurança Social, I.P.
https://www.seg-social.pt/documents/10152/13326/percurso_vida_jovens_apos_saida_lares/591dd7b0-f6d2-417d-be03-ca979e9340b9/591dd7b0-f6d2-417d-be03-ca979e9340b9

Delgado, P. (2010). *O acolhimento Familiar em Portugal. Conceitos, práticas e desafios*. *Psicologia & Sociedade*, 22(2), 336-344.
<https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000200014>

Delgado, P. & Gersão, E. (2018). *O acolhimento de crianças e jovens no novo quadro legal. Novos discursos, novas práticas?*. *Análise Social*, 53 (226), 112-134
<https://doi.org/10.31447/AS00032573.2018226.05>

Departamento de Desenvolvimento Social (2017). *Relatório CASA 2016- Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. (1ª Ed.). Instituto da Segurança Social.
https://www.seg-social.pt/documents/10152/15292962/Relatorio_CASA_2016/b0df4047-13b1-46d7-a9a7-f41b93f3eae7

Departamento de Desenvolvimento Social (2018). *Relatório CASA 2017- Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. (1ª Ed.). Instituto da Segurança Social.
https://www.seg-social.pt/documents/10152/16000247/Relatorio_CASA_2017/537a3a78-6992-4f9d-b7a7-5b71eb6c41d9

Departamento de Desenvolvimento Social (2019). *Relatório CASA 2018- Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens.* (1ª Ed.). Instituto da Segurança Social.

https://www.seg-social.pt/documents/10152/16662972/Relatório_CASA2018/f2bd8e0a-7e57-4664-ad1e-flcebcc6498e

Departamento de Desenvolvimento Social (2020). *Relatório CASA 2019- Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens.* (1ª Ed.). Instituto da Segurança Social.

<https://www.seg-social.pt/documents/10152/17405298/Relatório%20CASA%202019/0bf7ca2b-d8a9-44d2-bff7-df1f11dc7ee>

Departamento de Desenvolvimento Social (2021). *Relatório CASA 2020- Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens.* (1ª Ed.). Instituto da Segurança Social.

<https://www.seg-social.pt/documents/10152/13200/CASA+2020.pdf/b7f02f58-2569-4165-a5ab-bed9efdb2653>

Eccles J.S., Buchanan C.M., Flanagan C., Fuligni A., Midgley C. & Yee D. 1991. *Control versus autonomy during early adolescence. Journal of Social Issues*, 47(4), 53-68

<https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1991.tb01834.x>

Falkembach, E.M.F. (1987). Diário de campo: um instrumento de reflexão. *Contexto e Educação*, (7)

<http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/silvana.marinho/disciplina-instrumentos-e- tecnicas-de-intervencao/unid-2-instrumentos-de-conhecimento-intervencao-e- registro/texto-7-falkembach-elza-maria-fonseca-diario-de-campo-um-instrumento-de- reflexao-in-contexto-e-educacao-no-7-jui-inijui-1987/view>

Fleming, M. (2005a). *Género y Autonomía en la Adolescencia: Las diferencias entre chicos y chicas aumentan a los 16 años. Electronic Journal of Research in Educational Psychology*, 3 (2), 33-52

<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=293121927002>

Fleming, M. (2005b). *Adolescent Autonomy: Desire, Achievement and Disobeying Parents between Early and Late Adolescence*. *Australian Journal of Education and Developmental Psychology*, (5), 1- 16

<https://eric.ed.gov/?id=EJ815561>

Freire, P. (2015). *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. (5 1ºed.). Paz e Terra

Gaspar, J. P. (2014). *Os desafios da autonomização: Estudo compreensivo dos processos de transição para diferentes contextos de vida, na perspetiva de adultos e jovens adultos ex-institucionalizados*. [Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra]. Repositório Científico da Universidade de Coimbra

<http://hdl.handle.net/10316/25245>

Gaspar, J. P., Gaspar, M. F., Melo, J. D., & Santos, S. (2019). Jovens adultos que viveram acolhidos: autonomização desafiante. *Revista Multidisciplinar*, 1(1), 89-101.

<https://doi.org/10.23882/MJ1903>

Gomes, C. A. (2016). *Pressupostos éticos na investigação e produção científica em contexto académico: dimensões científicas, metodológicas e institucionais* In Casanova, J.R., Bisinoto, C. & Almeida, L.S.(2016, julho 21-23). Livro de Atas do IV Seminário Internacional Cognição, Aprendizagem e Desempenho [Livro de Atas]. IV Seminário Internacional Cognição, Aprendizagem e Desempenho. Instituto de Educação, da Universidade do Minho

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/42516/1/Livro%20de%20Atas%20IV%20Seminário%20Internacional%20GICAD.pdf>

Gomes, I. 2010. *Acreditar no futuro*. (1ª edição). Texto Editores

Gondim, S.M.G. (2003). *Grupos Focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos*. *Padéia*, 12(24), 149-161

<https://doi.org/10.1590/S0103-863X2002000300004>

Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social. (2011). *Manual de Boas Práticas - Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens.* (1ª Ed.). Instituto da Segurança Social.

https://www.seg-social.pt/documents/10152/13326/acolhimento_residencial_crianças_jovens/40a9198f-3ce5-44b3-b98a-b1ccdd8bf1c8/40a9198f-3ce5-44b3-b98a-b1ccdd8bf1c8

Instituto da Segurança Social. (2010a). *Recomendações Técnicas para Equipamentos Sociais-Lar de Infância e Juventude.* (1ª Ed.). Instituto da Segurança Social.

https://www.seg-social.pt/documents/10152/13337/rtes_lar_infancia_juventude/7ab3f70e-9604-44d9-93b0-70c82c1c56fa/7ab3f70e-9604-44d9-93b0-70c82c1c56fa

Instituto da Segurança Social. (2010b). *Recomendações Técnicas para Equipamentos Sociais-Centros de Acolhimento Temporário.* (1ª Ed.). Instituto da Segurança Social.

https://www.seg-social.pt/documents/10152/13337/rtes_centros_acolhimento_temporario/5050184e-1ceb-45dd-9815-4b3ad30a5a75/5050184e-1ceb-45dd-9815-4b3ad30a5a75

Leote, M.J. & Cruz, H. (2015). *Transições juvenis num contexto de (pós-)acolhimento. In Transições: Desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição.* Fundação Calouste Gulbenkian

<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/46947/1/Transições.pdf>

Meirieu, PH. (1998). *Aprender.... Sim, mas como?.* (7ª ed). Artmed

Melo, A. T. & Alarcão, M. (2011). *From multi-problem to multi-challenged families: A multiple challenges comprehensive model* In Melo, A.T. (2011). *As forças dos profissionais e da família multidesafiada na proteção da criança: Um modelo de avaliação e intervenção familiar integrada para os CAFAP* [Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra]. Repositório Científico da Universidade de Coimbra

<http://hdl.handle.net/10316/18471>

Noom, M. J., Deković, M., & Meeus, W. (2001). Conceptual analysis and measurement of adolescent autonomy. *Journal of youth and adolescence*, 30(5), 577-595.

<https://doi.org/10.1023/A:1010400721676>

Pappámikail L. (2010). *Juventude(s), autonomia e Sociologia: questionando conceitos a partir do debate acerca das transições para a vida adulta. Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, 20, 395-410

<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8809.pdf>

Pardal, L.A. & Correia, E.S. (1995). *Métodos e técnicas de investigação social*. (1ª Edição). Areal Editores

Regulamento Interno. (2016). *Regulamento Interno Lar de Infância e Juventude*

Rodrigues, S. P. D. L. A. (2018). *A qualidade do acolhimento residencial em Portugal: Avaliação da adequação dos serviços às necessidades das crianças e jovens institucionalizados*. [Tese de doutoramento, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto

<https://hdl.handle.net/10216/119950>

Simões, H. (2018). *Acolhimento Familiar e Residencial- o novo paradigma*. In *Centro de Estudos Judiciários* (1a ed.), *Acolhimento Residencial e Familiar* (pp.41-70). Centro de Estudos Judiciário [E-Book]

Steinberg, L., & Silverberg, S. B. (1986). The Vicissitudes of Autonomy in Early Adolescence. *Child Development*, 57(4), 841–851.

<https://doi.org/10.2307/1130361>

União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR). (2020). *Estudo Nacional sobre Violência no Namoro*

http://www.umarfeminismos.org/images/stories/noticias/VN_2020_NACIONAL.pdf

Legislação:

Decreto-lei nº 164/2019 do Ministério de Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

(2019). Diário da República: I série, nº 206

<https://dre.pt/home/-/dre/125692191/details/maximized>

Lei nº 147/99 Assembleia da República. (1999). Diário da República: I-A série, nº 204

<https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/->

[/lc/34542475/view?q=lei+de+prote%C3%A7ao+de+crian%C3%A7as+e+jovens](https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/34542475/view?q=lei+de+prote%C3%A7ao+de+crian%C3%A7as+e+jovens)

UNICEF. (1989). Convenção sobre os Direitos das Crianças.

<https://www.unicef.pt/actualidade/publicacoes/0-a-convencao-sobre-os-direitos-da-crianca/>

Anexos

Anexo 1-Guião de entrevista semi-estruturada sobre a autonomia para a equipa técnica

1. De que forma a instituição trabalha as competências da autonomia?
2. Considera que existem algumas competências que devam ser mais trabalhadas?
3. A partir de que idade pensa que a autonomia deve começar a ser trabalhada?
4. Até que ponto as jovens sabem o que as espera no mundo fora da instituição?
5. Se alguma das jovens que tem como Projeto de Vida a autonomização, se saísse agora estaria preparada em termos de competências?
6. Até que ponto a história de vida destas jovens afeta o trabalho que é realizado para que haja uma boa autonomização?
7. Quais os principais obstáculos e dificuldades?
8. Que recursos faltam para um modelo ideal de trabalhar a autonomia? Da autonomia ser trabalhada com as jovens e que recursos?
9. Quais são os maiores obstáculos que estas jovens enfrentam depois da autonomização?
10. Acredita que deveria de existir um acompanhamento mais estruturado no período pós institucionalização?

Anexo 2- CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

Por favor, leia com atenção a seguinte informação. Caso algo esteja incorreto, não esteja claro ou tenha alguma dúvida, não hesite em solicitar mais informações. Se concorda com a proposta apresentada, queira assinar este documento.

Este documento, designado Consentimento, Informado, livre e Esclarecido, contém informação importante em relação ao estudo para o qual foi elaborado, bem como o que esperar se decidir participar no mesmo.

O presente documento enquadra-se na realização do Relatório de Estágio do Mestrado em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social do Instituto Superior de Serviço Social do Porto, sendo orientada pelo Prof.º Doutor José Alberto Reis.

O tema da pesquisa está relacionado com a autonomia e as competências inerentes a esta. Sendo este com o tema do projeto de intervenção a ser desenvolvido no âmbito do estágio curricular no LIJ, deste modo pretendo realizar entrevistas aos membros da Equipa Técnica desta instituição para compreender como percecionam as competências inerentes à autonomia e a autonomização.

A entrevista é confidencial, sendo que os dados recolhidos serão tratados de forma global e o anonimato será mantido. Os dados apenas serão usados para os fins académicos do relatório de estágio.

Declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações verbais que me foram fornecidas. Desta forma, coloquei todas as questões e as respostas esclareceram todas as minhas dúvidas. Deste modo, pretendo voluntariamente participar neste estudo. Foi-me entregue um duplicado deste documento.

O participante _____

A investigadora _____

Data: ____/____/____

Anexo 3- Cronograma das sessões do projeto

Dias	Mês		
	Janeiro	Fevereiro	Março
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			
26			
27			
28			
29			
30			
31			

Legenda da tabela	
Autonomização	
Cartão de Cidadão e a importância do voto	
Serviços da Comunidade	
Violência de gênero e violência no namoro	
Gestão de tempo	
Gestão de conflitos e empatia	
Custo de vida, contas bancárias e serviços de multibanco	
Salário, poupança e oportunidades	